

SEMINÁRIO TEOLÓGICO DO NORDESTE

*Memorial Igreja Presbiteriana da Coréia*

S.T.Ne – M.I.P.C.

**MULTIFORMES MANIFESTAÇÕES DA SOBERANIA DE DEUS**

Por

Alan Rennê Alexandrino Lima

Monografia Apresentada ao  
Seminário Teológico do Nordeste – STNe  
Memorial Igreja Presbiteriana da Coréia – MIPC  
Para a Obtenção do Grau de Bacharel em Teologia

Teresina

2005

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que de forma soberana me criou, elegeu e vocacionou para o Sagrado Ministério. A Ele toda honra, glória e louvor.

Aos meus mui amados pais, Júlio Alves Lima (*In memoriam*) e Ana Alixandrino Neta. Esta, de forma toda especial, pois em meio a tantas lutas acreditou e investiu preciosa parte do seu tempo na minha formação. A minha melhor professora, uma mulher da qual “o mundo não é digno”.

À minha irmã, Juliana, que me muito me ajudou e acompanhou a minha caminhada.

Ao meu tio, Taurino Alexandrino, pelo sustentáculo proporcionado ao longo do curso teológico.

Aos meus companheiros e irmãos, Tiago e Mateus, pelo simples fato de Deus tê-los colocado na minha vida.

Aos meus amados amigos e irmãos, Donalds e Preta, pelo apoio e amizade desprendida.

Ao meu “sobrinho”, Kennedy, por trazer mais alegria à minha vida.

À minha amada, Joanne Laricy, pelo incansável e constante apoio com traduções do inglês para o português.

Ao meu tutor, pastor, amigo e segundo pai, Rev. João Maria Soares Lemos, pela grandiosa instrução e presença sempre certa do meu lado.

Ao Presbitério Central do Ceará (PCCE), pelo apoio e acima de tudo pela amizade desfrutada com os pastores que o compõem.

À Primeira Igreja Presbiteriana de Parambu, lugar amado, pela confiança, amor, apoio financeiro e acima de tudo espiritual.

À Igreja Presbiteriana Esperança, na pessoa do Rev. Herbert, pelo desvelo e amor demonstrado nesses dois anos.

Aos amados companheiros de turma: Alenilton, André, Ciro e Ornilton, pela amizade construída e fidelidade.

Aos eternamente componentes da turma de teologia de 2002: Valdemir e Daniel, sempre juntos.

Aos amigos Éder, Alcir, Bruno e Jefté pela amizade verdadeira e por disponibilizarem os seus computadores sempre que preciso.

Aos amigos que passaram por aqui ao longo desses quatro anos: Alexandre Kommarson, Kennedy, Marcos, Oziel, Weliton, Isaías, Luciano, Moisés, Guilherme, Edvam, Paulo, Alex, Jimmy, Rubem, Leandro, Ronaldo, Adeilton e Daniel Sousa.

Aos professores, Revs. Maely Vilela, Moisés Bezerril, Paulo Brasil e Izaías Monteiro, que me ensinaram tanto teologia acadêmica como pastoral.

**Deus tem em si mesmo, e de si mesmo, toda a vida, glória, bondade e bem-aventurança. Ele é todo-suficiente em si e para si, pois não precisa das criaturas que trouxe à existência; não deriva delas glória alguma, mas somente manifesta a sua glória nelas, por elas, para elas e sobre elas. Ele é a única origem de todo ser; dele, por ele e para ele são todas as coisas e sobre elas tem ele soberano domínio para fazer com elas, para elas e sobre elas tudo quanto quiser. Todas as coisas estão patentes e manifestas diante dele; o seu saber é infinito, infalível e independente da criatura, de sorte que para ele nada é contingente ou incerto. Ele é santíssimo em todos os seus conselhos, em todas as suas obras e em todos os seus preceitos. Da parte dos anjos e dos homens e de qualquer outra criatura lhe são devidos todo culto, todo serviço e toda obediência, que ele houve por bem requerer deles.**

**A Confissão de Fé de Westminster II, 2.**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
Capítulo 1:	
DA DOUTRINA DA SOBERANIA DE DEUS E SEU DESENVOLVIMENTO	
HISTÓRICO.....	9
A. Na Igreja Antiga .....	10
B. Na Igreja Medieval .....	18
C. Na Reforma Protestante .....	22
D. Na Igreja Moderna e Contemporânea.....	31
Capítulo 2:	
DA DOUTRINA DA SOBERANIA DE DEUS NAS SAGRADAS ESCRITURAS .....	35
A. No Antigo Testamento.....	35
1. No Pentateuco.....	36
2. Na Literatura Histórica .....	43
3. Nos Poéticos e Sapienciais .....	47
4. Nos Proféticos .....	50
B. No Novo Testamento .....	53
1. Nos Evangelhos .....	53
2. Em Atos .....	56
3. Nas Epístolas .....	58
4. No Apocalipse .....	61
Capítulo 3:	
DA DOUTRINA DA SOBERANIA DE DEUS E SUAS MANIFESTAÇÕES .....	64
A. Questões Conceituais.....	64
1. Definição de Soberania.....	65
2. A Vontade Soberana de Deus.....	67
3. O Poder Soberano de Deus.....	70
B. A Soberania na Eleição .....	74
1. Sua Incondicionalidade.....	76
C. A Soberania na Criação .....	82
1. A Criação pelo Fiat e Ex Nihilo .....	84
2. Soberania na Criação do Homem .....	88
D. A Soberania na Providencia.....	90
1. Soberania no Governo .....	92
2. Soberania na Preservação e na Provisão.....	95
3. Soberania na Retribuição.....	97
4. Soberania no Concurso e o Problema do Mal .....	100
E. A Soberania no Juízo .....	108
1. Soberania na Necessidade Teleológica do Juízo .....	110
2. Soberania na Natureza do Juízo Final .....	111
3. Soberania no Estado Definitivo dos Ímpios e Justos.....	114
CONCLUSÃO.....	116
BIBLIOGRAFIA .....	119

## INTRODUÇÃO

“Nada em nossa vida é acidente, incidente ou coincidência”.<sup>1</sup> Esta afirmação proferida pelo Dr. Don Haddon enfatiza uma verdade amplamente defendida pelos reformadores, que a consideravam como o principal e mais distintivo artigo do credo<sup>2</sup>: A Soberania de Deus. Entretanto, a despeito de sua importância, trata-se de uma verdade extremamente negligenciada pelos cristãos atuais. Na verdade, o que tem caracterizado o pensamento da sociedade da nossa época assenta suas raízes no humanismo renascentista com a sua elucubração baseada no homem e nas suas potencialidades, passando pelo pensamento introduzido por homens como Charles G. Finney, que tanto na sua teologia quanto na sua metodologia evangelística tirou o Deus Todo-poderoso do trono para colocar nele o homem. Deus, pelo menos virtualmente, acabou tendo a sua soberania desprezada pelo homem. Ao longo do tempo, a doutrina considerada como a espinha-dorsal da teologia cristã histórica tem capitulado diante da crença de que Deus não é o Senhor soberano deste universo.

Assim, pode-se encontrar, tanto na sociedade ocidental quanto na oriental, uma vasta gama de pensamentos a respeito do curso dos eventos que acontecem no mundo. Há aqueles que, mesmo sem se darem conta, acabam subscrevendo a religiosidade característica da Pérsia antiga, ou seja, acreditam cegamente num dualismo, em que Deus e o diabo são colocados como dois titãs em combate, duas forças em conflito por toda a eternidade.

Há também os que atribuem ao acaso e à má sorte, o que de mal acontece no mundo. Pessoas que tirando de Deus a soberania, colocam-no também, como vítima do acaso. Homens que, tal qual o Pr. Ricardo Gondim, afirmam que “Deus não pôde evitar

---

<sup>1</sup> Don Haddon, *A Soberana Vontade de Deus*. Revista Fé Para Hoje. (São José dos Campos: Fiel, 2004), 28.

<sup>2</sup> James Montgomery Boice, *Teologia Reformada*. BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEVRA. (São Paulo: Cultura Cristã, 1999), 1555.

a catástrofe asiática... o Deus da Bíblia soberanamente criou o universo, mas ao formar mulheres e homens, *abriu mão de Sua soberania* para estabelecer relacionamentos verdadeiros”.<sup>3</sup> Esses dois sistemas de pensamentos constituem apenas uma indicação ínfima de qual diagnóstico pode ser dado a nossa sociedade e à cristandade moderna.

Por causa de sistemas de pensamentos antibíblicos e até mesmo heréticos como os supracitados, é premente a necessidade da volta aos fundamentos de uma teologia verdadeiramente enraizada nas declarações que as Escrituras fazem a respeito do ser de Deus e dos seus atos no transcorrer da História. Esses são os principais motivos pelos quais se verifica a importância desta abordagem neste trabalho monográfico. Portanto, o propósito do presente trabalho é dar uma contribuição para a volta às Escrituras e a redescoberta da doutrina reformada da soberania de Deus. Pretende-se contribuir para que a Igreja seja arrancada da sua estagnação espiritual e volte, efetivamente, sua reflexão para uma das verdades essenciais à fé sadia e ao princípio maior da existência humana, a glória do Deus Soberano. Nas palavras do profeta Daniel: *“Todos os moradores da terra são por ele reputados em nada; e segundo a sua vontade, ele opera com o exército do céu e os moradores da terra; não há quem lhe possa deter a mão, nem lhe dizer: Que fazes?”*.

No primeiro capítulo do presente trabalho monográfico será feita uma abordagem de cunho histórico, a partir de uma análise nos diferentes períodos da história da Igreja Cristã, averiguando-se o pensamento dos principais expoentes, sustentáculos dessa doutrina. Será verificado de forma mais pormenorizada o pensamento desenvolvido por Agostinho acerca do assunto. O espaço de tempo

---

<sup>3</sup> Eros Pasquini, *Tsunami: Carta Aberta a Ricardo Gondim*. O presente artigo é uma resposta ao Pr. Ricardo Gondim, em virtude de um artigo do mesmo: *Quem Deus Ouviu Primeiro?* Nele o Rev. Gondim defende a heresia chamada “Open Theism”. A resposta do Rev. Eros Pasquini se encontra à disposição no site [www.monergismo.com](http://www.monergismo.com).

abarcado pela presente pesquisa se dará do período apostólico até aos dias contemporâneos.

No segundo capítulo, será desenvolvida uma análise a partir da própria Bíblia, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, com o intuito de subsidiar informações e apresentar uma base sólida para esta doutrina. Serão analisados textos que nos dão informações acerca das variadas maneiras como Deus exerce a sua prerrogativa soberana. A metodologia adotada será a dos pressupostos exegéticos histórico-gramaticais.

No terceiro e último capítulo, será desenvolvida uma análise com o propósito de se estabelecer um sistema teológico a partir dos dados obtidos nos dois primeiros capítulos. Serão abordadas as manifestações da Soberania de Deus nas chamadas *operas ad extra* da Trindade: na Eleição, na Criação, na Providência e por último, no Juízo.

A metodologia empregada para o desenvolvimento deste trabalho será a de pesquisa bibliográfica, em uma abordagem a partir da perspectiva teológica da soberania de Deus, em virtude de este assunto estar estritamente ligado à perfeição do Ser de Deus. Considerar-se-á também, o importante aspecto de que esta soberania envolve tudo, tanto na existência do ser humano quanto do cosmos.



# CAPÍTULO 1

## DA DOUTRINA DA SOBERANIA DE DEUS E SEU DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

O Cristianismo, desde o seu nascedouro, enfrentou diversos e enormes desafios, muitos deles de cunho dogmático. Alguns desses obstáculos já estavam presentes e bem disseminados no mundo há algum tempo. Especificamente, no que se pode reportar à doutrina da prerrogativa da Soberania de Deus, devemos ter a mais acurada compreensão acerca das cosmovisões de alguns movimentos de reflexão filosófica, originados no período helenístico e predominantes no mundo greco-romano. Tais movimentos desenvolveram conceitos completamente obliterados no que concerne aos acontecimentos no mundo. São quatro as correntes desse período: o estoicismo, o epicurismo, o cepticismo e o ecletismo. Dentre essas, as duas primeiras merecem algumas observações antes de se adentrar no desenvolvimento da doutrina da Soberania de Deus conforme a Igreja Cristã.

Pela ordem de importância vem o movimento conhecido como Estoicismo.<sup>4</sup> Fundado, nos fins do século IV a.C., por Zenão de Cícia (336-274 a.C.), continuou a florescer até depois do século III d.C. Segundo essa escola, o princípio causativo primário de tudo no cosmos é o Logos, que permeia todas as coisas. A estrutura do cosmos é resultante não só do Logos, mas também da matéria. Essa, por sua vez, caracteriza-se como uma “multiplicidade de causas, que se misturariam da maneira mais fortuita e imponderada”.<sup>5</sup> O Logos irradiaria a sua força sobre a matéria “à maneira de

---

<sup>4</sup> Esta nomenclatura advém do fato de que o seu fundador, Zenão, costumava ensinar sob os pórticos (stoá) da cidade de Atenas.

<sup>5</sup> R. N. Champlin, *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, (São Paulo: Hagnos, 2001), vol. 2, 540.

sementes”.<sup>6</sup> Este processo deixa claro, que nesse caso, toda a estrutura do cosmos seria fruto do acaso ou do destino, já que o Logos não deixaria possibilidade de escolha ao homem.<sup>7</sup> O Epicurismo, por sua vez, foi fundado por Epicuro de Samos (342-270 a.C.). De acordo com esse movimento, tudo no cosmos seria fruto de um desvio espontâneo no movimento dos átomos constituintes de todas as coisas. Epicuro afirmava que, para o homem chegar a *ataraxia*<sup>8</sup>, era necessário que ele se livrasse de todas as preocupações, dentre elas, os deuses: “Não há razão para se temer a ira dos deuses, pois eles não se preocupam com as coisas deste mundo”.<sup>9</sup> Os deuses vivem em uma outra realidade, apenas comendo e bebendo.

Apresentado o pano de fundo das cosmovisões que antecederam o Cristianismo, será feita agora uma apresentação do desenvolvimento da doutrina da Soberania de Deus segundo a reflexão teológica da Igreja Cristã.

#### A. Na Igreja Antiga

Os compêndios de Teologia Histórica são quase unânimes na sua delimitação dos períodos históricos da Igreja. Comumente, o período da Igreja Antiga tem a sua delimitação entre 30 d.C., que marca o início do ministério público do Senhor Jesus Cristo, até o ano 590 d.C., quando do início do pontificado de Gregório Magno. Ao se observarem todos os documentos produzidos naquela época, pode-se perceber claramente que, além de definições cristológicas, a questão concernente à Soberania de Deus não constava, como parte essencial nem da agenda dos pensadores daquele

---

<sup>6</sup> Battista Mondin, *Curso de Filosofia*, (São Paulo: Paulus, 2002), vol. 1, 110.

<sup>7</sup> *Ibid*, 111.

<sup>8</sup> Conceito epicurista, que denota o prazer ou a ausência de preocupações como o *Bem Supremo*.

<sup>9</sup> *Ibid*, 115.

período e nem da dos concílios eclesiásticos posteriores. Nos pais apostólicos, encontramos algo sobre a soberania de Deus no pensamento de Clemente de Roma, quando, na sua *Primeira Epístola aos Coríntios 20.11*, refere-se a Deus como o Criador e o Soberano governador do universo. Analisando essa passagem o Dr. González nos diz:

O ensino moral de Clemente também insiste sobre o tema estóico da harmonia ou concórdia. A harmonia está manifesta em toda criação, pois ela deriva do caráter de Deus, quem a estabeleceu em todas as coisas. Deus é o criador do universo. Mas a atividade divina, contudo, não está limitada à criação original, pois Deus também é o governador soberano sobre todas as coisas.<sup>10</sup>

Nessa mesma obra de Clemente de Roma, encontramos várias outras afirmações, nas quais pode ser percebida a noção da soberania de Deus. Em 8.5 está escrito o seguinte: “Na sua onipotente vontade, ele decidiu que todos os seus amados tenham possibilidade de arrependimento”.<sup>11</sup> Em 27.5 ele ainda afirma: “Quem lhe perguntará: que fizeste? Ou quem resistirá ao poder de sua força? Ele fará tudo o que quiser e como quiser, e nada passará daquilo que por ele foi decretado”.<sup>12</sup> Ainda no capítulo 32.4 está escrito: “Nós, que por sua vontade fomos chamados em Jesus Cristo, não somos justificados por nós mesmos, nem pela nossa sabedoria, piedade ou inteligência, nem pelas obras que realizamos com pureza de coração”.<sup>13</sup> Em 59.2 ele afirma: “Quanto a nós, seremos inocentes desse pecado e, com orações e súplicas assíduas, pediremos ao Criador do universo que conserve intacto o número de seus eleitos no mundo inteiro”.<sup>14</sup>

Um dos símbolos de fé mais antigos da Igreja, senão o mais antigo deles, o Credo Apostólico, atendendo a uma necessidade da época, começa com a seguinte assertiva:

<sup>10</sup> Justo L. González, *Uma História do Pensamento Cristão*, (São Paulo: Cultura Cristã, 2004), vol. 1, 64.

<sup>11</sup> *Carta de São Clemente de Roma aos Coríntios*, (São Paulo: Paulus, 1995), 28.

<sup>12</sup> *Ibid*, 43.

<sup>13</sup> *Ibid*, 46.

<sup>14</sup> *Ibid*, 65.

“Creio em Deus Pai, Todo-Poderoso...”. O Dr. Robert Hastings Nichols nos diz algo sobre o uso do termo “Pantokrator” ou “Todo-Poderoso”, que aparece no Credo Apostólico:

Nesse período a Igreja começou a desenvolver e aprofundar seu pensamento sobre os elementos fundamentais da sua fé, pesquisas estas que deram origem aos credos do século 4º e 5º. O primeiro impulso para isso procedeu do Gnosticismo. No 2º século, esse movimento espalhou-se no oriente, especialmente na Ásia Menor. O Gnosticismo era uma teoria muito parecida com o Cristianismo, por isso mesmo muito perigosa. Ao mesmo tempo, distanciava-se da doutrina cristã, pois negava que Deus fosse o Criador soberano do mundo e dos homens.<sup>15</sup>

Não obstante, a história do pensamento cristão apresenta alguns desajustes referentes à Soberania divina e sua conseqüente relação com o mundo. Tais desajustes dizem respeito a uma noção exagerada sobre a transcendência de Deus: “Os teólogos cristãos mais antigos, que procuravam interpretar a fé cristã em termos das categorias filosóficas gregas, tendiam em direção de uma ênfase à transcendência *abstrata* de Deus”.<sup>16</sup> Nota-se aqui, que a reflexão desenvolvida naquela época era um pouco divergente, pois se falava tanto em soberania e pessoalidade quanto em impessoalidade da Divindade.

Isto pode ser notado tanto no período dos pais apostólicos quanto no período patrístico posterior. Mais precisamente, foram no 4º e 5º séculos que se travaram as maiores discussões desse período. Contudo, percebe-se que, nos concílios, o assunto em pauta era o relacionamento dentro da Trindade e a Cristologia. Como a sua agenda era outra, os teólogos desse contexto não tiveram uma produção muito acentuada a respeito da soberania de Deus: “Os primeiros ‘Pais da Igreja’ não apresentam idéias definidas sobre o assunto”.<sup>17</sup>

<sup>15</sup> Robert Hastings Nichols, *História da Igreja Cristã*, (São Paulo: Cultura Cristã, 2000), 46.

<sup>16</sup> Walter A. Elwell, *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*, (São Paulo: Vida Nova, 1993), vol. 1, 443.

<sup>17</sup> Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, (São Paulo: Cultura Cristã, 2001), 153.

É no período dos Pais pós-Nicéia, exatamente no pensamento de Agostinho, bispo de Hipona, que se encontra a maior ênfase à doutrina da Soberania de Deus. A importância do pensamento de Agostinho é inquestionável, pois “entre Paulo e Lutero, o Cristianismo teve em Agostinho o maior de seus mestres, cuja influência ainda permanece em ambas as partes da Cristandade: no Protestantismo e no Catolicismo”.<sup>18</sup> E ainda, Hägglund afirma, que “nos pensamentos de Agostinho de Hipona encontram suas raízes as tendências da escolástica bem como a dos místicos, as da política eclesiástica papal e ainda as de reforma da Idade Média”.<sup>19</sup>

Nos escritos do homem de Tagaste, encontram-se as afirmações sobre Deus como a causa primária de todas as coisas e, por consequência lógica, a afirmação das causas secundárias. Ao contrário dos outros “Pais”, Agostinho deu início ao desenvolvimento doutrinário da Soberania de Deus. Ele fez isso em contraposição às doutrinas do destino e do acaso, afirmando, inclusive, o completo domínio de Deus tanto sobre o bem quanto sobre o mal, sem contudo, tornar Deus o autor do pecado. O Dr. Berkhof chama a atenção para o fato de que, “com a defesa da realidade das causas secundárias, ele salvaguardava a santidade de Deus e mantinha a responsabilidade do homem”.<sup>20</sup> Ele trabalhou com o propósito de responder ao questionamento: “Se Deus é a causa de tudo o que acontece, como se explica o mal?”. Segundo Agostinho, a causa do mal não é Deus, mas sim a criatura. Isso não é uma contradição do que foi asseverado acima. Na verdade, a soberania de Deus é enfatizada na afirmação de que Ele soberanamente predeterminou todas as coisas, sendo que o agente do mal é a criatura. E até mesmo essa, é submissa ao Seu controle soberano. “Deus não deve, portanto, ser

---

<sup>18</sup> Nichols, *História da Igreja Cristã*, 61.

<sup>19</sup> Bengt Hägglund, *História da Teologia*, (Porto Alegre: Concórdia, 1989), 95.

<sup>20</sup> Berkhof, *Teologia Sistemática*, 153.

entendido como a sua causa eficiente. Deus não faz o mal, apenas o permite”.<sup>21</sup> O plano soberano de Deus não fica comprometido, mas se manifesta com mais clareza, “julgando ser coisa melhor e mais eficaz tirar o bem também do mal, do que permitir que o mal não existisse”.<sup>22</sup>

É interessante notar que o próprio Agostinho, no passado, foi adepto do maniqueísmo, uma seita que não concebia Deus como onipotente e soberano. O maniqueísmo acreditava num dualismo radical. Os maniqueus “consideravam o mal como princípio independente ao lado de Deus, poder que limitava o domínio de Deus e contra o qual Deus combatia”.<sup>23</sup> Posteriormente, dirigindo-se ao sistema filosófico neoplatônico, Agostinho passou a ver Deus como o bem absoluto, imutável e, acima de toda mudança, a fonte da existência de todas as coisas. Ele mesmo relata o impacto que o neoplatonismo teve no seu pensamento posterior, na obra em que ele próprio narra o percurso de sua peregrinação espiritual:

Depois de ter lido aqueles livros dos platônicos, induzido por eles a buscar a verdade incorpórea, começaram a se tornarem patentes, por meio de tuas obras, tuas perfeições visíveis... Estava certo de tua existência e de que és infinito, sem, contudo te estenderes por espaços finitos ou infinitos; e de que és verdadeiramente aquele que é sempre idêntico a si mesmo, sem te mudares em outro, nem sofrer alteração alguma, quer parcialmente ou com algum movimento, quer de qualquer modo; e de que tudo o mais vem de ti, pela única e irrefutável razão de que existe.<sup>24</sup>

A certeza de que Deus é o rei soberano do universo é muito forte no pensamento de Santo Agostinho. Essa verdade pode ser perfeitamente observada em todas as suas obras pós-conversão. Um dos atributos soberanos de Deus mais salientados pelo bispo de Hipona é a sua imutabilidade. Ele sempre se reporta ao ser divino como “O

---

<sup>21</sup> Mondin, *Curso de Filosofia*, 148.

<sup>22</sup> Santo Agostinho, *A Cidade de Deus*, (Rio de Janeiro: Vozes, 1999), Livro XXII, 2.

<sup>23</sup> Häggglund, *História da Teologia*, 96.

<sup>24</sup> Santo Agostinho, *Confissões*, (São Paulo: Martin Claret, 2002), 162.

Imutável”. Ele salienta o fato da eternidade e da imutabilidade da vontade soberana de Deus:

Antes que chegue o tempo em que se cumprirá como Ele quis o que antes de todos os tempos Ele previu e determinou, nós dizemos: *Acontecerá quando Deus quiser*; mas se ignoramos dum acontecimento, não só o momento (tempus) em que virá a acontecer, mas também se chegará a acontecer, então dizemos: *Acontecerá se Deus quiser*; não porque Deus venha a ter então uma vontade nova que antes não tinha, mas porque só então acontecerá aquilo que desde toda a eternidade está preparado na sua vontade imutável.<sup>25</sup>

Todos os eventos, todos os acontecimentos na história da humanidade têm como causa primária, segundo Agostinho, a vontade soberana de Deus. Todas as coisas estão sujeitas à vontade de Deus, até mesmo todos os principados e potestades, sejam eles físicos ou espirituais. Além disso, ele vê a história como a concretização do plano eterno de Deus: “Agostinho exalta o poder espiritual sobre o temporal ao afirmar a soberania do Deus que se tornou o Criador da história no tempo. Deus é Senhor da história e nada o limita”.<sup>26</sup> E ainda: “Tudo o que vem a ser é uma consequência de Sua vontade e ação. Antes mesmo da criação, Deus tinha um plano em vista para Sua criação”.<sup>27</sup> Percebe-se que, no pensamento de Agostinho, tudo, principalmente, a Criação, é manifestação da soberania e supremacia do ser de Deus. Ninguém melhor que o próprio Agostinho para afirmar isso: “És grande, Senhor e infinitamente digno de ser louvado; grande é o teu poder, e incomensurável tua sabedoria... porque nos fizeste para ti, e nosso coração está inquieto enquanto não encontrar em ti descanso”.<sup>28</sup> Nada escapa ao domínio de Deus, pois ele é o “Deus sumo excelente, poderosíssimo, onipotentíssimo, misericordiosíssimo

<sup>25</sup> Santo Agostinho, “A Vontade Eterna e Imutável de Deus”, [http://www.monergismo.com/a\_vontade\_eterna\_e\_imutavel\_de\_deus.html], Janeiro 2005.

<sup>26</sup> Earle E. Cairns, *O Cristianismo Através dos Séculos*, (São Paulo: Vida Nova, 2003), 120.

<sup>27</sup> Ibid, 120.

<sup>28</sup> Agostinho, *Confissões*, 29.

e justíssimo”.<sup>29</sup> É bastante plausível observar os superlativos aqui empregados, para se ter uma perspectiva da consciência que Agostinho possuía da soberania divina.

O monergismo enfatizado por Agostinho não é exaurido quando se trata apenas da Criação. Na verdade, a salvação também parte de um pressuposto absolutamente monergista. Isto fica perfeitamente claro, quando das suas controvérsias com o monge irlandês Pelágio<sup>30</sup>, sobre o pecado da humanidade. De fato, a controvérsia com Pelágio teve início quando, em Roma, este reagiu violentamente contra a teologia de Agostinho, pois Pelágio não concordava com o fato de não existir lugar para os esforços e a participação humana. Pelágio discordou de forma hostil<sup>31</sup> da afirmação de Agostinho: “Dai-me o que me ordenas e ordena-me o que quiserdes”.<sup>32</sup> Uma outra afirmação que os discípulos de Pelágio discordaram veementemente foi: “a suficiência dos meus méritos está em saber, que meus méritos não são suficientes”.<sup>33</sup>

Os pontos centrais da controvérsia eram as questões do livre-arbítrio, graça e predestinação. Tais conceitos nortearam profundamente a principal característica do pensamento agostiniano. A ênfase estava “na supremacia absoluta de Deus e a conseqüente fragilidade e dependência absoluta da alma da graça de Deus”.<sup>34</sup> De acordo com Agostinho, no que concerne ao pecado e à salvação, após a Queda, o homem possui liberdade apenas para pecar, o *non posse non peccare*, simplesmente não existe. Como conseqüência lógica desse raciocínio, segue-se que a salvação depende única e exclusivamente de Deus. A salvação é possível apenas por meio da graça de Deus, “e essa graça não depende de nenhum mérito da parte daquele que a recebe, segue-se que é

---

<sup>29</sup> Ibid, 31.

<sup>30</sup> Na verdade, Pelágio parece ter sido um monge irlandês ou galês que apareceu em Roma por volta de 400 d.C., para refutar as doutrinas de Agostinho.

<sup>31</sup> Justo L. González, *Uma História do Pensamento Cristão*, (São Paulo: Cultura Cristã, 2004), vol. 2, 29.

<sup>32</sup> Agostinho, *Confissões*, 236.

<sup>33</sup> Santo Agostinho, *O Livre-Arbítrio*, (São Paulo: Paulus, 1995), 150.

<sup>34</sup> Roger Olson, *História da Teologia Cristã: 2000 Anos de Tradição e Reformas*, (São Paulo: Vida, 2001), 259.



Deus, por meio de sua soberana liberdade e ato, quem decide quem deve receber esse dom imerecido”.<sup>35</sup> A soberania de Deus na salvação, segundo a reflexão teológica de Agostinho, se expressa pelo fato de que se encontra apenas nos arcanos de Deus o critério, segundo o qual, uma determinada pessoa será o receptáculo desse dom: “Os eleitos são retirados dessa ‘massa de maldição’, que é a humanidade, por meio de um ato soberano de Deus, que os predestinou para a salvação”.<sup>36</sup>

A compreensão de Agostinho acerca da soberania de Deus era tão ampla, que declarações do bispo de Hipona, mostram a presença da certeza de que a salvação, em sua completude, se devia unicamente à vontade soberana de Deus e à sua graça irresistível. Para ele, a assistência divina era o componente *sine qua non* para que o homem pudesse ser salvo da condenação e chegar à glorificação final: “No caso da salvação, uma vez concedida a quem dela carecia, para sempre está salvo... Depois de predestinados, não teriam perseverado de fato, se não tivessem recebido ao mesmo tempo o poder e o querer”.<sup>37</sup> E ele prossegue dizendo: “De tal maneira foi-lhes inflamada a vontade pelo Espírito Santo que podiam precisamente porque queriam e queriam porque neles Deus operava o querer”.<sup>38</sup>

Como corolário para o pensamento agostiniano acerca da prerrogativa soberana de Deus e, de certa forma, sumariando a sua elucubração teológica é importante a sua seguinte afirmação:

Toda vida, tanto grande como pequena, todo poder, grande e pequeno, toda segurança, grande e pequena, toda memória, grande e pequena, toda virtude, grande e pequena, todo intelecto, grande e pequeno, toda tranquilidade, grande e pequena, toda abundância, grande e pequena, toda sensação, grande e pequena, toda luz, grande e pequena, toda suavidade, grande e pequena, toda medida, grande e pequena, toda beleza, grande e pequena, toda paz, grande e pequena, e quaisquer outras coisas como essas que possam ocorrer,

---

<sup>35</sup> González, *Uma História do Pensamento Cristão*, vol. 2, 46.

<sup>36</sup> *Ibid*, 47.

<sup>37</sup> Agostinho em H. Bettenson, *Documentos da Igreja Cristã*, (São Paulo: ASTE, 2001), 107.

<sup>38</sup> *Ibid*, 107.

especialmente as que são achadas em todas as coisas, quer espirituais ou corpóreas, toda medida, toda forma, toda ordem, tanto grande como pequena, provêm do Senhor Deus.<sup>39</sup>

A ampla investigação acerca do pensamento de Agostinho é necessária, pelo fato de ele marcar o fim de uma era e o início de outra. Ele é o último dos escritores cristãos da Antigüidade e o precursor da teologia predominante do período seguinte.

De fato, percebe-se que a doutrina acerca da Soberania de Deus foi parte integrante da agenda dos primeiros pensadores cristãos. Homens representativos como Clemente de Roma e Agostinho de Hipona, além das afirmações existentes no Credo Apostólico confirmam o que foi asseverado aqui.

## B. Na Igreja Medieval

Verificou-se acima, a importância do pensamento teológico dos primeiros pais e, principalmente, o de Agostinho para o desenvolvimento histórico da doutrina da soberania de Deus. Os efeitos da teologia desse último se fizeram sentir também no período seguinte ao da Igreja Antiga. As doutrinas da graça e da predestinação agostinianas suscitaram ampla controvérsia mesmo antes da sua morte, “e continuaram a ocupar o centro da discussão teológica durante toda a Idade Média e mesmo, em parte, até no período após a Reforma”.<sup>40</sup>

O período agora em foco tem como marco inicial a ascensão de Gregório Magno ao pontificado, no ano 590 d.C., e se estende até ao ano 1517 d.C., com o advento da Reforma Protestante. Nesse período, a certeza da supremacia de Deus teria ficado incontestada, se não fossem o *pelagianismo* e o seu desdobramento posterior, o

---

<sup>39</sup> Agostinho em González, *Uma História do Pensamento Cristão*, vol. 2, 40.

<sup>40</sup> Häggglund, *História da Teologia*, 119.

*semipelagianismo*. Os embates durante a Idade Média se deram entre essas correntes e o agostinianismo. O pelagianismo, surgido no 5º século, tinha como pressuposto a idéia de que o homem, quando do seu nascimento, está livre da culpa de Adão, de forma que, sendo negado o pecado original, a vontade humana era completamente livre da corrupção adâmica: “a vontade humana sempre foi e continua sendo livre para escolher o bem”.<sup>41</sup> Conseqüentemente, a soberania de Deus ficaria comprometida e os pecadores poderiam obedecer à lei de Deus, se somente eles quisessem.

Já o semipelagianismo se tratava de uma rejeição ao pensamento pelagiano e de uma suavização da doutrina de Agostinho. Segundo os semipelagianos, pelo simples exercício do livre-arbítrio, o homem pode ou rejeitar a graça ou se dedicar a ela. Percebe-se que o princípio monergista estabelecido por Agostinho é desconsiderado em favor de um sistema sinergista. Isso, em linhas gerais, quer dizer que, “quando o homem é convertido, às vezes, é Deus quem toma a iniciativa, mas em outras ocasiões ele espera que nós nos decidamos, de modo que a nossa vontade antecipa a vontade de Deus”.<sup>42</sup> O que fica patente, é que tanto o pelagianismo quanto o semipelagianismo se constituem num levante contra o primado da vontade soberana de Deus.

Retomando Gregório Magno, supramencionado, é conveniente ressaltar que ele próprio aceitava a doutrina da soberania de Deus nos moldes formulados por Agostinho. No entanto, isso não se dava na sua inteireza, pois essa aceitação aconteceu de forma simplificada. Para ele, o bem tanto pode ser atribuído a Deus quanto ao homem: “a Deus por causa da sua graça preveniente, e ao homem por causa de seu livre-arbítrio”.<sup>43</sup> A vontade de Deus e a vontade do homem estão num mesmo patamar.

---

<sup>41</sup> Champlin, *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, 184, vol. 5.

<sup>42</sup> Hägglund, *História da Teologia*, 120.

<sup>43</sup> *Ibid*, 124.

No período medieval conhecido como “Renascença Carolíngia”, um teólogo digno de ser mencionado é o monge saxão Gottschalk, que viveu durante o século IX. O cerne da discussão, nesse contexto, girou em torno da soberania de Deus na salvação e também na preterição. A partir de uma intensa leitura das obras de Agostinho, Próspero, Fulgentius e outros, Gottschalk enfatizou a soberania de Deus na predestinação dos eleitos para a salvação e dos réprobos para a perdição. Seus maiores opositores foram Rabanus Maurus, o arcebispo Hincmar de Reims e João Scotus Erígena. Gottschalk foi preso e torturado no monastério de Orbais até morrer completamente louco. Outros teólogos da época como Prudentius de Troyes, Servatus Lupus, Florus de Lião e Ratramnus de Corbie endossaram a doutrina da soberania divina na dupla predestinação.

Já no período do apogeu da Idade Média, mais especificamente no alto escolasticismo medieval, destaca-se a figura do dominicano Tomás de Aquino (1227-1274 d.C.). Vale salientar que, de acordo com a afirmação de Mc Gregor Wright, “os dominicanos eram principalmente agostinianos, enquanto que os franciscanos eram amplamente semipelagianos”.<sup>44</sup> Aqui, uma doutrina inteiramente agostiniana da soberania de Deus se tornou parte da teologia de muitos grandes pensadores, incluindo Tomás de Aquino. Para esse importante pensador, a primazia da vontade soberana de Deus é evidenciada no seu controle sobre todas as suas criaturas. Para ele, “a soberania de Deus é universal, pois o que Deus criou, ele governa e pode todas as coisas”.<sup>45</sup> A onipotência de Deus está numa harmonia eqüilátera com sua vontade justa e inteligência sábia.

Para Tomás de Aquino, existem cinco caminhos para se provar a existência de Deus. Um desses caminhos é o da causalidade. Deus é a causa de tudo o que acontece:

---

<sup>44</sup> R. K. Mc Gregor Wright, *A Soberania Banida: Redenção Para a Cultura Pós-Moderna*, (São Paulo: Cultura Cristã, 1998), 24.

<sup>45</sup> Tomás de Aquino em *Catecismo da Igreja Católica*, (Petrópolis: Edições Loyola, 2002), 80, 81.

Todas as coisas neste mundo têm suas causas, e algumas podem ser a causa de outras, mas nenhuma é sua própria causa. Assim, existe uma ordem de causas, e nesta ordem deve existir uma primeira causa, pois se a primeira causa não existisse as outras seriam também não existentes. Essa primeira causa é Deus.<sup>46</sup>

Ele também fala do caminho da ordem do universo, onde todas as coisas se movem para um determinado fim que lhes é próprio. Contudo, elas não poderiam fazer isso por si mesmas. Aquele que as leva para esse fim é Deus.<sup>47</sup> Com isso em mente, Tomás de Aquino falou de Deus como “o primeiro motor imóvel, a primeira causa, a necessidade absoluta, a Perfeição Absoluta e, finalmente, a suprema inteligência”.<sup>48</sup> Tudo o que acontece está sujeito à vontade de Deus, que sempre é cumprida, até mesmo de forma permissiva.

João Duns Scotus (1266-1308 d.C.), que é considerado como o “último dos grandes acadêmicos da Idade Média”<sup>49</sup>, colocou ampla ênfase na supremacia da vontade divina. Esse era o seu voluntarismo. Havia uma insistência na primazia da vontade sobre a razão. A vontade de Deus, segundo ele, é a única causa de sua própria ação. Contudo, o voluntarismo em Deus não é arbitrário, ou seja, o princípio para tal é que em Deus, vontade e razão são a mesma coisa<sup>50</sup>. O conceito teológico fundamental em Duns Scotus é o seu conceito da vontade soberana de Deus, em contraste com a vontade do homem: “O alvo é que esta se sujeite àquela e se adapte a ela”.<sup>51</sup> A vontade soberana de Deus é “a base para o curso do mundo e para a revelação”.<sup>52</sup>

O nominalista William de Ockham (1280-1349), que também era um voluntarista, teve como nota mais característica de seu pensamento, a distinção entre o poder absoluto de Deus – *potentia absoluta* – e o poder ordenado de Deus – *potentia*

<sup>46</sup> González, *Uma História do Pensamento Cristão*, vol. 2, 256.

<sup>47</sup> *Ibid*, 257.

<sup>48</sup> Hägglund, *História da Teologia*, 157.

<sup>49</sup> González, *Uma História do Pensamento Cristão*, vol. 2, 305.

<sup>50</sup> *Ibid*, 300.

<sup>51</sup> Hägglund, *História da Teologia*, 160.

<sup>52</sup> *Ibid*, 160.

*ordinata*. O poder absoluto corresponde ao poder ilimitado de Deus e o poder ordenado corresponde ao seu poder como ele opera no mundo.<sup>53</sup> Para ele, essa distinção era uma maneira consistente de salvaguardar a absoluta primazia da vontade sobre a razão em Deus, evitando assim a arbitrariedade.<sup>54</sup> O poder de Deus não é limitado por nada a não ser pelas leis mais rigorosas da lógica, como a lei da não-contradição.

Fica claro aqui, que a doutrina da soberania divina foi amplamente discutida no período da Idade Média, justamente por causa dos embates travados entre aqueles que sustentavam a supremacia de Deus na salvação e os pelagianos e semipelagianos. E, de certa forma, alguns aspectos do que foi produzido naquele período também teve forte influência no período posterior, o da Reforma Protestante.

### C. No Período da Reforma Protestante

Esse período tem como início o ato de Martinho Lutero ao afixar as suas famosas 95 Teses, na porta da Catedral de Wittenberg em 1517 d.C., e se estende até o ano de 1648 d.C., com o fim da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Nesse contexto, o que pode ser averiguado com muita sensibilidade é o fato de que os reformadores tinham a noção de que a soberania e o poder de Deus correspondiam ao requerido respeito pela majestade de Deus. Num sentido mais amplo, os reformadores da primeira e segunda gerações tomaram verdades expressas por Agostinho e por outras fontes, que aproximavam as suas idéias de um certo determinismo fatalista. Não obstante, tal entendimento sempre era neutralizado pela inabalável convicção da responsabilidade do homem pecador.

---

<sup>53</sup> Roger Olson, *História da Teologia Cristã*, 363.

<sup>54</sup> González, *Uma História do Pensamento Cristão*, vol. 2, 306.

O ponto de partida para o levantamento do pensamento dos reformadores, no tocante à soberania de Deus, se dará de uma perspectiva cronológica.

Dessa forma, o primeiro dos reformadores é Martinho Lutero. A priori, é mister ter o devido entendimento de que o próprio Lutero tinha idéia de sua eleição como a expressão da certeza de que todas as coisas têm a sua origem em Deus. De forma que, em todas as coisas, é necessário o auxílio de Deus. É exatamente isso que ele deseja expressar com muita fidelidade, de acordo com o que está registrado no Livro de Concórdia<sup>55</sup>:

Todavia, sem a graça, o auxílio e a operação do Espírito Santo o homem é incapaz de ser agradável a Deus, temê-lo de coração, ou crer, ou expulsar do coração as más concupiscências inatas. Isso, ao contrário, é feito pelo Espírito Santo, que é dado pela palavra de Deus.<sup>56</sup>

E ainda acerca da natureza soberana do próprio Deus, Lutero declara<sup>57</sup>:

E todavia há três pessoas nesta única essência divina, igualmente poderosas, igualmente eternas, Deus Pai, Deus Filho, Deus Espírito Santo, todas três uma única essência divina, eterna, indivisa, infinita, de incomensurável poder, sabedoria e bondade, um só criador e conservador de todas as coisas visíveis e invisíveis.<sup>58</sup>

Por meio dessa declaração, fica evidente que Lutero possuía uma visão da completude da soberania de Deus. Tudo na vida do ser humano tem a sua origem no ser de Deus e, por isso, são totalmente dependentes e soberanamente controladas pela vontade divina. A isso, Lutero, na sua elucubração teológica deu o nome de *coram Deo*, que quer dizer “diante de Deus”. Com isso ele tencionava afirmar que todas as coisas

---

<sup>55</sup> O Livro de Concórdia – Trata-se, na verdade, de um compêndio caracteristicamente confessional da ortodoxia luterana, que tem como conteúdo os seguintes documentos: Os Credos (Símbolos) Ecumênicos, A Confissão de Augsburgo, A Apologia da Confissão de Augsburgo, Os Catecismos Maior e Menor de Lutero, Os Artigos de Esmalcade e A Fórmula da Concórdia.

<sup>56</sup> *O Livro de Concórdia*, (São Leopoldo: Sinodal e Concórdia, 1993), A Confissão de Augsburgo, Do Livre-Arbitrio, Art. XVIII, 36. Esta Confissão de Fé foi apresentada ao Imperador Carlos V, por ocasião da Dieta de Augsburgo, no ano de 1530 d.C.

<sup>57</sup> É certo o fato de que Lutero não estava presente em Augsburgo, todavia, ele foi constantemente consultado por correspondência, de forma que as emendas e revisões foram sendo feitas até a véspera da apresentação formal do documento, em 25 de junho de 1530.

<sup>58</sup> *O Livro de Concórdia*, A Confissão de Augsburgo, De Deus, Art. I, 27, 28.

estão na presença de Deus. *Coram Deo* significa que sempre estamos à disposição da vontade soberana de Deus, ao passo que “ele nunca está à nossa disposição”.<sup>59</sup>

Em sua obra *De Servo Arbitrio*, Lutero recusou submeter o Deus soberano ao tribunal da justiça humana como se “a Majestade, que é o criador de todas as coisas, tivesse de curvar-se a uma das escórias da sua criação”.<sup>60</sup> Essa é uma clara afirmação do exercício da supremacia de Deus sobre a sua Criação e uma resposta direta ao humanista Erasmo de Rotterdam: “‘Deixem Deus ser bom’, clamava Erasmo, o moralista. ‘Deixem Deus ser Deus’, replicava Lutero, o teólogo”.<sup>61</sup> Lutero afirmava com veemência que não havia base escriturística para a concepção de um suposto livre-arbítrio, pois “a salvação depende exclusivamente da onipotente vontade divina da graça”.<sup>62</sup> Na sua reflexão acerca do exercício da supremacia divina, Lutero afirmou que Deus é a causa primária de todas as coisas: “Deus, por seu turno, é aquele que faz tudo em tudo, e com inalterável força impele tudo o que acontece, tanto o bem como o mal”.<sup>63</sup> Percebe-se, com esta afirmação, que Lutero concebia Deus como sendo também a fonte do mal, entretanto, do ponto de vista de que nada ocorre sem sua vontade e da cooperação ativa de instrumentos pecaminosos.

É interessante ainda observar que, enquanto afirmava a realidade da soberania de Deus na providência, Lutero não dava muita importância ao aspecto da preservação e do governo soberano de Deus.<sup>64</sup>

Filipe Melanchthon (1497-1560), é considerado como o mais notável discípulo e colaborador de Lutero, além de ter criado um tipo independente de teologia, no período da Reforma. A sua principal obra teológica foi seu livro *Loci Communes*, o primeiro

<sup>59</sup> Timothy George, *Teologia dos Reformadores*, (São Paulo: Vida Nova, 1994), 60.

<sup>60</sup> Lutero em Timothy George, *Teologia dos Reformadores*, 78.

<sup>61</sup> *Ibid*, 78.

<sup>62</sup> Hägglung, *História da Teologia*, 196, 197.

<sup>63</sup> *Ibid*, 198.

<sup>64</sup> Berkhof, *Teologia Sistemática*, 154.



livro da Reforma, no campo da dogmática, publicado pela primeira vez em 1521. É interessante como entre a primeira publicação da *Locis* e a terceira, em 1543, pode ser percebido o quanto Melanchthon modificou o seu ponto de vista. Por exemplo, de início Melanchthon concordava com Lutero no que diz respeito à soberania de Deus na predestinação, mas já na terceira edição da sua obra, ele passou a rejeitar a própria idéia da dupla predestinação. Para ele, nada deveria implicar que Deus tivesse decretado também a destruição dos ímpios. Essa, na verdade, era uma tentativa de salvaguardar a Deus de ser a causa do mal. Para Melanchthon, “a razão porque um é escolhido e o outro é condenado, deve residir no homem”.<sup>65</sup> Em outras palavras, Melanchthon demonstrou traços de sinergismo na sua teologia e divergia da idéia da onipotência de Deus como base para todas as coisas, principalmente para a predestinação.

Ulrich Zwínglio (1484-1531), que foi um outro reformador de primeira geração, também apresenta no seu pensamento teológico ampla discussão acerca da soberania de Deus. Na sua teologia, o ponto de partida fundamental é a distinção estipulada por ele entre o Criador e todas as criaturas. Deus é o soberano Criador que criou todas as coisas *ex nihilo*. Zwínglio lamentava o fato de que essa certeza havia sido abafada e mesmo negada, muitas vezes. A base para o pensamento de Zwínglio era a teologia de Agostinho. Nas suas obras, ele fez ecoar o mesmo pensamento: “Como pode qualquer pessoa atribuir algo a si mesma, se tudo o que ela é vem de Deus?”<sup>66</sup>. Ademais, assim como Lutero antes dele, afirmou a soberania de Deus na salvação e na criação. Timothy George chama a atenção para o fato de que “suas doutrinas da providência e da predestinação foram quando muito ainda mais claramente delineadas do que as do reformador de Wittenberg”.<sup>67</sup> Zwínglio referiu-se a Deus como a primeira causa e o bem

---

<sup>65</sup> Hägglund, *História da Teologia*, 214.

<sup>66</sup> Zwínglio em Timothy George, *Teologia dos Reformadores*, 122.

<sup>67</sup> *Ibid*, 123.

supremo (*summum bonum*), utilizando assim, uma linguagem tipicamente escolástica. Para Zwínglio, o poder soberano de Deus é intencional, teleológico, dirigido para um fim específico. Deus é o centro diretor de toda a realidade existente, e o seu poder e vontade soberanos não estão separados de sua sabedoria, conhecimento e presciência. No que tange à providência, Zwínglio mostra como ela também está relacionada com os eventos mais insignificantes da vida humana:

Não podemos deixar de admitir que nada, nem mesmo a menor das coisas, acontece sem que seja ordenada por Deus. Pois quem se importa tanto é tão curioso assim para saber quantos fios de cabelo tem na cabeça? Ninguém. Deus, entretanto, sabe quantos. De fato, nada é tão pequeno em nós, ou em qualquer outra criatura, que não seja comandado pela providência de Deus, que tudo sabe e tudo pode.<sup>68</sup>

Mas é, precisamente, na pessoa e na obra de João Calvino (1509-1564) que pode ser notada uma maior ênfase na soberania de Deus. Calvino entendia a soberania de Deus como abarcando tudo na existência do cosmos.<sup>69</sup> Ele possuía um sentimento religioso de dependência absoluta do Deus soberano. Na sua teologia, Calvino demonstra que a doutrina básica da eleição ou da predestinação se sobressaía como uma testemunha inequívoca da soberania de Deus.

A idéia da glória de Deus ocupa lugar central na reflexão teológica de Calvino: “Na sua soberania, Deus estipulou que a sua glória seria o alvo de todos os seus planos para o mundo e para a salvação, bem como o da atividade humana”.<sup>70</sup> Calvino sempre viu o mundo como um “teatro deslumbrante da glória de Deus, vivo com testemunhas múltiplas de seu poder e majestade”.<sup>71</sup> A soberania de Deus, na criação, foi defendida por Calvino contra o extremo do fatalismo e da concepção estoíca de que o mundo é produto do acaso. Também enfatizou a criação a partir do nada, *ex nihilo*. Essa era a

<sup>68</sup> Zwínglio em Timothy George, *Teologia dos Reformadores*, 123.

<sup>69</sup> Henri Strohl, *O Pensamento da Reforma*, (São Paulo: ASTE, 1963), 150.

<sup>70</sup> Hägglund, *História da Teologia*, 224.

<sup>71</sup> George, *Teologia dos Reformadores*, 201.

marca referencial da verdadeira fé bíblica. Qualquer visão que não fosse essa, Calvino afirmava que “tirava de Deus sua onipotência, mas também (e isso era mais danoso na opinião de Calvino) o privava de sua glória”.<sup>72</sup> Contra os estóicos ele treveja:

Por isso, pois, é havido por Onipotente, não porque possa, na verdade, agir, contudo, cesse, por vezes, e permaneça inativo, ou, por um impulso geral, dê continuidade ao curso da natureza que há prefixado, mas porque, a céu e terra governando por Sua providência, a tudo regula de tal modo que nada ocorra senão por Sua determinação.<sup>73</sup>

Ele faz a seguinte afirmação, mostrando a soberania de Deus no controle do mundo, em contraposição à idéia da aleatoriedade dos acontecimentos no mundo:

Portanto, quem se quiser guardar desta infidelidade, tenha sempre em lembrança que não há nas criaturas ou poder, ou ação, ou movimento aleatórios; ao contrário, são de tal modo governados pelo secreto conselho de Deus, que nada acontece senão dEle, consciente e deliberadamente, decretado.<sup>74</sup>

E ainda:

Ora, não engendramos com os Estóicos, em função da perene vinculação e da determinada seriação implícita das causas, uma necessidade que se contenha em a natureza; ao contrário, de tudo constituímos árbitro e moderador a Deus, Que, por Sua sabedoria, decretou desde a extrema eternidade [o] que haveria de fazer e, agora, por Seu poder, executa [o] que decretou. Daí, afirmamos serem de tal modo governados por Sua providência não somente o céu e a terra, e as criaturas inanimadas, mas até os desígnios e intenções dos homens, que ao destinado escopo são dela retilineamente conduzidos.<sup>75</sup>

Tudo, absolutamente tudo, está enquadrado debaixo da soberania de Deus, no pensamento teológico de Calvino: “Ridícula insânia, sem dúvida, que deliberam agir sem Deus míseros homens que nem podem, realmente, falar senão [o] que ele haja querido”.<sup>76</sup> Até mesmo o simples fato de os seres humanos falarem está debaixo do governo soberano do Deus Todo-Poderoso. O próprio Calvino até chegou a ser acusado

---

<sup>72</sup> Ibid, 201.

<sup>73</sup> João Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol. 1, XVI, 3, (São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985), 216.

<sup>74</sup> Ibid, 217.

<sup>75</sup> Ibid, 223.

<sup>76</sup> Ibid, 221.

de ser um defensor do estoicismo, no entanto, ele negou tal acusação e mostrou que, na vida cristã, o chefe e governante de todas as coisas não era uma força corrente impessoal de inevitabilidade, mas, sim, o Criador pessoal do universo.

Um outro erro combatido por Calvino foi o do deísmo, ou seja, a idéia de que Deus criou o mundo no início, e depois o deixou continuar seu curso sozinho:

Apreendam, portanto, de início, os leitores, que se designa Providência não [aquela] mediante a qual, passivo, Deus observa do céu [as cousas] que se passam no mundo; ao contrário, [aquela] pela qual, como que a suster o leme, governa a todos os eventos. Destarte, às mãos, não menos que aos olhos, diz[-Lhe] ela respeito.<sup>77</sup>

Não apenas os suntuosos acontecimentos da história do mundo, mas até mesmo as mais insignificantes ocorrências dentro da natureza estavam sujeitas à soberania de Deus: “Como já [o] disse, é pueril restringir isto a atos particulares, quando Cristo declara, sem exceção [Mt 10.29], que nenhum dentre os pardaizinhos de nenhum valor tomba ao solo sem a vontade do Pai”.<sup>78</sup>

Ainda com Calvino, é sabido que ele é bem conhecido por sua doutrina da predestinação, que muitos estudiosos declararam ser o centro de sua teologia. Só que até mesmo esse ponto da sua teologia é subserviente à verdade da soberania divina. Assim, como todo o curso do mundo se encontra sob a soberania de Deus, assim também a salvação ou a condenação de cada homem depende da vontade onipotente e soberana e da predestinação de Deus. Pode-se perceber que, no pensamento de Calvino, as obras da providência e da predestinação devem ser separadas, pois “assim providência, em certo sentido, completa a doutrina do Deus Criador, da mesma forma a predestinação é o clímax da doutrina do Deus Redentor”.<sup>79</sup> Calvino definiu a predestinação nos seguintes termos: “Chamamos predestinação o eterno decreto de Deus pelo qual houve em si [por]

---

<sup>77</sup> Ibid, 217.

<sup>78</sup> Ibid, 220.

<sup>79</sup> George, *Teologia dos Reformadores*, 231.

determinado quê acerca de cada homem quisesse acontecer”.<sup>80</sup> Calvino salienta ainda, que por causa dos desígnios soberanos de Deus, os homens não são criados em igualdade, antes, são preordenados ou para a vida eterna ou para a condenação eterna.<sup>81</sup>

Analisando o pensamento de Calvino acerca da predestinação, González afirma:

O decreto da eleição de Deus não depende do pré-conhecimento divino. Predestinação não é simplesmente a decisão de Deus de tratar com uma pessoa de acordo com o que Deus antecipa a respeito das futuras ações e atitudes da pessoa. Pelo contrário, o fato da eleição ser um decreto soberano significa que ela não depende de nenhuma ação humana, passada, presente, ou futura. É uma decisão independente da parte de Deus.<sup>82</sup>

O que pode ser apreendido, a partir da observação do pensamento teológico de Calvino, é a cosmovisão holística que ele tinha no que se reporta à doutrina da prerrogativa soberana de Deus. E é, igualmente interessante, o quanto a sua elucubração influenciou o pensamento da teologia reformada posterior.

O sínodo de Dordrecht (1618-19), um concílio que se reuniu para resolver o problema dos Remonstrantes, no tocante à soberania de Deus na salvação, defendeu ardorosamente o dogma em questão. Nele, foi afirmado, que há certo número de homens que foram escolhidos para serem salvos por Cristo, tão somente com base no beneplácito soberano de Deus. A ortodoxia calvinista, desse período, tinha como figura de maior destaque Francisco Gomarus que afirmou que “não apenas a condenação eterna, mas também a queda em pecado, foi preordenada pelo decreto soberano de Deus”.<sup>83</sup> Os teólogos reformados, ou gomaristas, em resposta aos arminianos também publicaram um documento, a “Contra-Remonstrância”, esclarecendo seu ponto de vista em sete artigos<sup>84</sup>: 1) Deus, em seu beneplácito soberano, escolhe alguns a fim de salvá-los por

---

<sup>80</sup> João Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol. 3, XXI, 5, (São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985), 389.

<sup>81</sup> *Ibid*, 389.

<sup>82</sup> Justo L. González, *Uma História do Pensamento Cristão*, vol. 3, (São Paulo: Cultura Cristã, 2004), 162.

<sup>83</sup> Hägglund, *História da Teologia*, 230.

<sup>84</sup> *Os Cânones de Dort*, (São Paulo: Cultura Cristã, 2003), 09, 10.

Cristo, sendo as demais pessoas preteridas; 2) este decreto se aplica também a crianças; 3) aos eleitos, Deus dá a fé; 4) para eles é o sacrifício reconciliatório de Cristo; 5) o Espírito os renova; 6) o Espírito os guarda na fé; e 7) eles mostram gratidão através das obras.

Também os cânones de Dort, compostos de cinco capítulos que são comumente denominados de “Os Cinco Pontos do Calvinismo” tratam dessa matéria. E a título de exemplificação é salutar a observação do que o texto dos cânones afirma no primeiro capítulo, que trata da eleição e depravação do homem. No artigo 10 desse capítulo está escrito: “A causa desta eleição graciosa é somente o bom propósito de Deus”.<sup>85</sup> E ainda no artigo 11: “Como Deus é supremamente Sábio, Imutável, Onisciente e Todo-Poderoso, assim Sua eleição não pode ser cancelada e depois renovada, nem alterada, revogada ou anulada; nem mesmo podem os eleitos ser rejeitados ou o número deles ser diminuído”.<sup>86</sup> É claro o fato de que pode ser vista aí a afirmação da soberania de Deus, em sua liberdade de escolher alguns e rejeitar a outros.

Falando sobre a eficácia da morte sacrificial de Jesus Cristo, os cânones afirmam o seguinte:

Pois este foi o *soberano Conselho*, a *Vontade graciosa*, e o *Propósito de Deus*, o Pai, que a eficácia vivificante e salvífica da preciosíssima morte de Seu Filho fosse estendida a todos os eleitos. Daria somente a eles a justificação pela fé e, por conseguinte os traria infalivelmente à salvação. Isto quer dizer que *foi da vontade de Deus* que Cristo, por meio do sangue na cruz (pelo qual Ele confirmou a nova aliança), redimisse efetivamente, de todos os povos, tribos, línguas e nações, todos aqueles e somente aqueles que foram escolhidos desde a eternidade para serem salvos e Lhe foram dados pelo Pai. *Deus quis* que Cristo lhes desse a fé, que Ele mesmo lhes conquistou com Sua morte, com outros dons salvíficos do Espírito Santo. *Deus quis* também que Cristo os purificasse de todos os pecados por meio do seu sangue, tanto do pecado original como dos pecados atuais, que foram cometidos antes e depois de receberem a fé. E que Cristo os guardasse fielmente até o fim e finalmente os fizesse comparecer perante o próprio Pai em glória, sem mácula, nem ruga (Ef 5.27).<sup>87</sup>

<sup>85</sup> Ibid, 20.

<sup>86</sup> Ibid, 20.

<sup>87</sup> Ibid, 30, 31.

Outros documentos que retratam a teologia reformada posterior a Calvino são os documentos produzidos na Assembléia de Westminster. A Confissão de Fé traz em todo o seu escopo afirmações inequívocas a respeito do assunto em foco. No capítulo II, quando trata de Deus e da Santíssima Trindade a Confissão afirma:

Há um só Deus, vivo e verdadeiro, o qual é infinito em seu ser e perfeição, um espírito puríssimo, invisível, sem corpo, membros ou paixões, *imutável, imenso, eterno, incompreensível, onipotente, sapientíssimo, santíssimo, soberano, absoluto, operando todas as coisas segundo o conselho de sua própria e imutável e justíssima vontade*, para sua própria glória; amantíssimo, gracioso, misericordioso, longânimo, riquíssimo em bondade e verdade, perdoando a iniquidade, a transgressão e o pecado; é o galardoador daqueles que diligentemente o buscam; e sobretudo justíssimo e mui terrível em seus juízos; pois odeia o pecado, e de modo algum inocenta o culpado.<sup>88</sup>

Além disso, a Confissão ainda afirma também a supremacia de Deus como fonte de toda a existência, exercendo pleno e soberano domínio sobre suas criaturas, para fazer nelas tudo quanto lhe apraz.<sup>89</sup>

Concluído a análise sobre a doutrina da Soberania divina na era da Reforma, será analisada agora a próxima fase, onde podem ser verificadas certas distorções e desconsiderações para com a doutrina em questão.

#### D. Na Idade Moderna e Contemporânea

O presente período tem como marco inicial o fim da Guerra dos Trinta Anos com o estabelecimento da Paz de Westphalia, em 1648. Deu-se nesse período uma larga desconsideração e descaso para com a doutrina da prerrogativa soberana de Deus. Isso aconteceu tanto de modo intencional quanto por ignorância. Foram introduzidos nas

<sup>88</sup> A. A. Hodge, *A Confissão de Fé de Westminster Comentada*, (São Paulo: Os Puritanos, 1999), cap. II, sec. I, 75.

<sup>89</sup> *Ibid*, cap. II, sec. II, 75.

igrejas sistemas de pensamentos, derivados diretamente do humanismo renascentista, que não davam o devido tratamento para essa doutrina.

A partir do século XVIII, a ortodoxia calvinista, com sua ênfase na soberania divina, declinou rapidamente na Inglaterra. Mc Gregor chama a atenção para o fato de que ela não teve “apoio algum das universidades ou das igrejas anglicanas estatais ao redor do mundo”.<sup>90</sup> Ela foi rapidamente suplantada pelo racionalismo arminiano. Já na Nova Inglaterra, a teologia puritana floresceu um pouco, mas a noção da soberania de Deus já estava em declínio, por volta de 1750. Os teólogos arminianos desse período chegaram à conclusão de que “já que as decisões do livre-arbítrio não são controladas pelo decreto de Deus, elas nem ao menos podem ser conhecidas de antemão por Deus. Deus deve não somente limitar o seu poder, isto é, dar lugar para a vontade autônoma agir, mas ele deve também ser ignorante de muita coisa do futuro”.<sup>91</sup>

Aliadas ao racionalismo arminiano podem ser mencionadas também as visões deísta e panteísta acerca do ser de Deus. Tais visões também foram extremamente influentes nos séculos XVIII e XIX. A concepção deísta acerca de Deus mostra a crença num deus apenas transcendente e não imanente. Nesse caso, Deus é aquele que vive em absoluta solidão e também não se relaciona com a sua criação, deixando-a, assim, aos cuidados do acaso e de leis pré-estabelecidas. O teólogo Heber Carlos de Campos afirma que “o Deus dos deístas não é realmente pessoal e, portanto, não relacional e providente”.<sup>92</sup> Como conclusão lógica: Deus não é soberano. O mundo funcionaria, na concepção deísta, como uma máquina que Deus colocou em movimento, por causa das leis que Deus comunicou de auto-sustentação.

---

<sup>90</sup> Wright, *A Soberania Banida*, 35.

<sup>91</sup> *Ibid*, 36.

<sup>92</sup> Heber Carlos de Campos, *O Ser de Deus e Suas Obras: A Providência e a Sua Realização Histórica*, (São Paulo: Cultura Cristã, 2001), 322.



Já a concepção panteísta, altamente difundida nas religiões orientais, sugere que não há uma distinção entre o mundo e Deus. Deus é absorvido materialisticamente pelo mundo ou vice-versa. Esta linha de pensamento tem como conclusão, inevitável, a não existência da soberania divina, em vista do fato de não haver uma relação de subordinação entre Criador e criatura. Estas duas concepções começaram a se tornar cada vez mais vigentes a partir do século XVIII.

No século XIX, mais especificamente, destaca-se o nome do filósofo Friedrich E. D. Schleiermacher (1768-1834), que é considerado como o pai do protestantismo liberal. Schleiermacher, ao tratar das doutrinas da criação e da providência, enfatizou-as de maneira correspondente, como expressões que mostram que Deus e a realidade natural são a mesma coisa. Dessa forma, o mundo é absolutamente dependente de Deus. Em Schleiermacher, “os conceitos de intervenção divina, milagres ou revelação, no verdadeiro sentido do termo, foram rejeitados”.<sup>93</sup> A linha de pensamento originada em Schleiermacher se desenvolveu com filósofos como Ludwig Feuerbach, Friedrich Nietzsche, Karl Marx e Sigmund Freud. Outros fatores que contribuíram para um descaso com a concepção da soberania de Deus foram: 1) o desenvolvimento do naturalismo científico no século XIX; 2) o aparecimento da subjetividade da religião; e 3) a erupção das duas grandes guerras. Sobre o primeiro fator apontado, a doutrina da soberania de Deus não sofreu muito abalo com o advento do darwinismo. Os efeitos só apareceram mais tarde, quando o estudo da ciência começou dispensando a idéia do Deus presente neste mundo, enfatizando o naturalismo. Sobre o segundo fator, como já apontado em Schleiermacher, a religião tomou o rumo de algo que diz respeito apenas à esfera humana. Houve assim, desconsideração de qualquer elemento estranho à esfera humana e natural. Já com o terceiro fator, deu-se um desapontamento, por causa da

---

<sup>93</sup> Häggglund, *História da Teologia*, 309.

deflagração das duas grandes guerras. Como resultado, muitas pessoas começaram a acreditar nos postulados do agnosticismo: “Começou-se a duvidar do envolvimento de Deus com este mundo e de sua participação na história dele”.<sup>94</sup> O fatalismo acabou se tornando a confissão de muitos cristãos.

Os diversos períodos da História da Igreja Cristã mostram que o assunto da Soberania de Deus sempre foi tratado com extremo temor, a tal ponto de debates serem travados com o firme propósito de reafirmar a supremacia do Criador sobre tudo e todos. Isso é perfeitamente verificável na Igreja Antiga, na Medieval, durante a Reforma Protestante do século XVI. Mas essa não tem sido exatamente a concepção da Igreja Moderna e Pós-Moderna. Diante do que foi elucidado, no que concerne ao desenvolvimento histórico da doutrina da soberania de Deus, é mister voltar-se para as Escrituras, a fim de se apreender o que é afirmado a esse respeito. Passemos então ao próximo capítulo.

---

<sup>94</sup> Campos, *O Ser de Deus e Suas Obras: A Providência e Sua Realização Histórica*, 19.

## CAPÍTULO 2

### DA DOCTRINA DA SOBERANIA DE DEUS NAS SAGRADAS ESCRITURAS

No capítulo anterior foi considerado, de forma objetiva, o desenvolvimento histórico relativo à *doutrina da soberania de Deus* em algumas de suas muitas formas de manifestação. Ficou evidente que os pensadores dos diversos períodos históricos tiveram uma compreensão não tão uniforme quanto à doutrina em questão. E é justamente com base no que pôde ser percebido, que surge a necessidade de uma análise acurada do que as Sagradas Escrituras descortinam a respeito do apanágio soberano da divindade. É bem verdade, porém, que tal análise não será exaustiva, em virtude de que tal foge da natureza do presente trabalho. Será considerado tanto o Antigo quanto o Novo Testamento na observação da doutrina em foco.

Com certeza, é no escopo das Escrituras Sagradas, que se substancia a maior base de autoridade na fundamentação da crença no Deus soberano. Será evidenciado o caráter progressivo e também orgânico da Palavra de Deus, a fim de se ter uma maior clareza no entendimento de suas declarações.

Esta tarefa se inicia com a averiguação das afirmativas veterotestamentárias:

#### A. No Antigo Testamento

Embora a doutrina acerca de um Deus que é perfeito e que, por conseqüência lógica, tem como expressão dessa perfeição a prerrogativa de ser soberano em todos os seus atributos e atos possa ser amplamente verificada nas Sagradas Escrituras, não há no Antigo Testamento nenhum vocábulo que corresponda ao termo “soberano”. Entretanto, essa mesma idéia pode ser percebida com muita sensibilidade desde o Pentateuco até a

literatura Profética, isso devido à abundância de textos que apresentam a soberania de Deus em suas multiformes manifestações, de forma que se faz essencial uma seleção dos principais textos que tratam da soberania de Deus.

### 1. No Pentateuco

Diversos temas são desenvolvidos ao longo do Pentateuco. O primeiro desses temas é de fundamental importância para a concepção dos temas posteriores. Os Drs. Bill T. Arnold e Bryan E. Beyer afirmam que o Pentateuco tem como início a ênfase na soberania de Deus (Gn 1,2). Eles mostram como a história da criação israelita é diferente da dos outros povos do antigo Oriente Próximo. Gênesis parte do pressuposto de que Deus sempre existiu e é eterno, além disso “o Deus dos israelitas criou todo o universo sem a ajuda de ninguém (um conceito singular na literatura antiga). Ele o criou sem usar matéria preexistente e o fez sem esforço, por meio do poder de sua palavra falada”.<sup>95</sup> Dos vários textos em Gênesis, que evidenciam o suporte bíblico para a doutrina, será inquirido primeiramente o texto que se encontra em Gênesis 45.4-8:

Disse José a seus irmãos: Agora, chegai-vos a mim. E chegaram-se. Então, disse: Eu sou José, vosso irmão, a quem vendestes para o Egito. Agora, pois, não vos entristeçais, nem vos irriteis contra vós mesmos por me haverdes vendido para aqui; porque, para conservação da vida, Deus me enviou adiante de vós. Porque já houve dois anos de fome na terra, e ainda restam cinco anos em que não haverá lavoura nem colheita. Deus me enviou adiante de vós; para conservar vossa sucessão na terra e para vos preservar a vida por um grande livramento. Assim, não fostes vós que em enviastes para cá, e sim Deus, que me pôs por pai de Faraó, e senhor de toda a sua casa, e como governador em toda a terra do Egito.

Com o versículo 1 tem início a perícopa que apresenta uma narrativa de perdão e reconciliação. Nessa ocasião, José se encontra diante dos seus irmãos, que o haviam vendido para os ismaelitas, após, primeiramente, planejar matá-lo, por causa da inveja

---

<sup>95</sup> Bill T. Arnold e Bryan E. Beyer, *Descobrendo o Antigo Testamento: Uma Perspectiva Cristã*, (São Paulo: Cultura Cristã, 2001), 66.

que eles tinham de José (Gn 37.5-28). Os seus irmãos haviam ficado extremamente enciumados por causa dos seus sonhos proféticos (Gn 37.11), por causa do que ele fazia, e por causa do amor devotado por Jacó a José. No interregno, entre o capítulo 37 e o 45, veio um período de grande fome sobre a terra que durou sete anos. Por causa desse período de estiagem, Jacó mandou que os seus filhos descessem ao Egito porque lá havia abundância de alimentos (Gn 42.1-3). O fato é que, a esta altura dos acontecimentos, José era a segunda pessoa mais importante no Egito, e quando ficaram sabedores disso, seus irmãos temiam que ele se vingasse, pois tinham consciência de toda a maldade que haviam praticado contra ele. Mas o interessante é que o texto sagrado mostra que a atitude de José para com seus irmãos estava pautada no entendimento que ele tinha dos acontecimentos. Mesmo lhes recordando seus atos maus: “... não vos entristeçais, nem vos irriteis contra vós mesmos, por me haverdes vendido para aqui...”, José mostra a certeza de que o Deus soberano estava por detrás daqueles acontecimentos, até mesmo daqueles atos maus: “porque para a conservação da vida, Deus me enviou adiante de vós”. Deve ser entendido que, de acordo com a clara afirmação textual, “os homens não fazem o bem nem o mal independentemente da ação de Deus”.<sup>96</sup> A soberania de Deus pode ser observada nos seguintes aspectos apresentados pelo texto sagrado: 1) quando Deus decretou a fome sobre a terra; e 2) quando Deus usou os atos maus dos seres humanos, no caso os filhos de Jacó, para a consecução dos seus planos, muito embora eles tivessem a certeza de que eram culpados por tais atos.

---

<sup>96</sup> Heber Carlos Campos, *O Ser de Deus e As Suas Obras: A Providência e A Sua Realização Histórica*, (São Paulo: Cultura Cristã, 2001), 299.

Isto fica evidente quando, no texto bíblico, o autor sagrado faz uso da expressão **שְׁלַחְנִי**, indicando assim, que Deus é o sujeito<sup>97</sup> ativo em todos estes acontecimentos. O que pode ser comprovado, quando do uso do verbo **שָׁלַח** (enviar), no Qal<sup>98</sup>, demonstrando uma atividade, assim como o fato do verbo se encontrar no perfeito<sup>99</sup>, indicando assim, a integralidade da atividade desempenhada pelo Deus soberano quando agiu, enviando José para o Egito com o propósito de conservar a vida do seu povo. Em sua soberania, Deus havia decretado todos os acontecimentos que culminariam no reconhecimento por parte de José, o que é ratificado no verso 8: “Assim, não fostes vós que me enviastes para cá, e sim Deus, que me pôs por pai de Faraó, e senhor de toda a sua casa, e como governador em toda a terra do Egito”. Ainda com o propósito de solidificar a presente argumentação, deve ser notado, que o verbo **וַיִּשְׁמַנְיָהוּ** também aponta para Deus como o agente direto na sucessão dos acontecimentos históricos na vida de José. É interessante a opinião dos comentaristas Keil e Delitzsch, acerca dessa passagem:

Deus havia enviado José para dar segurança quanto à preservação da tribo e da posteridade depois dessa fome. José anunciou profeticamente aqui, que Deus o trouxe para o Egito para preservar através dele a família, que Ele escolheu para ser sua própria nação, e para libertá-los do perigo da inanição, que os ameaçava como uma grande nação. Ele fala de Elohim, o Deus pessoal, que o pôs por pai a faraó e como governador de toda a terra do Egito.<sup>100</sup>

<sup>97</sup> Pela ordem das palavras na oração verbal deve ser entendido, que o verbo se coloca em primeiro lugar, depois o sujeito, o objeto direto e os vários elementos adverbiais, nessa ordem. Todavia, não é incomum encontrar o sujeito ou algum outro elemento antes do verbo, mas isso é condicionado por relação de subordinação. (Thomas O. Lambdin, *Gramática do Hebraico Bíblico*, São Paulo: Paulus, 2003, pág. 70).

<sup>98</sup> O Qal é a nomenclatura dada ao tronco simples do verbo na voz ativa. (Page H. Kelley, *Hebraico Bíblico: Uma Gramática Introdutória*, São Leopoldo: Sinodal, 1998, pág. 109).

<sup>99</sup> Os verbos hebraicos possuem duas categorias de flexões que englobam todas as variações possíveis de pessoa, gênero e número. São conhecidas como a flexão do perfeito e a flexão do imperfeito. Tais são usadas para expressar a natureza da ação das formas verbais, e não o seu tempo. As formas verbais no perfeito refletem uma ação concluída, por isso o perfeito é conhecido também como completo.

<sup>100</sup> C. F. Keil and F. Delitzsch, *Commentary On The Old Testament In Ten Volumes*, (Michigan: Eerdmans Publishing Company, 1991), vol. I, 366. Minha Tradução.

Com isso, fica claro o entendimento de que Deus agiu diretamente na vida de José, com o propósito de preservar soberanamente a vida do seu povo escolhido. Pode então, ser percebido aqui, como Deus manifestou a sua soberania no desenrolar da história.

É mais do que razoável que essa seja a mesma perspectiva acerca da soberania de Deus, quando de outra narrativa acerca de José. Nessa oportunidade a passagem é Gênesis 50.15-21:

Vendo os irmãos de José que seu pai já era morto, disseram: É o caso de José nos perseguir e nos retribuir certamente o mal todo que lhe fizemos. Portanto, mandaram dizer a José: Teu pai ordenou, antes da sua morte, dizendo: Assim direis a José: Perdoa, pois, a transgressão de teus irmãos e o seu pecado, porque te fizeram mal; agora, pois, te rogamos que perdoes a transgressão dos servos do Deus de teu pai. José chorou enquanto lhe falavam. Depois, vieram também seus irmãos, prostraram-se diante dele e disseram: Eis-nos aqui por teus servos. Respondeu-lhes José: Não temais; acaso, estou eu em lugar de Deus? Vós, na verdade, intentastes o mal contra mim; porém Deus o tornou em bem, para fazer, como vedes agora, que se conserve muita gente em vida. Não temais, pois; eu vos sustentarei a vós outros e a vossos filhos. Assim, os consolou e lhes falou ao coração.

Nessa passagem, José reconhece que o seu envio para o Egito tinha sido parte do plano soberano de Deus para salvar a família da aliança (Gn 45.5-8). Essa é basicamente uma corroboração do que foi supra-afirmado. José demonstra aqui, que os planos de Deus eram bem mais elevados do que ele podia imaginar. Não cabia a ele questionar a sabedoria e a vontade soberana de Deus. Encontra-se no verso 20 a seguinte afirmação: “Vós, na verdade, intentastes o mal contra mim; porém Deus o tornou em bem, para fazer, como vedes agora, que se conserve muita gente em vida”. Esta é uma “afirmação clássica da soberania de Deus governando a história do homem para realizar seus propósitos gratiosos”.<sup>101</sup>

---

<sup>101</sup> BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEVRA, (São Paulo: Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999), 76.

Percebe-se, aqui, que uma vez mais a José foi revelada a soberania de Deus nos acontecimentos que o levaram àquele momento magnânimo. O texto revela que tudo o que veio a suceder era parte do decreto soberano de Deus na vida do povo escolhido, todavia, deve-se ter a precaução de se manter o equilíbrio apontado pela narrativa bíblica, no sentido de que, os irmãos de José, mais uma vez assumiram a culpa pelos seus atos maus. A respeito disso, deve-se atentar à séria advertência de D. A. Carson:

José não diz que seus irmãos o venderam maldosamente para a escravidão, e que Deus reverteu a situação, após o fato, fazendo com que a história tivesse um final feliz. Como poderia este ter sido o caso, se o *intento* de Deus era produzir o bem de salvar muitas vidas? José também não sugere que Deus havia planejado trazê-lo para o Egito com um tratamento de primeira classe durante todo o percurso, mas infelizmente os irmãos estragaram seu plano de algum modo, resultando num hiato pelo fato de José ter de passar uma década e meia como escravo ou em prisão. Os irmãos tiveram certas iniciativas más, e não há nenhuma menção dos arranjos de viagem de José.<sup>102</sup>

O plano de Deus, segundo a posição acima, incluía até mesmo as ações dos irmãos de José. E este plano seguiu de uma forma linear, sem nenhum tipo de alteração ou interrupção. Deus estava agindo soberanamente, e esse foi o entendimento exato de José, apesar da culpa dos seus irmãos. De acordo com o Dr. Heber Campos: “Deus tinha as boas intenções nos seus planos, e ele se serviu dos atos cometidos voluntariamente pelos homens, mas de tal modo que os atos deles se encaixassem exatamente no cumprimento do seu plano maior de arranjos providenciais”.<sup>103</sup> Ainda sobre esta passagem, Keil e Delitzsch comentam o seguinte:

Até que ponto José estava pensando na máxima retribuição e vingança é evidente da sua recepção à petição deles (v. 17): “José chorou enquanto lhe falavam”. Isto pelo fato deles não poderem fazer nada de mal a ele; e quando eles vieram e se jogaram como servos aos seus pés ele disse (v. 19): “não temais, acaso estou em lugar de Deus?”, isto é, estou numa posição para interferir de meu próprio acordo nos propósitos de Deus, e não, preferivelmente, me submeter a eles? “De fato, fizestes o mal contra mim em suas mentes, mas Deus tinha isto em mente para o bem, fazer como ocorreu

<sup>102</sup> D. A. Carson em Heber Campos, *O Ser de Deus e As Suas Obras: A Providência e A Sua Realização Histórica*, 300.

<sup>103</sup> *Ibid.*



hoje (cf. Dt 2.30; 4.20), para preservar viva uma grande nação (cf. Gn 45.7). E agora, não temais, eu devo prover para vocês e suas famílias”. Deste modo, ele os aquietou com as suas afetuosas palavras.<sup>104</sup>

Concluindo a inquirição a respeito da soberania de Deus como algo evidente nos livros do Pentateuco, esta verdade deve ser notada também, na narrativa de Êxodo 4.21-23, onde está registrado:

Disse o SENHOR a Moisés: Quando voltares ao Egito, vê que faças diante de Faraó todos os milagres que te hei posto na mão; mas eu lhe endurecerei o coração, para que não deixe ir o povo. Dirás a Faraó: Assim diz o SENHOR: Israel é o meu filho, meu primogênito. Digo-te, pois: deixa ir meu filho, para que me sirva; mas, se recusares deixá-lo ir, eis que eu matarei teu filho, teu primogênito.

Na presente narrativa, a soberania de Deus pode ser atestada nos seguintes aspectos: 1) no credenciamento de Moisés, a fim de operar os milagres na presença do monarca egípcio; 2) no endurecimento do coração de Faraó; e 3) no anúncio e realização dos juízos divinos sobre o Egito.

O Dr. Gerard van Groningen chama a atenção para o fato de que Deus, sendo o soberano sobre o universo e exercendo domínio dentro do complexo do cosmos criado, “comissiona e usa agentes mediadores para realizarem seus planos e propósitos pactuais”.<sup>105</sup> Moisés foi comissionado por ordem divina para levar a Faraó a ordem para a liberação do povo de Israel do cativeiro. É interessante o fato de que, na mesma comissão, Deus, de forma suprema, avisa a Moisés que endureceria o coração do rei do Egito. Essa é uma demonstração de que Yahweh é soberano e tem todo poder e autoridade sobre Faraó.

No livro de Êxodo, o endurecimento do coração de Faraó é referendado em 18 passagens.<sup>106</sup> Deve-se atentar, primeiramente, que os troncos verbais empregados para

<sup>104</sup> Keil, *Commentary On The Old Testament In Ten Volumes*, vol I. 412. Minha Tradução.

<sup>105</sup> Gerard van Groningen, *Criação e Consumação: O Reino, A Aliança e O Mediador*, (São Paulo: Cultura Cistã, 2002), vol. I, 328.

<sup>106</sup> *Ibid*, 329.

descreverem o endurecimento do coração de Faraó são muito significativos. Por exemplo, no piel e no hiphil, o significado é “fazer” ou “causar que seja muito forte”.<sup>107</sup> O verbo hebraico utilizado para expressar este endurecimento é קָזַח, que é usado oito vezes no piel<sup>108</sup>, sendo que Deus é o sujeito em 7 ocasiões; aparece três vezes no qal com Faraó como o sujeito ou é dito que o seu coração estava numa condição de dureza; e aparece também no hiphil<sup>109</sup> com Deus, novamente, como o sujeito. O verbo קָזַח significa “ser (tornar-se) forte; fortalecer; prevalecer e endurecer”.<sup>110</sup> Este último sentido sempre é aplicado ao endurecimento de Faraó. O texto nos revela que como Deus soberano, Yahweh foi o agente ativo no processo de endurecer fortemente o centro volitivo de Faraó, embora este também seja citado como o sujeito da ação, mas não com a mesma intensidade. Outros verbos empregados para mostrar o endurecimento do coração de Faraó são: קָשָׁה (Êx 7.3; 13.15), usado duas vezes no hiphil, onde Deus é o sujeito uma vez e na outra, o coração de faraó é descrito como “duro”; e o verbo כָּבַד (Êx 8.11, 28; 9.7, 34; 10.1), usado cinco vezes, sendo que aparece uma vez no hiphil com Deus como sujeito. Pode-se apreender daí, a soberania de Deus sobre Faraó, pelo uso dos termos no piel e no hiphil, tendo Yahweh como sujeito ativo. Observe ainda o que R. Alan Cole diz sobre esta demonstração da soberania divina:

Paulo (em Rm 9:14-18) a usa como um exemplo não apenas do poder absoluto e da inescrutável vontade de Deus, mas também de Sua misericórdia em Seu envolvimento com o homem. Paulo, por fim, tem de buscar refúgio no conhecimento da absoluta justiça de Deus, como nós todos devemos fazer. O

<sup>107</sup> Ibid.

<sup>108</sup> O piel é o tronco verbal do hebraico, que expressa a intensidade ou a causalidade de uma ação. Seu uso mais comum é como intensivo do qal.

<sup>109</sup> O hiphil é o tronco verbal, que expressa o sentido ativo causativo. Em tese, seu uso mais comum é como o causativo do qal.

<sup>110</sup> R. Laird Harris, Gleason L. Archer Jr. e Bruce K. Waltke, *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*, (São Paulo: Vida Nova, 1998), 448.

escritor hebreu, no entanto, não viu qualquer problema aqui. Para ele, Deus era a causa primeira de todas as coisas; todavia, o autor não nega a realidade e a responsabilidade moral dos agentes humanos envolvidos.<sup>111</sup>

E ainda Keil e Delitzsch afirmam:

O endurecimento de Faraó é atribuído a Deus, não apenas nas passagens citadas, mas também nos capítulos 9.12; 10.20, 27; 11.10; 14.8; para mostrar que não era algo simplesmente conhecido ou dito antes por Yahweh, mas como causado e efetuado por Ele. Deus não apenas permite que um homem endureça a si próprio; Ele também produz obstinação e suspende a sentença acima do impenitente. Não como que Deus sinta prazer na morte do perverso! Não; Deus deseja que o perverso se arrependa do seu mau caminho e viva (Ez 33.11)... Existem duas maneiras de Deus produzir o endurecimento. Não apenas de forma permissiva, mas também de forma efetiva, isto é, não apenas dando tempo e espaço para a manifestação da oposição humana, indo para o maior limite da liberdade criada, mas ainda mais por aquelas continuadas manifestações da Sua vontade dirigindo o coração duro para a total obstinação incapaz de retornar, e assim, trazendo o pecador endurecido para o julgamento de condenação. Isto é o que nós vemos no caso de Faraó.<sup>112</sup>

De acordo com a posição acima, deve ser compreendido que esse endurecimento por parte de Deus tinha como propósito um futuro castigo divino soberano. Da mesma forma, a soberania divina pode ser vista também no final do texto em foco: "... mas, se recusares deixá-lo ir, eis que eu matarei teu filho, teu primogênito" (v. 23b). Isto foi claramente efetivado por ocasião das dez pragas, com sua consumação na morte dos primogênitos (Êx 7.14-12.36), e da morte dos egípcios no Mar Vermelho (Êx 14.26-31). Tem-se então, ampla evidência a respeito das multiformes manifestações da soberania de Deus no Pentateuco.

Vejamos agora, essa mesma verdade na literatura histórica.

## 2. Na Literatura Histórica

Na presente categoria literária, a fim de se averiguar a verdade da soberania de Deus, será tomado para análise unicamente o texto que se encontra no livro de 1

<sup>111</sup> R. Alan Cole, *Êxodo: Introdução e Comentário*, (São Paulo: Vida Nova, 1996), 74, 75.

<sup>112</sup> Keil, *Commentary On The Old Testament In Ten Volumes*, vol. I, 453, 454. Minha Tradução.

Crônicas 29.10-14. Isto será feito com o propósito de limitar a vasta gama de textos da presente categoria, que trazem nos seus escopos afirmações, que evidenciam a soberania de Deus. Eis o que diz a passagem:

Pelo que Davi louvou ao SENHOR perante a congregação toda e disse: Bendito és tu, SENHOR, Deus de Israel, nosso pai, de eternidade em eternidade. Teu, SENHOR, é o poder, a grandeza, a honra, a vitória e a majestade; porque teu é tudo quanto há nos céus e na terra; teu, SENHOR, é o reino, e tu te exaltaste por chefe sobre todos. Riquezas e glória vêm de ti, tu dominas sobre tudo, na tua mão há força e poder; contigo está o engrandecer e a tudo dar força. Agora, pois, ó nosso deus, graças te damos e louvamos o teu glorioso nome. Porque quem sou eu, e quem é o meu povo para que pudéssemos dar voluntariamente estas coisas? Porque tudo vem de ti, e das tuas mãos to damos.

Deve ser salientado, de início, que, de acordo com a opinião dos Drs. Bill T. Arnold e Bryan Beyer, o Cronista herdou uma tradição que já era rica em muitos conceitos teológicos. O resultado direto disso foi que “o cronista não sentiu muita necessidade de fazer declarações explícitas sobre verdades amplamente aceitas como o monoteísmo, a soberania de Deus e outros conceitos teológicos básicos”.<sup>113</sup> Este texto (1 Cr 29.10-14) está inserido dentro de um contexto bem amplo que abarca do capítulo 10 até o capítulo 29. Em outras palavras, ele está dentro do contexto do reinado de Davi, segundo a narração do Cronista. Já no que diz respeito ao contexto mais estrito, a presente passagem está colocada dentro dos preparativos realizados por Davi para a construção do templo (1 Cr 21-29).

No presente texto, Davi começa pedindo contribuições para a construção, seguindo o exemplo de Moisés (29.1-9; cf. Êx 25.1-8; 35.9, 20-29); todas as conquistas de Davi tinham como propósito prévio, a preparação dos meios para a construção do templo (29.2-5; cf. 22.5; 27.1-34). Então, Davi louva a Deus por tudo aquilo que já tinha sido realizado (29.10-14). E o mais interessante é que nessa oração de Davi, o que pode

---

<sup>113</sup> Arnold, *Descobrendo o Antigo Testamento: Uma Perspectiva Cristã*, 258.

ser percebida com muita sensibilidade, é que essa expressão eucológica e doxológica é o reconhecimento da grandiosidade e da soberania de Deus sobre todas as coisas.

Algumas palavras são de extrema importância para o que acaba de ser asseverado. Por exemplo, Davi inicia afirmando: “Teu, SENHOR, é o poder...”. A palavra **וְהַגְבוּרָה**, que é traduzida no texto como “poder” possui 63 ocorrências no Antigo Testamento. Refere-se especialmente ao poder detido pela realeza. Como tal, o termo refere-se comumente a Yahweh. O sentido básico da sua raiz é “prevaler”, “vencer”, “ser forte”; o termo **הַגְדָּלָה** é traduzido no texto como “grandeza”. Este termo sempre se refere à grandeza de um rei (Ez 31.2-7,18), do braço de Deus (Sl 79.11), da misericórdia de Deus (Nm 14.19), e do próprio Deus (Dt 3.24; 5.21; 9.26; 11.2; 32.3; Sl 150.2). É usada especialmente como um atributo de Deus. E por fim, **וְהַהוֹרָה** que significa “majestade”. Preponderantemente, este substantivo está relacionado a Deus. A sua grandiosa majestade pode ser perfeitamente vista na criação (Sl 8.2; 148.13; Hc 3.3). O que se pode apreender de tudo isso, é que Davi olha para os céus, para as obras das mãos de Deus no universo e percebe que nada pode fazer exceto falar da sua majestade, do seu poder, da sua vitória e da sua glória. Davi louva a Deus então, pela sua soberania sobre todas as coisas. Deus é aquele, que possui “tudo nos céus e na terra”; ele prossegue declarando: “teu, SENHOR, é o reino, e tu te exaltaste por chefe sobre todos. Riquezas e glória vêm de ti, tu dominas sobre tudo, na tua mão há força e poder; contigo está o engrandecer e a tudo dar força”. Nessa expressão doxológica, Davi confessa a soberania de Deus, porque sabe que tudo vem do Senhor, tudo pertence a Deus nos céus e na terra. Tudo isso, designa claramente que o objeto dessa oração, Deus, possui a prerrogativa soberana e a supremacia sobre todas as coisas.

O mais interessante, porém, é que ao reconhecer a soberania de Deus em todas as coisas, Davi aproveita a oportunidade para contrastá-la com a sua posição e a do povo de Israel. Certamente, por ser o rei teocrático, Davi possuía o mais alto grau de honorabilidade, assim como o povo de Israel, por ser o povo da aliança possuía uma posição de destaque diante dos outros povos. Contudo, o rei teocrático pergunta no verso 14: “Porque quem sou eu, e quem é o meu povo para que pudéssemos dar voluntariamente estas coisas?”. Ele reconhece a soberania divina ao contrastá-la com a sua incapacidade e do seu povo: “Porque tudo vem de ti, e das tuas mãos to damos”. Observe, então o ponto de vista de Keil e Delitzsch:

Davi encontrou os príncipes e os chefes do povo dispostos a ajudar seu filho Salomão. O piedoso e grisalho servo do Senhor viu uma especial providência do divino favor, pelo qual ele deve agradecer ao Senhor ante a congregação inteira. Este Deus revelou a Davi sua grandeza, poder, glória, etc; de acordo com uso destas expressões podemos entender, que nós não podemos suprir a Deus com estas características. Em sua soberania, Deus revela a sua grandeza, força, glória, etc. Somente em Deus está o poder para fazer todas estas coisas pelo seu povo. O homem, de si mesmo, não pode nada (v. 14). Por isto, nós devemos agradecer a Deus e cantar louvor a Seu santo nome.<sup>114</sup>

E ainda Matthew Henry afirma:

A ação de Davi é bem adequada para se louvar a Deus – com santo temor e reverência, e agradável afeição, reconhecimento de suas infinitas perfeições; não apenas que ele é grande, poderoso, glorioso, etc; mas que ele é a grandeza, o poder, e a glória, ou seja, tudo isso ele tem em si mesmo, v. 11. Ele é a fonte e o centro de todas as coisas que têm vida e são abençoadas. Ele é a grandeza, sua grandeza é imensa e incompreensível; e todos os outros são pequenos e nada diante dele. Ele é o poder, e Todo-poderoso e irresistível; o poder pertence a ele e todo o poder de todas as criaturas é derivado dele e dependente apenas dele. Ele é a glória, pois sua glória é o fim dele próprio e de toda a criação. Toda a glória que nós podemos dar a ele com nossos corações, lábios e vidas, é infinitamente pequeno diante do que lhe é devido. Dele é a vitória, ele transcende e supera tudo, e é capaz de conquistar e subjugar todas as coisas para ele mesmo e suas vitórias são incontáveis e incontroláveis. E sua é a majestade, real e pessoal; como é terrível sua majestade. Ele domina de modo soberano, como legítimo proprietário de tudo: “Tudo que há nos céus e na terra é teu”, e à sua disposição pelo indisputável

---

<sup>114</sup> Keil, *Commentary On The Old Testament In Ten Volumes*, vol. III, 299. Minha Tradução.

direito de criação, e como supremo governante e comandante de tudo: “teu é o reino”, e todos os reis lhe são sujeitos.<sup>115</sup>

Pelo que pode ser percebido nas duas assertivas supracitadas, é que a soberania é uma verdade que se faz presente, de modo inequívoco na passagem de 1 Crônicas 29.10-14. A passagem é clara ao afirmar que tudo na vida dos homens tem a sua origem no Deus que possui todas as coisas, que domina sobre tudo nos céus e na terra. Essa era uma verdade bem presente na mente de Davi e do cronista. Ficou claro, então, o aspecto bíblico da soberania de Deus e sua presença na literatura histórica.

### 3. Na Literatura Poética e Sapiencial

Assim como já visto nas demais categorias literárias, a existência de passagens bíblicas que testificam as multiformes manifestações da soberania de Deus é abundante. Passagens que ensinam a soberania de Deus, por exemplo, são: Salmos 93; 97; 99; 107.19; 115.3; 135.6; Provérbios 16.4; 21.1, além de Jó 42.1-6, que será analisado para poder-se observar a verdade da soberania de Deus em meio ao sofrimento humano, devido à natureza do presente trabalho monográfico.

Em Jó 42.1-6, está escrito o seguinte:

Então, respondeu Jó ao SENHOR: Bem sei que tudo podes, e nenhum dos teus planos pode ser frustrado. Quem é aquele, como disseste, que sem conhecimento encobre o conselho? Na verdade, falei do que não entendia; coisas maravilhosas demais para mim, coisas que eu não conhecia. Escuta-me, pois, havias dito, e eu falarei; eu te perguntarei e tu me ensinarás. Eu te conhecia só de ouvir, mas agora os meus olhos te vêem. Por isso, me abomino e me arrependo no pó e na cinza.

A maior parte dos discursos do livro gira em torno de perguntas difíceis sobre a existência humana. Esses discursos giram em torno do que é chamado *teodicidade*.<sup>116</sup>

<sup>115</sup> Matthew Henry, *Matthew Henry's Commentary On The Whole Bible*, (New York: Revell Company), vol. II. Minha Tradução.

<sup>116</sup> Teodicidade é a tentativa de justificar a maneira de Deus lidar com o mundo.

Essa nada mais é que uma tentativa fútil em justificar a Deus pelos problemas existentes no mundo. A grande questão é: se Deus é Todo-poderoso e ao mesmo tempo é Todo-amoroso, como pode haver o mal no mundo? Se Deus fosse realmente Todo-amoroso, dizem os que defendem a *teodicidade*, ele não permitiria que o mal existisse. Mas o fato é que o mal existe. Portanto, deve haver um limite para o seu amor e bondade para com o mundo. Por outro lado, se Deus fosse Todo-poderoso, o fato de que acontecimentos e circunstâncias más ocorrem deve significar que existem limites para o seu domínio e governo no mundo. Assim, ele não é perfeitamente poderoso. Esse é o problema que é respondido no texto supramencionado.

Essa perícopes se encontra contextualizada com uma série de capítulos, que se inicia no capítulo 38, comumente denominada de “as respostas de Deus”.<sup>117</sup> No seu primeiro discurso (38.1-40.2), Deus começa a questionar Jó acerca das acusações que ele havia feito contra o Todo-Poderoso. O Senhor passa, então, a mostrar a sua soberania em comparação com a debilidade de Jó no que diz respeito à estrutura e manutenção do mundo (38.4-24). Nesse interrogatório, Yahweh mostra que é o soberano sobre todo o cosmos. Ele é o Criador (38.4-14) da terra (vv. 4-7), do mar (vv. 8-11), do dia e da noite (vv.12-15). Ele é soberano sobre a natureza inanimada (38.16-38) e sobre a natureza dotada de vida (38.39-39.30). Tanto o mundo natural (38.25-38) quanto o mundo animal (38.39-39.30) estão debaixo da soberania e da supremacia de Yahweh. Deus apresenta a sua glória manifestada no universo. Ele mostra que, de forma soberana, deu origem ao mar e fixou os limites para ele (38.8-11). Sobre isso, William S. LaSor, David A. Hubbard e Frederic W. Bush afirmam algo interessante: “Já que o mar passou a simbolizar para Deus forças hostis, essa seção implica que o suposto mal tem sua origem

---

<sup>117</sup> BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEVRA, (São Paulo: Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 2000), 578.



em Deus e que está confinado entre fronteiras estabelecidas. Esse quadro lembra as restrições impostas a Satanás (caps. 1-2)”.<sup>118</sup> Essa afirmação é coerente, quando se tem em mente o fato de que Deus não retira de si a responsabilidade pela presença do mal no mundo (cf. Jó 1.7; 22; Is 45.7; 46.11-13). Todavia, “o mal não pode ser moralmente atribuído a ele”.<sup>119</sup> Isso significa apenas, que Deus permanece por detrás da existência do mal, no sentido de que o mal não é um princípio independente, ou seja, não acontece fora dos limites da soberania divina.

Em seguida, Deus continua mostrando a incapacidade humana de visitar os confins da terra (38.16-24). Ele aproveita para lembrar que somente um ser infinito em suas perfeições seria capaz de governar tudo isso com justiça e sabedoria. Prosseguindo, ele inquire Jó a respeito das formas como, soberanamente, preserva os animais, como o jumento selvagem (39.5-8), o avestruz (39.13-18), o beemote (40.15-24) e o leviatã (41.1-34). Todos os animais estão encerrados debaixo do seu domínio soberano.

Logo após o discurso e desafio imposto por Yahweh, Jó profere as palavras do texto *sub judice*. Ele profere um breve discurso (42.1-6). A sua resposta é assombrosamente emocionante. Ele confessa, quebrantado, que Deus é o governador soberano do mundo, e que a sua vontade prevaleça sobre tudo e todos: “Bem sei que tudo podes, e nenhum dos teus planos pode ser frustrado”. O verbo יָדַעְתִּי, traduzido como “bem sei”, pode ser melhor compreendido quando traduzido por “reconheço”, indicando assim, que somente naquele momento Jó passou a entender a verdade de que Deus agia de forma soberana na sua vida. Jó reconhece que Deus tem poder para fazer tudo aquilo, que em sua perfeita sabedoria e vontade ele deseja fazer. Antes, Jó já tinha ouvido falar da soberania e do poder de Yahweh (cf. 9.4-10), mas nunca havia tido uma

<sup>118</sup> William S. LaSor, David A. Hubbard e Frederic W. Bush, *Introdução Ao Antigo Testamento*, (São Paulo: Vida Nova, 1999), 524.

<sup>119</sup> D. A. Carson em Heber Campos, *O Ser de Deus e As Suas Obras: A Providência e A Sua Realização Histórica*, 367.

experiência de tal magnitude da soberania de divina. No meio do sofrimento, ele entendeu, de forma experiencial, a vontade soberana de Yahweh, governando a sua vida, por isso havia afirmado: “Porque as flechas do Todo-poderoso estão em mim cravadas, e o meu espírito sorve o veneno delas” (6.4; cf. 16.13). Após enfrentar tamanho sofrimento, ele conheceu a verdade da onipotência de Deus, atuando em sua vida. Como afirmaram muito apropriadamente Bill T. Arnold e Bryan E. Beyer: “os discursos do Senhor tiraram de Jó todo o seu orgulho e auto-suficiência, e tudo o que restou foi a necessidade completa de arrependimento”<sup>120</sup>, e isso, por causa da contemplação da primazia de Deus sobre todas as coisas.

Sobre a soberania de Deus no exemplo de Jó, é pertinente o comentário de John Gill:

É como afirma o Targum, que “Ele sustenta todas as coisas” e pode administrar todas as coisas feitas por ele. Jó vê que Deus era capaz de trazer abaixo o orgulho, o que Jó não podia fazer; e que podia, além disso, salvá-lo com sua mão poderosa e trazê-lo de volta do estado de humilhação em que se encontrava. Jó reconheceu não apenas o seu poder de fazer todas as coisas, mas que ele tem o direito de fazer o que ele quiser; e que tudo o que ele fizer é porque ele desejou de forma sábia e de um justo modo. Jó viu e agora estava cheio de segurança, que tudo o que tinha sido tirado dele estava de acordo com a soberania e o inescrutável propósito de Deus.<sup>121</sup>

Com o exemplo da passagem de Jó, fica evidente que a revelação da doutrina da soberania de Deus também se faz presente na literatura poética e sapiencial do Antigo Testamento.

#### 4. Na Literatura Profética

Nessa última categoria literária do Antigo Testamento, o texto tomado para ser analisado é o do profeta Daniel 4.34-35, onde está registrado:

Mas ao fim daqueles dias, eu, Nabucodonosor, levantei os olhos ao céu, tornou-me a vir o entendimento, e eu bendisse o Altíssimo, e louvei, e

<sup>120</sup> Arnold, *Descobrendo O Antigo Testamento: Uma Perspectiva Cristã*, 298.

<sup>121</sup> *John Gill's Expositor*, (Bíblia On Line 3.0, Sociedade Bíblica do Brasil). Minha Tradução.

glorifiquei ao que vive para sempre, cujo domínio é sempiterno, e cujo reino é de geração em geração. Todos os moradores da terra são por ele reputados em nada; e, segundo a sua vontade, ele opera com o exército do céu e os moradores da terra; e não há quem lhe possa deter a mão, nem lhe dizer: Que fazes?

É interessante que outros profetas do Antigo Testamento afirmavam que o Deus de Israel era soberano (Is 40-45), inclusive sobre o mundo e todas as nações (Am 1,2). Mas é na profecia de Daniel que tal verdade recebe um maior matiz na sua ilustração. A passagem em apreço demonstra *o senhorio de Yahweh sobre todo o mundo e não apenas sobre Israel*. A soberania de Yahweh é universal, estendendo-se a todos os reinos e nações do cosmos criado. Esse tema já evidente desde o capítulo 1.2: “O Senhor lhe entregou nas mãos a Jeoaquim, rei de Judá, e alguns dos utensílios da Casa de Deus; a estes, levou-os para a terra de Sinear, para a casa do seu deus, e os pôs na casa do tesouro do seu deus”. É interessante na passagem citada imediatamente acima o emprego do verbo **תָּתַן**, que significa “entregar/dar”. Da mesma forma, Deus “concedeu” favor a Daniel perante o chefe dos eunucos (novamente o verbo **תָּתַן** é usado no v. 9); e Deus também “entregou” a Daniel e seus amigos conhecimento e discernimento que transcendiam aos dos outros sábios. O texto profético em questão mostra um rei pagão numa atitude doxológica, reconhecendo a soberania, o domínio e o senhorio de Yahweh sobre tudo. Essa atitude de Nabucodonosor vem sendo desenvolvida ao longo de todo o capítulo (vv. 3, 17, 23-25, 27, 32, 34, 35, 37). Nos versos 34 e 35, o rei caldeu bendiz ao Deus soberano, em virtude de que Ele o havia humilhado e agora o restabelecia no trono. Nabucodonosor havia demonstrado uma jactância enorme por causa da suntuosidade da Babilônia. Mas, por causa do seu orgulho, ele foi trazido a um estado patético. Depois da intervenção soberana de Deus,

“mal podia-se reconhecer esse homem como rei da grande e poderosa Babilônia”.<sup>122</sup> Essa penalidade divina se abateu sobre Nabucodonosor por causa da sua ingratidão, pois ele havia deixado de glorificar ao Deus soberano, e por jamais ter abandonado suas práticas supersticiosas.<sup>123</sup> Após ser fustigado com a vara divina, Nabucodonosor confessa a infinita soberania do Deus, cujo reino “é um reino permanente, e seu domínio de geração em geração”. Ele confessa aqui, que o poder de Deus independe do ser humano. Depois que se passaram os sete anos do castigo divino, o rei mostra uma atitude diferente do despojamento, feito por ele, da honra devida ao Senhor. Aqui, se apresentam duas cláusulas opostas<sup>124</sup>, a saber: Deus é o rei eternal e Todo-Poderoso, os homens não são nada. Deus é aquele que faz o que lhe agrada, de forma que usufrui como quer das suas criaturas para o cumprimento dos seus propósitos. Tanto os seres angelicais, sejam eles bons ou maus, quanto os homens, os moradores da terra, são instrumentos para a realização da sua vontade. A soberania divina nessa passagem ainda é endossada pela afirmativa: “não há quem lhe possa deter a mão, nem lhe dizer: Que fazes?”. Deus é Deus, portanto, opera como quer com aquilo que lhe pertence.

Com isso em mente, fica evidente que a soberania divina também se faz presente na literatura profética do Antigo Testamento. Os profetas veterotestamentários tinham como base da sua confiança essa verdade, motivo pelo qual, se expressavam em termos tão impressionantes.

Encerra-se aqui, a inquirição a respeito da compreensão dos escritores do Antigo Pacto sobre a doutrina das multiformes manifestações da soberania de Deus.

---

<sup>122</sup> Arnold, *Descobrendo O Antigo Testamento: Uma Perspectiva Cristã*, 432.

<sup>123</sup> João Calvino, *O Profeta Daniel*, (São Paulo: Edições Parakletos, 2000), vol. I, 235.

<sup>124</sup> *Ibid*, 299.

## B. No Novo Testamento

Se no Antigo Testamento a doutrina da soberania divina tem firme fundamento, certamente, no Novo Testamento, tal conceito é ampliado, quando é levada em consideração a progressividade e a organicidade da revelação bíblica. Aqui, diferentemente do Antigo Testamento, podem ser encontradas palavras que denotam a idéia de soberania, além dos textos que transmitem tal conceito. Isto se dá a fim de se fundamentar melhor o tema em questão.

### 1. *Nos Evangelhos*

De início, o texto tomado para análise é Mateus 20.13-16, onde está escrito:

Mas o proprietário, respondendo, disse a um deles: Amigo, não te faço injustiça; não combinaste comigo um denário? Toma o que é teu e vai-te; pois quero dar a este último tanto quanto a ti. Porventura, não me é lícito fazer o que quero do que é meu? Ou são maus os teus olhos porque eu sou bom? Assim, os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos [porque muitos são chamados, mas poucos escolhidos].

O presente texto deve ser compreendido do verso 1 até o verso 16. Esta parábola é comumente conhecida pelo título de “Os Trabalhadores na Vinha”.<sup>125</sup> A palavra do verso 1 liga essa perícopé à anterior (Mt 19.23-30), mais especificamente à pergunta feita por Pedro: “Eis que nós tudo deixamos e te seguimos; que será, pois, de nós?”. O fato é que, como afirmou J. C. Ryle, “tanto no chamamento das nações como na salvação das pessoas, Deus é soberano e não presta conta de seus atos”.<sup>126</sup> Assim, o enfoque dessa passagem não é a relação de trabalho e economia a respeito de um pagamento de acordo com horas de produção, mas “as palavras e os atos do

<sup>125</sup> Joaquim Jeremias na sua obra *Parables*, dá mais ênfase ao dono da vinha que aos trabalhadores. Ele chama essa parábola de “O Bom Empregador”, pág. 136.

<sup>126</sup> J. C. Ryle, *Meditações no Evangelho de Mateus*, (São José dos Campos: Fiel, 2000), 164.

empregador, teologicamente falando, apontam para Deus, que dá aos homens, livremente suas dádivas”.<sup>127</sup> Essa parábola gira em torno das atitudes do proprietário da vinha e do seu cuidado e manutenção para que a sua colheita fosse feita do modo mais apropriado possível. No escopo dessa passagem, o proprietário vai cerca de quatro vezes à praça, com o objetivo de providenciar a quantidade necessária de trabalhadores para a sua vinha (vv. 1, 3, 5, 6); acerta com os primeiros trabalhadores contratados o valor justo para uma jornada de salário (vv. 2, 4, 5, 7); e está presente por ocasião do pagamento dos trabalhadores (vv. 8-16).

Fundamental para o entendimento da soberania de Deus, no presente texto é a palavra empregada por Mateus, para se referir ao empregador (οἰκοδεσπότη), que seria melhor traduzida como “senhor de casa”. Dessa forma, pode ser percebido que o uso de οἰκοδεσπότη é pleonástico<sup>128</sup>, em vista do fato de que, quanto à etimologia, essa palavra denota a predominância de alguém sobre outro alguém ou alguma coisa. Nas parábolas essa palavra “ilustra as ações de Deus mediante as atividades do chefe do lar”.<sup>129</sup> Deus aqui é representado como o homem que exerce soberania sobre o lar e a sua propriedade, em outras palavras, o seu senhorio sobre o seu lar é absoluto, holístico. O uso de οἰκοδεσπότη aqui é de extrema relevância, pois conforme Hendriksen afirma,

O próprio fato de Jesus, aqui associar o conceito de “reino do céu” com “senhor de casa” ou “dono de uma propriedade” (cf. 1.27; 21.33; 24.43) revela que ele chama a atenção imediatamente para o fato de que Deus é o “dono” de tudo, e portanto também o que soberanamente dispõe dos destinos dos homens.<sup>130</sup>

E ainda sobre o proprietário como representando e ensinando a soberania de Deus, o Dr. Simon Kistemaker endossa esse raciocínio com a seguinte assertiva:

<sup>127</sup> Simon Kistemaker, *As Parábolas de Jesus*, (São Paulo: Cultura Cristã, 2002), 86.

<sup>128</sup> H. Bietenhard em Lothar Coenen e Colin Brown, *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*, (São Paulo: Vida Nova, 2004), vol. II, 2314.

<sup>129</sup> *Ibid*, 2315.

<sup>130</sup> William Hendriksen, *Comentário do Novo Testamento: Mateus*, (São Paulo: Cultura Cristã, 2001), vol. II, 330.

Na parábola toda, o empregador é a figura predominante. Ele visita a praça ao romper da aurora, contrata os trabalhadores, observa a necessidade de trabalhadores extras, retorna, ainda, repetidas vezes à praça, para contratar mais homens. É ele quem instrui seu capataz para pagar os trabalhadores, e ele mesmo se dirige àqueles que murmuram contra ele. O proprietário mantém o controle da situação do começo ao fim.<sup>131</sup>

De acordo com as posições apresentadas acima, a parábola do empregador retrata de forma inequívoca a manifestação da soberania de Deus, no modo como ele é generoso para com os seus trabalhadores. O ponto focal é a referência feita à bondade soberana de Deus, e vista do fato de que, não existe a precedência de um grupo sobre o outro. Por causa da soberana manifestação da livre graça de Deus, “o mesmo paraíso está à espera tanto do homem que experimentou a graça divina na última hora da vida, como do que foi chamado primeiro para ser discípulo de Cristo”.<sup>132</sup> Em virtude da natureza da graça, Deus é soberano para fazer o que quiser com o que é dele (v. 15). A soberania divina é perfeitamente definida na perícopa, quando das palavras: “não me é lícito fazer o que quero do que é meu?”. Deus é aquele que chama livremente quem ele quer, e concede àqueles a quem ele chama as recompensas que ele considera adequadas.<sup>133</sup> Tudo está debaixo de sua soberania.

Fica claro que a doutrina da soberania divina está devidamente alicerçada nos Evangelhos (Mt 3.9, 10; 10.24-31; 13.10-15; Mc 4.1-9; Lc 8.4-8; 12.6, 7; Jo 8.58; 12.37-41, conferir Is 6.9-10), tendo sido a passagem mateusina analisada, como referência.

---

<sup>131</sup> Kistemaker, *As Parábolas de Jesus*, 87, 88.

<sup>132</sup> R. V. G. Tasker, *Mateus: Introdução e Comentário*, (São Paulo: Vida Nova e Mundo Cristão, 1991), 152.

<sup>133</sup> John Calvin, *Commentary On Mathew*, disponível no site [www.monergismo.com](http://www.monergismo.com).

## 2. *Em Atos dos Apóstolos*

O texto tomado para análise é Atos 4.24-28:

Ouvindo isto, unânimes, levantaram a voz a Deus e disseram: Tu, soberano Senhor, que fizeste o céu, a terra, o mar e tudo o que neles há; que disseste por intermédio do Espírito Santo, por boca de Davi, nosso pai, teu servo: Por que se enfureceram os gentios, e os povos imaginaram coisas vãs? Levantaram-se os reis da terra, e as autoridades ajuntaram-se à uma contra o Senhor e contra o seu Ungido; porque verdadeiramente se ajuntaram nesta cidade contra o teu santo Servo Jesus, ao qual ungeste, Herodes e Pôncio Pilatos, com gentios e gente de Israel, para fazerem tudo o que a tua mão e o teu propósito predeterminaram.

A exemplo das categorias literárias analisadas até aqui, a literatura histórica do Novo Testamento também apresenta no seu escopo a verdade da soberania de Deus. De fato, a presença dessa doutrina nas páginas de Atos dos Apóstolos dá a resposta para muitas questões inquietantes e faz desse livro “a única ligação existente entre o ministério de Cristo e o Cristianismo que aparece florescente nas epístolas de Paulo e dos outros escritores do Novo Testamento”.<sup>134</sup>

Esta perícopete tem como contexto o início do quarto capítulo, com a pregação apostólica por parte de Pedro e João (v. 1), seu aprisionamento pelas autoridades judaicas (v. 2), pois eles anunciavam, “em Jesus, a ressurreição dentre os mortos”. No dia seguinte ao da prisão dos apóstolos, o sinédrio se reuniu para os argüir a respeito da sua pregação (vv. 5-7), então, Pedro apresenta a sua defesa (vv. 8-12); em seguida, eles se admiraram de tamanha intrepidez, mas, mesmo assim, os ameaçaram para não mais falarem em nome de Jesus (vv. 13-22). Após esse longo e cansativo incidente, Pedro e João contaram aos membros da igreja o que havia sucedido (v. 23) e passaram então, a clamar ao Senhor (vv. 24-28).

---

<sup>134</sup> Merrill C. Tenney, *O Novo Testamento: Sua Origem e Análise*, (São Paulo: Vida Nova, 1995), 237.



A consciência da soberania de Deus é evidenciada nessa oração proferida pela igreja. Observam-se algumas nuances do que acaba de ser asseverado. Primeiramente, tem-se a utilização do vocábulo  $\delta\acute{\epsilon}\sigma\pi\omicron\tau\alpha$ , para se referir a Deus (v. 24). Este termo, traduzido no texto como “Soberano Senhor”<sup>135</sup>, caracteriza alguém por causa do seu poder e da sua arbitrariedade, especialmente com povos sujeitados; denomina também “um proprietário de escravos com uma autoridade e poder inquestionáveis”<sup>136</sup>, e isso, “sem quaisquer condições prévias”.<sup>137</sup> No texto, esse termo é empregado para contrastar a autoridade do Deus soberano com a autoridade dos membros do sinédrio. O Dr. John Stott chama a atenção para o fato de que “o sinédrio podia fazer ameaças e proibições, e tentar silenciar a igreja, mas a autoridade deles estava sujeita a uma autoridade maior”.<sup>138</sup> Prosseguindo, a soberania de Deus na criação é exaltada. Ele é o Deus que fez “o céu, a terra, o mar e tudo o que neles há”. Os discípulos expressam aqui, o total poder criativo e o controle do Senhor sobre a sua criação física, além do seu total domínio sobre a humanidade.

No verso 28 (para fazerem tudo o que a tua mão e o teu propósito predeterminaram), a noção da soberania se torna mais contundente. Essa afirmação atesta a soberania de Deus no desenrolar da História, e de que nada, nem mesmo a morte de Jesus Cristo acontece fora do âmbito da vontade e do controle soberano de Deus: “a certeza do plano de Deus para o mundo é estabelecida pelo seu soberano ‘propósito’ e assegurado pela sua ‘mão’ todo-poderosa”.<sup>139</sup> Com isso, pode-se perceber claramente, que nem mesmo as ações dos responsáveis pela morte de Cristo: Herodes, Pilatos, os gentios e os judeus estão à parte da soberania divina.

<sup>135</sup> Waldyr Carvalho Luz, *Novo Testamento Interlinear*, (São Paulo: Cultura Cristã, 2003), 389.

<sup>136</sup> John R. W. Stott, *A Bíblia Fala Hoje: A Mensagem de Atos*, (São Paulo: ABU, 1994), 109.

<sup>137</sup> Coenen, *Dicionário Internacional de teologia do Novo Testamento*, 2314.

<sup>138</sup> Stott, *A Bíblia Fala Hoje: A Mensagem de Atos*, 109.

<sup>139</sup> Sinclair B. Ferguson em *BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEBRA*, 1278.

Está clara nas páginas do livro de Atos dos Apóstolos a percepção da igreja acerca do Deus soberano: ele é o Deus que cria (fizeste), que revela (disseste) e concretiza a História (predeterminaram).

Segue agora, a análise da doutrina em foco nas epístolas neotestamentárias.

### 3. *Na Literatura Epistolar*

Nessa categoria uma única passagem será tomada como exemplo tanto das epístolas paulinas quanto das gerais. A passagem é Romanos 9.14-21:

Que diremos, pois? Há injustiça da parte de Deus? De modo nenhum! Pois ele diz a Moisés: Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão. Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia. Porque a Escritura diz a Faraó: Para isto mesmo te levantei, para mostrar em ti o meu poder e para que o meu nome seja anunciado por toda a terra. Logo, tem ele misericórdia de quem quer e também endurece a quem lhe apraz. Tu, porém, me dirás: De que se queixa ele ainda? Pois quem jamais resistiu à sua vontade? Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?! Porventura, pode o objeto perguntar a quem o fez: Por que me fizeste assim? Ou não tem o oleiro direito sobre a massa, para do mesmo barro fazer um vaso para honra e outro, para desonra?

No capítulo 9 de Romanos, o apóstolo Paulo aborda questões ligadas à primeira parte da carta, ou seja, à incredulidade de Israel. Do capítulo 9 ao 11, Paulo delinea o desígnio universal<sup>140</sup> de Deus em relação aos judeus e gentios. Ele fala também das promessas que haviam sido feitas ao verdadeiro Israel, e o propósito divino quanto à eleição permanece firme (vv. 6-13). A partir do versículo 14, Paulo começa a mostrar a retidão de Deus no seu princípio eletivo com o propósito de mostrar a soberania e a justiça de Deus na demonstração da misericórdia para com algumas pessoas, e endurecimento para com outras. No verso 14, o apóstolo aborda uma possível objeção,

---

<sup>140</sup> O termo “universal” deve ser compreendido aqui, como referente à vocação do evangelho e à inclusão dos gentios no Pacto.

que poderia ser levantada contra Deus: “Há injustiça da parte de Deus?”. A forma  $\pi\alpha\rho\acute{\alpha}\tau\omega\ \theta\epsilon\omega$  é usada para enfatizar a blasfêmia envolvida nessa questão. Então, Paulo afirma a soberania divina: “De modo nenhum!”.

No verso 15, Paulo apela para as Escrituras para corroborar o seu “de modo nenhum”. O texto citado é o de Êxodo 33.19, para mostrar que o favor demonstrado a Moisés é confirmado como procedente da misericórdia soberana de Deus. Na expressão  $\acute{\epsilon}\lambda\epsilon\acute{\eta}\sigma\omega\ \delta\upsilon\ \grave{\alpha}\nu\ \acute{\epsilon}\lambda\epsilon\omega\ \kappa\alpha\iota\ \omicron\iota\kappa\tau\iota\rho\acute{\eta}\sigma\omega\ \delta\upsilon\ \grave{\alpha}\nu\ \omicron\iota\kappa\tau\acute{\iota}\rho\omega$  (traduzido como “Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão”), a ênfase recai sobre  $\delta\upsilon\ \grave{\alpha}\nu$ , a fim de ressaltar a soberania e livre escolha de Deus. Essa noção está presente também no verso 18, onde a melhor tradução seria “a quem quer”. Sobre a manifestação soberana da misericórdia divina nesse versículo, é pertinente observar a opinião de John Murray:

O aspecto mais importante do versículo 15 é este: em apoio à negativa “de modo nenhum”, no versículo 14, a misericórdia de Deus não é uma questão de justiça para com aqueles que participam dela, pois tudo depende da livre e soberana graça divina. Ele exerce misericórdia conforme Lhe apraz. Esta é a idéia ressaltada em Êxodo 33.19, ao qual Paulo faz seu apelo final.<sup>141</sup>

Em suma, o que o apóstolo está declarando ao citar o Antigo Testamento “é que quando sublinha a doutrina da soberania de Deus, ele simplesmente está dizendo o que Deus mesmo também disse”.<sup>142</sup>

No verso 16, Paulo extrai uma inferência do verso 15, ou seja, assim como Deus tem misericórdia de quem ele mesmo quer, então, “não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia”. A ênfase na determinação humana é totalmente excluída. O princípio da manifestação da soberania divina está no fato de que não é o centro volitivo humano, nem a sua diligência que produzem a salvação.

<sup>141</sup> John Murray, *Comentário Bíblico Fiel: Romanos*, (São José dos Campos: Fiel, 2003), 388.

<sup>142</sup> William Hendriksen, *Comentário do Novo Testamento: Romanos*, (São Paulo: Cultura Cristã, 2001), 428.

Deus em sua supremacia a produz. Não só a eleição, mas também a salvação é uma questão da vontade soberana de Deus.

Assim como Paulo utilizou as Escrituras para endossar o seu ensino acerca da manifestação da soberania divina na concessão da misericórdia, ele faz o mesmo para mostrar um outro modo de Deus exercer a sua supremacia. A isto ele se propõe no versículo 17, ao mencionar o oposto da misericórdia. Começa aqui, a negativa a respeito da misericórdia: “e também endurece a quem lhe apraz” (v. 18). Há aqui, um duplo exercício da vontade determinativa de Deus: “Logo, tem ele misericórdia de quem quer e também endurece a quem lhe apraz”. O que se pode apreender dessa afirmativa é que “esta soberania é tão inviolável no tocante ao endurecimento quanto no tocante à manifestação da misericórdia”<sup>143</sup>, ou seja, a soberania de Deus é determinante em ambos os casos. No verso 17, o verbo ἐξήγειρά pode ser traduzido por “te hei mantido”<sup>144</sup>, todavia, o emprego aqui difere do da LXX, que utiliza o verbo ενδειχωμαι, que requer a tradução com o sentido de “fazer surgir no cenário da história”.<sup>145</sup> Ambas as possibilidades podem ser aceitas, tendo em vista a posição que, pela providência soberana de Deus, Faraó ocupava no cenário da História.

Conclui-se, de acordo com o texto citado, que tanto a misericórdia demonstrada para com Moisés, como o endurecimento do coração de Faraó são resultados da soberana ação divina. O verbo σκληρυνει (endurece) está no presente ativo, ficando excluída assim, qualquer interpretação de que Deus apenas permitiu acontecer o endurecimento do coração de Faraó.<sup>146</sup> Esse termo é usado preponderantemente no sentido de Deus endurecer o coração de Faraó. O verbo σκληρυνει também aparece na

<sup>143</sup> Murray, *Comentário Bíblico Fiel: Romanos*, 389.

<sup>144</sup> Hendriksen, *Comentário do Novo Testamento: Romanos*, 429.

<sup>145</sup> Murray, *Comentário Bíblico Fiel: Romanos*, 389.

<sup>146</sup> Charles Hodge, *Commentary On The Epistle To The Romans*. Extraído do site <http://www.monergism.com>.

LXX (cf. Êx 4.21; 7.3; 9.12; 10.1, 20, 27; 11.10 e 14.4, 8). Fica claro, então, o exercício da soberania divina nesse texto.

Contudo, a soberania de Deus se expressa com maior vivacidade nos versículos 20 e 21: “Porventura, pode o objeto perguntar a quem o fez: Por que me fizeste assim? Ou não tem o oleiro direito sobre a massa, para do mesmo barro fazer um vaso para honra e outro, para desonra?”. Aqui, Paulo mostra a estupidez na objeção que algumas pessoas poderiam levantar (v. 19). Então, ele passa a mostrar que aquilo que é modelado não pode interpelar ao seu modelador, conseqüentemente, os seres humanos não podem se dirigir assim ao soberano Criador e Governador Moral do universo. Hendriksen comenta o seguinte sobre esses versos:

A idéia principal que Paulo quer que se compreenda é esta: Se até mesmo um oleiro tem direito, da mesma massa de barro, de fazer um vaso para honra e outro para desonra, então com certeza Deus, nosso Criador, tem o direito, da mesma massa de seres humanos que por sua própria culpa precipitou-se no poço de miséria, eleger alguns para a vida eterna e permitir que os demais permaneçam no abismo de degradação.<sup>147</sup>

A fim de complementar a opinião acima, vale salientar que quando nas Escrituras o termo “endurecer” é aplicado a Deus, não implica apenas em permissão, mas sim ação da ira divina.<sup>148</sup> Fica claro também, o entendimento da soberania de Deus na literatura epistolar. Sigamos com a análise no livro de Apocalipse.

#### 4. No Livro de Apocalipse

Nessa última categoria literária do Novo Testamento, são várias as passagens que evidenciam a soberania divina: Ap 1.5; 4.11; 6.10; 19.6, 16. Entretanto, a análise sobre o assunto em pauta se limitará a apenas dois desses versículos.

<sup>147</sup> Hendriksen, *Comentário do Novo Testamento: Romanos*, 432.

<sup>148</sup> João Calvino, *Exposição de Romanos*, (São Paulo: Edições Paracletos, 1997), 337.

Primeiramente, em Apocalipse 1.5, está escrito: “e da parte de Jesus Cristo, a Fiel Testemunha, o Primogênito dos mortos e o Soberano dos reis da terra”. A segunda passagem de relevância está no capítulo 6.10: “Clamaram em grande voz, dizendo: Até quando, ó Soberano Senhor, santo e verdadeiro, não julgas, nem vingas o nosso sangue dos que habitam sobre a terra?”. No primeiro texto, pode ser notada a atribuição da prerrogativa de soberania divina também à pessoa de Jesus Cristo. Ele é descrito com alusão “ao Seu ministério terreno, como a ‘fiel testemunha’; depois, em conexão com Sua morte e ressurreição, como o Primogênito dos mortos; e, finalmente, nos termos que expressam sua presente exaltação, como Soberano dos reis da terra”.<sup>149</sup> Com isto, o apóstolo João queria enfatizar o total domínio de Cristo sobre todas as nações da terra. Todo o governo está centralizado na pessoa de Jesus Cristo, de quem toda autoridade é derivada. Uma razão para essa referência feita por João está no fato de que, naquela época, crescia a tendência de deificar e adorar o imperador romano. Diante dessa situação, João tencionou lembrar às igrejas “que atrás de qualquer autoridade política humana encontra-se a soberania daquele que de fato governa os reis da terra, apesar de não ser visto”.<sup>150</sup> O Dr. Héber Campos enfatiza que Cristo é o governante tanto na esfera física como na esfera moral e está elevado acima de toda e qualquer autoridade.<sup>151</sup> Lingüisticamente, a palavra traduzida como “soberano”, nesse versículo, é ἄρχων. Essa palavra está como um particípio substantivado, nesse caso, é apropriada como “título de um livro que representa o Cristo glorificado como aquele que preside sobre o destino das nações”.<sup>152</sup> Apesar de ocorrer 37 vezes no Novo Testamento, apenas aqui, essa palavra é empregada com respeito a Cristo. E é uma alusão ao Salmo 89.27: “Fá-lo-ei, por isso, meu primogênito, o mais elevado entre os reis da terra”.

<sup>149</sup> William Hendriksen, *Mais Que Vencedores*, (São Paulo: Cultura Cristã, 1987), 71.

<sup>150</sup> George Ladd, *Apocalipse: Introdução e Comentário*, (São Paulo: Vida Nova, 1996), 22.

<sup>151</sup> Campos, *O Ser de Deus e Suas Obras: A Providência e A Sua Realização Histórica*, 234.

<sup>152</sup> Fritz Rienecker e Cleon Rogers, *Chave Lingüística do Novo Testamento Grego*, (São Paulo: Vida Nova, 1997), 604.

Diante de tudo o que foi observado e apreendido na presente inquirição do tema nas Sagradas Escrituras, conclui-se, que há amplo apoio escriturístico, não só no Antigo mas também no Novo Testamento acerca das multiformes manifestações da soberania divina.

## CAPÍTULO 3

### DA DOCTRINA DA SOBERANIA DE DEUS E SUAS MANIFESTAÇÕES

No capítulo precedente, foram analisadas algumas passagens das Sagradas Escrituras nas quais, tanto no Antigo Testamento como no Novo Testamento, pôde ser percebida a verdade indelével da presença do conceito da soberania divina sobre tudo e todos. Com isto em mente, inevitavelmente, surgem alguns questionamentos, como por exemplo: É a soberania de Deus algo absoluto? Essa soberania se aplica a todas as coisas? Se sim, de que forma a soberania abarca verdades como eleição, criação, providência e juízo? E, finalmente, qual a atitude esperada por parte dos seres humanos? O presente capítulo se apresenta imbuído do propósito de elucidar tais questionamentos, com uma análise sistemática do tema proposto, a fim de que esse, seja mais bem fundamentado para um devido entendimento dessa doutrina tão fundamental para os nossos dias.

Passemos, primeiramente, a algumas questões conceituais:

#### A. Questões Conceituais

Antes da observação de como Deus é soberano nas obras mencionadas acima, na parte introdutória do capítulo, é mister uma consideração propedêutica conceitual do que trata a soberania de Deus e seus dois atributos mais diretamente relacionados, ou seja, a vontade soberana e o poder soberano de Deus. Tudo isso é claramente ratificado na asserção feita pelo Dr. Charles Hodge, em que a soberania de Deus é exercida no



estabelecimento de leis físicas e morais, a fim de governar suas criaturas; na variedade dos seres criados; na designação de cada pessoa em sua posição e sorte; na distribuição de riqueza, pobreza, saúde e doença; na salvação e na condenação eterna.<sup>153</sup> Sendo assim, devem ser observadas as seguintes definições:

### *1. Definição de Soberania*

De forma preliminar, soberania significa governo, e a soberania de Deus “significa que Deus governa a sua criação com absoluto poder e autoridade. Ele determina o que vai acontecer, e acontece. Deus não fica alarmado, frustrado ou derrotado pelas circunstâncias, pelo pecado ou pela rebeldia de suas criaturas”.<sup>154</sup> No que concerne à etimologia, “Soberano” vem do latim vulgar “Superanus”, que quer dizer, “que ou aquele que detém poder ou autoridade suprema”;<sup>155</sup> “Supremo” vem do latim “supremus”, superlativo de “superus”, que quer dizer, “que está acima de tudo” ou “superior”.<sup>156</sup> Convém ressaltar que, ao contrário do que muitas pessoas pensam, “Soberania” não diz respeito a um atributo específico do Ser de Deus. Com esta afirmação quer-se dizer que, em sua essência, Deus é absolutamente soberano, e, como conseqüência lógica desse pensamento, é muito apropriada a afirmação do Dr. Heber Carlos de Campos: “Essencialmente Deus é soberano e, por causa disso, todos os seus atributos têm a coloração de sua soberania”.<sup>157</sup> As Escrituras Sagradas sempre apresentam Deus como o Senhor, que está assentado no trono, o que é um indicativo

<sup>153</sup> Charles Hodge, *Teologia Sistemática*, (São Paulo: Hagnos, 2001), 332.

<sup>154</sup> James Montgomery Boice. *BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEVRA*, 1555.

<sup>155</sup> Antônio Geraldo da Cunha, *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, (Nova Fronteira), 744.

<sup>156</sup> *Ibid.*

<sup>157</sup> Heber Carlos de Campos, *O Ser de Deus e suas Obras: A Providência e sua Realização Histórica*. (São Paulo: Cultura Cristã, 2001), 393.

claro da sua supremacia sobre tudo o que criou (1 Rs 22.19; Is 6.1; Ez 1.26; Dn 7.9; Ap 4.2; cf. Sl 11.4; 45.6; 47.8,9; Hb 12.2; Ap 3.21). Antes de um atributo específico, trata-se de uma prerrogativa inerente à constituição perfeita do Ser divino. O próprio Dr. Louis Berkhof arrola o poder e a vontade de Deus como “atributos de soberania”.<sup>158</sup> Isso se dá pelo fato de que nestes atributos, Deus exerce a sua prerrogativa de Soberania, agindo como lhe apraz. A Soberania de Deus pode ser definida, de acordo com Arthur Walkington Pink, como “o exercício de sua *supremacia*”.<sup>159</sup> De acordo com essa definição, Deus é infinitamente superior à sua criação. Continuando com o seu pensamento, o Dr. Arthur W. Pink afirma que “sendo Deus infinitamente elevado acima da mais elevada criatura, Ele é o altíssimo, o Senhor dos céus e da terra. Não sujeito a ninguém, não influenciado por nada fora de si mesmo, absolutamente independente”.<sup>160</sup> Deus é aquele que não sofre nenhuma restrição no exercício dos seus atributos.

A palavra “soberania”, quando aplicada a Deus, quer dizer que há uma absoluta totalidade do poder, vontade, misericórdia, graça, bondade, sabedoria e todos os demais atributos do Ser de Deus. Ele é aquele que tem o domínio total do Cosmos criado. Ainda citando A. W. Pink,

Dizer que Deus é soberano é declarar que Deus é Deus. Dizer que Deus é soberano é declarar que Ele é o altíssimo, o qual tudo faz segundo sua vontade no exército dos céus e entre os moradores da terra. Dizer que Deus é soberano é declarar que Ele é onipotente, possuidor de todo o poder nos céus e na terra, de maneira que ninguém pode impedir os seus conselhos, contrariar os seus propósitos ou resistir à sua vontade (Sl 115.3). Dizer que Deus é soberano é declarar que Ele ‘governa as nações’ (Sl 22.8), estabelecendo reinos, derrubando impérios e determinando o curso das dinastias, segundo o seu agrado.<sup>161</sup>

A Soberania de Deus é a prerrogativa através da qual Ele, em plena supremacia e realeza, governa todo o Cosmos criado, de acordo com o sábio conselho da sua vontade

<sup>158</sup> Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*. (São Paulo: Cultura Cristã, 2001), 78.

<sup>159</sup> A. W. Pink, *Os Atributos de Deus*. (São Paulo: PES, 2001), 31.

<sup>160</sup> *Ibid*, 31.

<sup>161</sup> A. W. Pink, *Deus é Soberano*, 20.

e poder soberanos. Esse pensamento tem como consequência lógica, o fato de que Deus vem a ser a causa final de todas as coisas e a sua criação é sustentada, levando à plena consumação dos seus desígnios. Esse entendimento é vital para um sistema teológico que trate da Teontologia com extrema seriedade. Esse é o entendimento da teologia reformada e se constitui na sua força motriz, visto que a supremacia do Criador é salientada nas Escrituras Sagradas do início ao fim.

Outras noções importantes a respeito da soberania divina são os dois atributos divinos que se relacionam diretamente com ela: a vontade e o poder soberanos de Deus.

## 2. A Vontade Soberana de Deus

O termo “vontade”, geralmente, é definido nos dicionários etimológicos como “capacidade de escolha, de decisão”, “anseio” e “desejo”.<sup>162</sup> O termo quando aplicado a seres humanos é entendido como a faculdade da escolha.<sup>163</sup> Entretanto, quando se referindo à pessoa do Deus Todo-poderoso, o vocábulo tem o seu significado essencial ampliado para a capacidade de autodeterminação inerente à divindade. A vontade de Deus está acoplada à sua supremacia soberana. Ontologicamente, Deus é um ser volitivo, ou seja, a sua vontade soberana determina, estabelece e permeia toda a sua constituição perfeita. Com isto, todos os seus atos também são soberanos.

Deve ser entendido também que Deus é um ser tanto pessoal quanto moral. Sendo assim, a sua vontade diz respeito tanto à sua prerrogativa soberana quanto a sua moralidade. No que concerne a essa última, Deus, por ser infinitamente santo, prescreve leis e ordenanças que devem ser observadas devidamente por suas criaturas. E como

---

<sup>162</sup> Antonio Geraldo da Cunha, *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, 828.

<sup>163</sup> A. W. Pink, *Deus é Soberano*, 106.

governador soberano que é, Deus faz tudo o que lhe apraz na vida das suas criaturas e na administração (governo) da ordem criada. Deus é o Legislador Soberano. Essas são apenas duas formas de Deus exprimir a sua vontade.<sup>164</sup> A Confissão de Fé de Westminster expressa devidamente esta verdade, quando afirma:

Há um só Deus, vivo e verdadeiro, o qual é infinito em seu ser e perfeição, um espírito puríssimo, invisível, sem corpo, membros ou paixões, imutável, imenso, eterno, incompreensível, onipotente, sapientíssimo, santíssimo, soberano, absoluto, *operando todas as coisas segundo o conselho de sua própria e imutável e justíssima vontade*, para sua própria glória.<sup>165</sup>

Ainda com base na afirmação confessional, pode-se perceber, com muita sensibilidade, que a expressão da vontade soberana de Deus possui um caráter teleológico, ou seja, possui um alvo a ser atingido, a saber, a manifestação de sua própria glória (cf. Romanos 11.36).

A vontade soberana de Deus possui algumas peculiaridades que devem ser mencionadas aqui sucintamente. Ela é uma vontade livre, isto é, sua expressão é livre. Essa característica possui estreita afinidade com sua soberania; é uma vontade necessária, na qual o próprio Deus é o receptáculo da sua vontade. Por necessidade “ele ama a si próprio e tem prazer na contemplação das suas perfeições”<sup>166</sup>; é uma vontade eterna, pois assim como Deus é eterno, segue-se que tudo no ser divino também o é. Os seus decretos eternos são expressões da sua vontade eterna; é imutável, possuindo o mesmo princípio da característica anterior, ou seja, “a imutabilidade da vontade divina está fundada na imutabilidade do seu ser”<sup>167</sup>; assim como Deus é onipotente, tal é a sua vontade, isto é, ela é irresistível. Nada, nem ninguém, em todo o universo criado, tem a capacidade de se opor e contrariar a vontade soberana de Deus. Isso é perfeitamente

<sup>164</sup> Heber Carlos de Campos, *O Ser de Deus e Suas Obras: A Providência e Sua Realização Histórica*, 352.

<sup>165</sup> A. A. Hodge, *A Confissão de Fé de Westminster Comentada*, (São Paulo: Os Puritanos, 2001), 75.

<sup>166</sup> Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, 75.

<sup>167</sup> Heber Carlos Campos, *O Ser de Deus e Suas Obras: A Providência e Sua Realização Histórica*, 354.

aplicável até mesmo quando os filhos de Deus têm boas aspirações (cf. At 16.6-10). A vontade divina é também eficaz, contudo, essa verdade diz respeito apenas aos decretos soberanos de Deus. A vontade decretiva de Deus nunca é ineficaz, ou seja, direta ou indiretamente, Deus sempre realiza a sua vontade (Is 14.24-27; 55.11); a vontade de Deus é autolimitada, com isto quer-se dizer que Deus é tão poderoso que estabelece limites para Ele próprio. Sua santa vontade limita o uso do seu poder, ou, em outras palavras, “Deus pode fazer tudo o que ele deseja, porém ele não deseja fazer tudo o que pode”.<sup>168</sup> Com isto, cai por terra a teoria do inglês Thomas Hobbes (1588-1679) que afirmava que os déspotas humanos eram os éctipos do arquétipo Deus, pois este sempre agia de forma arbitrária.<sup>169</sup> Deus é a sua própria lei, o seu próprio legislador, de modo que ele faz somente o que é justo<sup>170</sup> (Êx 3.14; Nm 23.19; 1 Sm 15.29); e, por fim, sua vontade é sábia, ou seja, para que ele seja justo em tudo aquilo em que ele se apraz e se deleita, por obrigatoriedade, sua sabedoria também permeia sua vontade. A vontade de Deus é sábia porque ele sempre escolhe o que é melhor. “A operação da sabedoria de Deus envolve a expressão de sua vontade”<sup>171</sup>, (Sl 104.1-34; Rm 11.33; 1 Co 2.7). Algumas diferenciações<sup>172</sup> ainda podem ser aplicadas à vontade de Deus, entretanto, por causa da natureza do presente trabalho, a apresentação dessas distinções será limitada. Isso será feito visando um fim didático.

<sup>168</sup> Augustus H. Strong, *Teologia Sistemática*, (São Paulo: Hagnos, 2002), vol. I, 287.

<sup>169</sup> Thomas Hobbes, *O Leviatã*, (São Paulo: Martin Claret, 2001), 111.

<sup>170</sup> A. W. Pink, *Os Atributos de Deus*, 40.

<sup>171</sup> J. I. Packer, *Teologia Concisa*, (São Paulo: Cultura Cristã, 1996), 46.

<sup>172</sup> É importante salientar a essa altura, que apesar das distinções existentes, o texto encontrado em Mateus 6.9-13, traz uma assertiva por demais interessante a respeito da vontade de Deus. O versículo 10 afirma: “venha o teu reino, faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu”. A referência à vontade soberana de Deus nesse versículo inclui tanto a sua vontade decretiva como a sua vontade prescritiva. Com isso, fica evidente, que pelo menos nesse caso, pode-se perceber uma unicidade com relação à vontade de Deus. O Dr. William Hendriksen apresenta uma posição diferente com base em que a vontade decretiva de Deus já é perfeitamente cumprida na terra, ao passo que isso não acontece com a sua vontade prescritiva. *Comentário do Novo Testamento: Mateus*, (São Paulo: Cultura Cristã, 2000), vol. I, 465, 466. Entretanto, o Dr. R. B. Kuiper apresenta uma interpretação que envolve estes dois aspectos da vontade divina. *Evangelização Teocêntrica*, (São Paulo: PES, 1996), 45.

A vontade de Deus pode ser distinguida em: *vontade decretiva*, que se refere ao plano eterno de Deus e que ele levará a cabo perfeitamente (Dn 4.17, 25, 32, 35; Rm 9.18, 19); *vontade preceptiva*, em que Deus dá às suas criaturas racionais e morais um *modus vivendi* correto, isto é, trata-se dos seus preceitos e prescrições. Esse aspecto da sua vontade está perfeitamente revelado nas Sagradas Escrituras (2 Cr 27.6; Sl 40.8; 143.8-10; Mt 7.21; 12.50).

### 3. O Poder Soberano de Deus

O outro atributo divino que está num relacionamento mais próximo com a prerrogativa soberana de Deus é o seu poder.<sup>173</sup> Por consequência lógica, para que alguém possa realizar exatamente aquilo que lhe apraz, aquilo que deseja, é necessário que haja uma certa quantidade de capacidade ou poder, para que tal pessoa possa proceder com seus desígnios. E quando a questão gira em torno da vontade divina, precisa-se ter o devido entendimento, de que para que Deus possa ser Deus, é imprescindível que ele seja Todo-poderoso. Ou, ainda nesse sentido, utilizando as palavras de Arthur Walkington Pink “quem não pode fazer o que quer e não pode realizar o que lhe agrada, não pode ser Deus. Como Deus tem uma vontade para decidir o que julga bom, assim tem poder para executar a sua vontade”.<sup>174</sup>

---

<sup>173</sup> Em Mateus 6.13 está escrito: “Pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre. Amém”. Esta doxologia da Oração Dominical encontrada na passagem mateusina está ausente nos principais manuscritos. A evidência textual externa não favorece a sua inclusão na passagem em apreço. Não obstante, ela se encontra em versões bastante antigas, além de estar presente num documento do período apostólico, *O Didaquê* (VIII. 2) e na versão da *Peshyta Síriaca*. Cf. Bárbara e Kurt Aland, *Novum Testamentum Graece*, (Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2001). Liturgicamente, ela está presente desde os tempos mais remotos no culto cristão. Ela também apresenta conceitos presentes no Antigo Testamento (1 Cr 29.11; Ne 9.5; e as doxologias dos salmos aleluíticos), e no Novo Testamento (Jo 8.50; 17.4; 2 Tm 4.18; Ap 1.6; 4.11; 5.12, 13; 19.1). Cf. William Hendriksen, *Comentário do Novo Testamento: Mateus*, vol. I, 477, 478.

<sup>174</sup> A. W. Pink, *Os Atributos de Deus*, 66.

O Dr. Hodge apresenta uma definição interessante do poder de Deus. Ele afirma que “Poder é a eficiência que, em virtude de uma lei essencial do pensar, reconhecemos como inerente a uma causa em relação ao seu efeito”.<sup>175</sup> O que se pode apreender da presente definição é que o poder de Deus é a capacidade que ele possui de pôr em prática todos os seus desígnios, sendo bastante para isso, um comando de sua vontade divina. Por ser infinito o seu poder, Deus é soberano no sentido de poder provocar todos os efeitos que, em seu beneplácito, ele assim desejar. Por isso, a teologia reformada subscreve que Deus é a causa de todas as coisas. Diferentemente, de todas as criaturas, principalmente, dos seres humanos, Deus não possui limites quanto ao seu poder (Ef 1.11). Além disso, Deus é tão poderoso a ponto de poder criar as coisas unicamente pelo comando divino. O ser humano precisa empregar meios para a consecução dos seus propósitos. Já o Deus Todo-poderoso dispensa o uso de todo e qualquer meio, pois “ele quer e é feito. Disse ele ‘Haja luz’, e houve luz. Ele, mediante uma volição, criou os céus e a terra”.<sup>176</sup> A capacidade de fazer todas as coisas apenas por um comando volitivo é a mais elevada idéia de poder, claramente corroborada pelas Escrituras (cf. Gn 1.1, 3; 17.1; Jô 42.2; Jr 32.17; Dn 4.35; Mt 19.26; Lc 1.37). Em suma, “o poder de Deus é como ele mesmo: infinito, eterno, incompreensível; não pode ser refreado, nem restringido, nem frustrado pela criatura”.<sup>177</sup> Ou ainda com as palavras de Charles Haddon Spurgeon:

O poder de Deus é como ele mesmo, auto-existente, auto-sustentado. O mais poderoso dos homens não pode acrescentar sequer uma sombra de poder ao Onipotente. Ele não se firma sobre nenhum trono reforçado; nem se apóia em nenhum braço ajudador. Sua corte não é mantida por seus cortesãos, nem toma ele emprestado das suas criaturas o seu esplendor. Ele próprio é a grande fonte central e o originador de toda energia.<sup>178</sup>

---

<sup>175</sup> A. A. Hodge, *Esboços de Teologia*, (São Paulo: PES, 2001), 198.

<sup>176</sup> Charles Hodge, *Teologia Sistemática*, 307.

<sup>177</sup> S. Charnock em A. W. Pink, *Os Atributos de Deus*, 66.

<sup>178</sup> C. H. Spurgeon em A. W. Pink, *Ibid*, 68.

Assim como acontece com a vontade soberana de Deus, é comum o fato de os compêndios teológicos estabelecerem distinções acerca do poder soberano de Deus. A distinção vulgarmente feita é entre o Poder Absoluto (*Potentia Absoluta*) e o Poder Ordenado (*Potentia Ordinata*) de Deus. O *Poder Absoluto* de Deus é aquele por meio do qual ele poderia fazer infinitamente mais do que imaginamos. É a expressão total da onipotência divina. Esse poder permanece no ser divino “acima e além de todas as forças da natureza e suas ordinárias operações providenciais sobre elas e por meio delas”.<sup>179</sup> Um conceito mais amplo foi dado por Charnock. Segundo ele, “absoluto é o poder pelo qual Deus é capaz de fazer o que ele não fará, mas que tem possibilidade de ser feito”.<sup>180</sup> Uma outra definição, também correta de *potentia absoluta* é a “sua eficiência como exercida sem a intervenção de causas secundárias”.<sup>181</sup> Deve ser ainda levado em conta que esse poder absoluto é limitado pela lei da não-contradição e pela própria natureza de Deus, ou seja, coisas ilógicas ou diametralmente opostas à natureza de Deus não podem ser feitas por ele. Assim como a sua natureza é boa, ele não pode fazer coisas más. Assim como a verdade é essencial ao ser divino, ele não pode mentir. Algumas pessoas, levadas pelos ensinamentos típicos do período escolástico e da filosofia pós-moderna têm sustentado que a perfeição divina exige que na mesma proporção que Deus é bom, ele também seja mau. Com isso, quer-se dizer que Deus faz coisas livres da lógica, da razão e da moralidade. Contudo, as Escrituras declaram que em Deus não há nenhum traço amoral, “pois tudo o que Deus criou é bom, e, recebido com ações de graças, nada é recusável” (1 Tm 4.4; cf. Gn 1.31; Sl 107.8, 15, 21, 31; 145.7). Vale ainda salientar que o próprio Calvino estigmatiza essa concepção como sendo profana:

Nem entretanto, [em Deus] ingerimos a ficção de um poder absoluto, porque assim como é profana, assim com razão nos deve ser detestável. Não

<sup>179</sup> A. A. Hodge, *Esboços de Teologia*, 198.

<sup>180</sup> Charnock em Heber Campos, *O Ser de Deus e Os Seus Atributos*, (São Paulo: Cultura Cristã, 1999), 386.

<sup>181</sup> Charles Hodge, *Teologia Sistemática*, 309.



imaginamos um Deus sem lei, [Ele] Que lei é para Si Próprio, pois que, como diz Platão, de lei necessitam os homens, que laboram em paixões, mas, a vontade de Deus, não só pura de toda imperfeição, mas também a suprema regra de perfeição, é até mesmo a lei de todas as leis.<sup>182</sup>

Com base na afirmação de Calvino, é preciso ratificar o princípio de que seus escritos devem ser interpretados a partir da sua época, a fim de que não haja quem diga, peremptoriamente, que Calvino rejeitou a idéia do poder absoluto de Deus. Ele o faz contra a tergiversação daqueles que atribuem ações fora da moralidade a Deus. O fato de Deus não poder fazer coisas contraditórias ou fora dos padrões morais não coloca em xeque sua soberania nem se constitui em imperfeição no seu poder. Antes, a observação de John L. Dagg é muito pertinente: “quando se trata de realizar o impossível, a impotência é tão eficaz quanto a onipotência”.<sup>183</sup> Por fim, à guisa de conclusão sobre o poder absoluto, é preciso lembrar que um Deus destituído de poder absoluto não poderia ser soberano.

Já o *Poder Ordenado* é “a perfeição de Deus pela qual ele, mediante o simples exercício da sua vontade, pode realizar tudo quanto está presente em sua vontade ou conselho”.<sup>184</sup> De acordo com Charnock, o poder ordenado é assim chamado porque “Deus faz o que ele tem decretado fazer, isto é, o que ele ordenou ou marcou para ser posto em exercício”.<sup>185</sup> Em outras palavras, esse poder é chamado ordenado por causa do decreto de Deus, isto é, “Deus exerce o seu poder somente quando há um decreto da sua parte para que isso aconteça”.<sup>186</sup> Com isso, fica evidente que o poder ordenado é parte do poder absoluto. O poder de Deus, em si mesmo, é absoluto, infinito. Entretanto, a sua execução é diretamente regulada pelo seu eterno decreto. A passagem de Jó 42.2 é

<sup>182</sup> João Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol. 3, XXIII, 2, (São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1989), 412.

<sup>183</sup> John L. Dagg, *Manual de Teologia*, (São José dos Campos: Fiel, 2003), 57.

<sup>184</sup> Berkhof, *Teologia Sistemática*, 77.

<sup>185</sup> Charnock em Berkhof, *Teologia Sistemática*, 77.

<sup>186</sup> Heber Campos, *O Ser de Deus e Os Seus Atributos*, 389.

muito elucidativa a esse respeito: “Bem sei que tudo podes, e nenhum dos teus planos pode ser frustrado” (cf. Mt 26.53, 54). Essa passagem é um indicativo claro da relação existente entre o poder absoluto e o poder ordenado de Deus. Não há limites para o poder de Deus, a não ser seu próprio decreto eterno e imutável.

Pode-se perceber, então, como os conceitos da vontade e do poder soberano de Deus se coadunam com a verdade da soberania de divina. Finalmente, serão observadas agora algumas das multiformes manifestações dessa prerrogativa.

### B. A Soberania Na Eleição

Observadas as questões propedêuticas conceituais, será tomada a eleição como a primeira das obras divinas a evidenciar a soberania de Deus.

A soberania foi definida como o exercício da supremacia que Deus tem sobre toda a sua criação, seja ela material ou espiritual. Logicamente, a eleição se relaciona com isso. A reflexão teológica calvinista tem como marca característica a doutrina da predestinação.<sup>187</sup> O calvinismo desenvolveu o que é chamado de doutrina da “dupla predestinação”, que engloba não só a eleição, mas também a preterição. Por causa do escopo do presente trabalho ficou deliberado tratar apenas da eleição como uma das manifestações da soberania de Deus. Mas a verdade é: se a eleição é uma expressão da soberania divina, conseqüentemente, a preterição também o é.

A eleição pode ser entendida como “o ato eterno de Deus pelo qual Ele, em Seu soberano beneplácito, e sem levar em conta nenhum mérito previsto nos homens,

---

<sup>187</sup> John H. Leith, *A Tradição Reformada: Uma Maneira de Ser A Comunidade Cristã*, (São Paulo: Pendão Real, 1996), 155.

escolhe um certo número deles para receberem a graça especial e a salvação eterna”.<sup>188</sup>

Ou ainda nas palavras de R. L. Dabney:

Enquanto o Decreto de Deus diz respeito ao seu propósito para com todas as coisas, a sua predestinação deve ser definida como sendo seu propósito concernente ao destino eterno das suas criaturas racionais. Sua eleição é o seu propósito de salvar eternamente alguns homens e anjos. Eleição e reprobção, ambos estão incluídos na predestinação soberana.<sup>189</sup>

As Escrituras são claras a respeito dessa verdade. Primeiramente, vemos o exemplo de Abraão, um homem idólatra, mas que por causa da eleição soberana de Deus é chamado para sair do meio dos seus parentes e é escolhido para ser o pai do Israel de Deus (Gn 12.1-3). Outras passagens são muito elucidativas a respeito desse assunto (Dt 4.37; 7.6-8; 2 Cr 29.11; Am 3.2; Mt 22.14; 24.22,31; Mc 13.20; Jo 13.18; 15.16,19; Ef 1.4; 2 Ts 2.13). A passagem mais forte a respeito da soberania divina na eleição é Romanos 9.14-18, passagem analisada no capítulo anterior. É interessante a cadeia lógica do pensamento calvinista, quando se trata desse assunto, pois ao se abordar a doutrina da eleição está se abordando ao mesmo tempo a doutrina do eterno decreto de Deus, ou para melhores fins didáticos, a doutrina dos decretos de Deus, de acordo com a qual, Deus ordenou desde toda a eternidade, de forma livre e imutável tudo o que acontece. Essa cadeia se dá por causa da perfeição existente em Deus, de forma que, assim como sua soberania permeia todos os seus atributos, o mesmo sucede com as suas obras. Hodge expressou isso muito bem quando afirmou: “Nenhum evento é isolado, quer no mundo físico quer no mundo moral, quer no céu quer na terra”.<sup>190</sup>

Com isso em mente, a análise da soberania de Deus na eleição se dá por causa da sua seguinte característica:

<sup>188</sup> Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, 107.

<sup>189</sup> Robert L. Dabney, *Systematic Theology*, (Edinburgh: The Banner Of Truth Trust, 1996), 223. Minha Tradução.

<sup>190</sup> A. A. Hodge, *Confissão de Fé Westminster Comentada Por A. A. Hodge*, 97.

### 1. Sua Incondicionalidade

A eleição, como ficou definida acima, certamente é uma manifestação da soberania divina. E, de modo objetivo, pode ser asseverado que a soberania na eleição se dá por causa da sua incondicionalidade. De acordo com Dabney, a incondicionalidade da eleição se dá pela “preordenação do estado religioso ou atos das pessoas”.<sup>191</sup> A soberania divina na eleição pode ser argumentada, a partir da verdade, de que tudo na salvação do eleito depende de Deus. Ele é quem elege, quem chama, quem justifica, quem regenera e quem persevera. Uma ação está diretamente relacionada com a outra. Um exemplo disso é que Deus em sua supremacia “resolveu justificar a aqueles a quem chamou numa relação pactual”.<sup>192</sup>

Essa eleição é soberana e incondicional, pelo fato de que Deus não depende em nada do homem para a sua efetivação. Ela não depende de modo nenhum do exercício da fé ou da realização de boas obras por parte das criaturas decaídas. Sua dependência reside única e exclusivamente na soberana vontade e no beneplácito de Deus: “nele, digo, no qual fomos também feitos herança, predestinados segundo o propósito daquele que faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade” (Ef 1.11). Deus, em sua soberania, decretou a incondicionalidade da eleição também pelo fato, de que ele “pré-ajustou todas as formas e recursos para a sua efetivação”.<sup>193</sup> Em Romanos 8.29, 30, encontramos essa mesma verdade:

Porquanto, aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o

---

<sup>191</sup> Robert L. Dabney, *Systematic Theology*, 223. Minha Tradução.

<sup>192</sup> Moisés Bezerril, *Os Princípios Imutáveis da Expressão “Eu Serei O Vosso Deus E Vós Sereis O Meu Povo” Em Ambas As Dispensações do Pacto da Graça*, (Recife, 2000), 91. Material não publicado.

<sup>193</sup> Robert L. Dabney, *Systematic Theology*, 228. Minha Tradução.

primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, a estes também chamou; e aos que chamou, a estes também justificou; e aos que justificou, a estes também glorificou.

Todos os verbos utilizados na passagem acima estão na voz ativa, o que confirma Deus como o seu sujeito. Logo, a eleição bem como todos os demais estágios da *Ordo Salutis* dependem apenas do Deus soberano. A eleição tem o seu fundamento no amor e na misericórdia de Deus, que são apenas dois dos atributos soberanos de Deus, não na fé, nem no arrependimento por parte dos eleitos. Na verdade, “Deus não elege porque antevê arrependimento e fé; Ele produz arrependimento e fé porque Deus elegeu”.<sup>194</sup> Visto que, com o pecado, o homem morreu espiritualmente, ficou totalmente depravado, sendo impossível e absurda a afirmação arminiana de que Deus nos escolheu porque somos santos. Antes, “Ele nos escolheu, mesmo a despeito de nosso pecado, para que fôssemos santos”.<sup>195</sup> Isso é fazer o que quer com aquilo que é seu. Isso é soberania sem sombra de dúvidas! A soberania na eleição também pode ser percebida, quando levada em conta, que os eleitos são objetos da misericórdia divina. Essa, por sua vez, também é exercida de acordo com a soberania de Deus. É exatamente isso que o Deus soberano expressa: “Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão”. Paulo, logo após citar a passagem veterotestamentária, endossa a soberania divina ao afirmar que a efetivação da eleição em nada depende das criaturas racionais, mas unicamente do exercício da misericórdia soberana de Deus.<sup>196</sup> A misericórdia pode ser vista como o aspecto negativo motriz da eleição, visto que Deus não traz sobre o pecador o que ele merece, ou seja, juízo. E isso aponta para o aspecto motriz positivo da eleição: a graça soberana de Deus, visto que ele o elege em Cristo Jesus. Sobre isso, convém lembrar o que outrora

---

<sup>194</sup> Paulo Anglada, *Calvinismo: As Antigas Doutrinas da Graça*, (São Paulo: Os Puritanos, 1996), 32.

<sup>195</sup> Júlio Andrade Ferreira, *Antologia Teológica*, (São Paulo: Novo Século, 2003), 693.

<sup>196</sup> Charles H. Spurgeon, *Eleição*, (São José dos Campos: Fiel, 1996), 21.

foi dito pelo Rev. Samuel Falcão: “Deus tem, naturalmente, boas e perfeitas razões para escolher e salvar aqueles que elegeu. Mas essas razões não estão no homem, e sim somente nele, em sua vontade e graça soberanas”.<sup>197</sup>

A soberania de Deus na eleição, de acordo com o pensamento de Calvino, está nos plenos direitos do Criador sobre as suas criaturas. Ele afirma:

Porque Deus àqueles a quem rejeita dá em paga a pena devida, àqueles a quem chama prodigaliza imerecida graça, de toda acusação está liberado, à semelhança de credor, em cujo poder está a um [a dívida] remitir, de outro exigir[-la]. Pode, portanto, o Senhor também dar graça [àqueles] a quem quer, porque é misericordioso; não dar a todos, porque [é] justo juiz.<sup>198</sup>

O pensamento de Calvino é melhor entendido, quando comparado à história do povo de Israel. Fred H. Klooster chama a atenção para a indignidade dos herdeiros de Abraão, pois eles “não eram mais dignos de eleição do que os que são rejeitados”.<sup>199</sup> O mesmo se dá com os que foram eleitos individualmente. Eles são tão indignos quanto os que foram preteridos. Todos fazem parte da mesma “massa de perdição”. E aqui está demonstrada a incondicionalidade da eleição. Isso é soberania manifesta.

A esta altura, é importante mencionar que, segundo Turrentin, as palavras utilizadas nas Escrituras com relação à eleição comprovam a veracidade da soberania de Deus:

*Protheseos* ou *eudokias* (que denotam o conselho e o beneplácito de Deus) são mencionadas como a primeira causa da eleição; *ekloge*, refere-se à separação de certas pessoas de outras para a salvação; *proorismos* é usada no sentido de que Deus preparou os meios necessários para a obtenção da salvação; *prothesis*, refere-se à certeza e eficácia do evento. A eleição de Deus é certa e imutável por *prothesis*; determinada por *prognosis*, e ordenada por *proorismos*.<sup>200</sup>

<sup>197</sup> Samuel Falcão, *Escolhidos em Cristo*, (São Paulo: Cultura Cristã, 1999), 104.

<sup>198</sup> João Calvino, *As Institutas Ou Tratado da Religião Cristã*, vol. 3, XXIII, 11, 422.

<sup>199</sup> Fred H. Klooster, *A Doutrina da Predestinação em Calvino*, (Santa Bárbara D'Oeste: SOCEP, 1992), 34.

<sup>200</sup> Francis Turrentin, *Institutes Of Elenctic Theology*, (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1992), vol. 1, 334. Minha Tradução.

Não obstante, é digna de menção a tentativa esdrúxula de alguns arminianos, quando afirmam crer na soberania divina na eleição, ao passo, que observado devidamente o seu pensamento, a verdade é outra. O conhecido teólogo Norman Geisler afirma crer na soberania de Deus, porém, quando trata da doutrina calvinista da eleição incondicional, chega ao ponto de dizer que ela é incondicional apenas do ponto de vista de Deus, enquanto que do ponto de vista do homem ela possui uma condição: a fé.<sup>201</sup> Com isso, Geisler desconsidera, que a própria fé é algo operado no eleito pelo Deus soberano (Ef 2.8-10; Fp 2.13). O certo é que essa afirmação de Geisler tem um cunho totalmente humanista, fazendo o Criador soberano depender de uma condição imposta por suas criaturas miseráveis. A conclusão é que um Deus que dependa das suas criaturas, não é um Deus soberano. E com certeza, não é o Deus apresentado nas Escrituras.

Um dos pontos distintivos da teologia calvinista acerca da incondicionalidade da eleição é o fato de ela não ser “baseada na fé prevista das pessoas eleitas, e sim, unicamente na boa vontade soberana de Deus”.<sup>202</sup> Contudo, mais uma vez o pernicioso arminianismo, aliado a outros grupos,<sup>203</sup> tem se levantado contra a soberania de Deus na eleição, argumentando que Deus elegeu somente aqueles que ele previu que exerceriam a fé e seriam praticantes de boas obras.

O fundamento de tal argumentação é o que, hodiernamente, é proposto por Geisler, ao falar acerca de uma condição na eleição. Dizem eles, que Deus sabia de antemão quem iria crer. Baseado nisso, ele escolheu alguns dentre a raça humana para a salvação. Os textos mais usados para tal afirmação são os de Romanos 8.29 e 1 Pedro

---

<sup>201</sup> Norman Geisler, *Eleitos, Mas Livres*, (São Paulo: Vida, 2001), 76-83.

<sup>202</sup> A. A. Hodge, *Esboços de Teologia*, 292.

<sup>203</sup> Um desses grupos, além do arminianismo, é o sociniano, que limita a presciência divina unicamente a eventos como a criação e a providência. Entretanto, ele nega a presciência no que concerne aos atos voluntários daqueles que possuem livre-agência.

1.2. No primeiro está escrito: “Porquanto aos que de antemão conheceu, também os predestinou...”. Já em 1 Pedro 1.2 está registrado: “eleitos, segundo a presciência de Deus Pai...”.

Esses dois textos não dizem que Deus elegeu somente aqueles que ele previu que iriam crer. A presciência divina nada tem a ver com uma previsão dos eventos futuros, “não tem nada a ver com um olhar para a história do homem e ver o que ele fará ou não fará”.<sup>204</sup> A presciência não diz respeito a um conhecimento intelectual das obras de todos os homens. A presciência se refere ao conhecimento íntimo, amoroso que Deus tem do seu povo escolhido. Esse é o mesmo sentido da passagem de Amós 3.2: “De todas as famílias da terra, somente a vós outros vos escolhi...”. Certamente, por conta da sua onisciência, Deus conhece todas as famílias da terra, entretanto, “ele conhece somente seu povo escolhido (a família de Deus) em amor”.<sup>205</sup> Sobre isso, o Rev. Steven Houck diz:

Deus não escolhe ninguém para a salvação e glória porque Ele previu que eles creriam e se arrependeriam de seus pecados. Ele soberanamente os escolheu porque Ele soberanamente os amou em Cristo Jesus. Se voltarmos para aquela cadeia inquebrável em Romanos 8.29,30, então veremos que “conheceu de antemão” é primeiro do que “predestinou”. O povo de Deus é salvo e glorificado porque eles foram predestinados para este fim por Deus, e eles foram predestinados para este fim porque foram amados de Deus desde toda a eternidade.<sup>206</sup>

A fé dos eleitos não é a causa da eleição. A causa dessa é o soberano beneplácito de Deus e o seu amor em Cristo. A fé é o efeito da eleição. Portanto, nas vezes em que “conhecer” aparece nas Escrituras traz o significado de “conhecimento íntimo” ou “designação”. Um exemplo disso é 1 Pedro 1.20: “conhecido (Cristo), com efeito, antes da fundação do mundo, porém manifestado no fim dos tempos, por amor de

---

<sup>204</sup> Steven Houck, *A Soberania de Deus na Salvação*. Artigo disponível no site <http://www.monergismo.com>.

<sup>205</sup> Ibid.

<sup>206</sup> Ibid.



vós” (cf. Êx 33.17; Dt 9.24; Jr 1.5; Os 8.4; Mt 7.23; Jo 10.14; 1 Co 8.3; 2 Tm 2.19). É certo que Pedro, quando fala do Cristo “conhecido, com efeito, antes da fundação do mundo”, refere-se à predestinação efetuada antes do Conselho da Paz<sup>207</sup>, onde Deus primeiro decreta, para depois se reunir com o Filho para pactuar a Redenção. Sobre a presciência de Deus, o Dr. R. C. Sproul faz a seguinte assertiva:

Desde toda a eternidade Deus conhecia de antemão seus eleitos. Ele tinha uma idéia de suas identidades em sua mente, antes mesmo de os haver criado. Ele não somente os conhecia de antemão no sentido de ter uma idéia prévia de suas identidades pessoais, mas Ele também os conhecia de antemão no sentido de amá-los de antemão.<sup>208</sup>

O mesmo sucede com o texto de 1 Pedro 1.2. Aqui a palavra “presciência” encerra, em si, um significado pessoal, não impessoal.<sup>209</sup> A referência que Pedro faz é a pessoas, não aos seus atos. Esses eleitos mencionados por Pedro são os “forasteiros da Dispersão no Ponto, Galácia, Capadócia, Ásia e Bitínia” (v. 1). Essas considerações trazem ainda uma outra implicação. É a de que “a presciência de Deus não é causativa”.<sup>210</sup> Isto é, há algo por detrás do pré-conhecimento de Deus. E isso é exatamente o seu decreto soberano. Em outras palavras, a base do pré-conhecimento divino é o seu decreto. Ele conhece porque decretou. Isso se relaciona com o conhecimento necessário de Deus, pelo qual ele tem conhecimento de todas as coisas possíveis.<sup>211</sup> Com tal conhecimento, Deus escolheu desde a eternidade, de forma soberana, os seus eleitos, os quais pertenciam à mesma massa de perdição conforme Romanos 9.

Encerra-se, então, a análise da manifestação da soberania de Deus na eleição com as palavras do Dr. Mc Gregor Wright, sintetizando todas essas verdades: “Portanto,

<sup>207</sup> Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, 107.

<sup>208</sup> R. C. Sproul, *Eleitos de Deus*, (São Paulo: Cultura Cristã, 2002), 102.

<sup>209</sup> Michael Horton, *As Doutrinas da Maravilhosa Graça*, (São Paulo: Cultura Cristã, 2003), 78.

<sup>210</sup> A. W. Pink, *Os Atributos de Deus*, 36.

<sup>211</sup> Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, 97.

parece que para que alguém seja salvo, o próprio Deus deve agir para escolher salvar pecadores e, então, escolher os pecadores que serão salvos”.<sup>212</sup>

### C. A Soberania na Criação

Outra obra na qual a soberania divina é claramente manifestada é a criação. Uma correta compreensão do que a criação é e o seu propósito contribui, e muito, para o combate a teorias quiméricas, como a teoria da evolução, e para o fortalecimento da crença no Deus soberano que chamou todas as coisas à existência pelo exercício do seu poder soberano.

A criação pode ser definida de maneira muito própria como “o livre ato de Deus pelo qual Ele, segundo a sua vontade soberana e para a sua própria glória, produziu no princípio todo o universo, visível e invisível, sem uso de material preexistente, e assim lhe deu uma existência distinta da sua própria e, ainda assim, dele dependente”.<sup>213</sup> Nessa definição a idéia de soberania está presente, quando se observa a causa motriz da criação: a vontade soberana de Deus. Isso se coaduna perfeitamente com o que já foi visto até aqui acerca dessa prerrogativa divina. Uma outra definição, em nada contraditória com a que foi apresentada aqui, porém de cunho teleológico foi dada pelo Dr. Wayne Grudem, quando ele afirma que “Deus criou todo o universo do nada; este era originariamente muito bom, e ele o criou para glorificar a si mesmo”.<sup>214</sup> Percebe-se aqui, mais uma vez, a soberania divina na criação, quando da teleologia da criação: a glória de Deus. Mas deve ser levado em conta que isso se dá pela glória de Deus

---

<sup>212</sup> R. K. Mc Gregor Wright, *A Soberania Banida*, 132.

<sup>213</sup> Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, 121.

<sup>214</sup> Wayne Grudem, *Teologia Sistemática*, (São Paulo: Vida Nova, 2002), 198.

manifestada inerentemente na criação. Fica clara então, a idéia de soberania nestas duas definições.

De forma concisa, pode-se afirmar que a criação é uma manifestação da soberania divina, pelo fato de se tratar de uma obra efetuada pela livre vontade soberana de Deus. Isso deve ser entendido a partir da afirmação do apóstolo, de que Deus “faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade” (Ef 1.11). Sendo assim, a obra da criação é uma expressão da soberania de Deus por se tratar de um ato livre da divindade, ou seja, é oriunda apenas da vontade soberana e, por se tratar de uma parte do cumprimento dos seus decretos soberanos. Deus é aquele que criou todas as coisas, unicamente porque decidiu criar, segundo o conselho da sua vontade: “porque todas as coisas tu criaste, sim, por causa da tua vontade vieram a existir e foram criadas” (Ap 4.11).

A soberania divina na criação também é endossada pelo fato de a criação se constituir numa espécie de palco, onde o Criador soberano manifesta a sua glória inerente. Deus é o Rei soberano do universo, e, como consequência, a sua criação é o seu reino. De acordo com o Dr. Gerard van Groningen, “Deus não é descrito em Gênesis 1.1. Ele é colocado diante do leitor como o Criador. E como Criador é que foi o iniciador de acordo com o seu plano. Ele, soberana e sabiamente, trouxe à existência o que não tinha estado presente ou existente antes dele falar e agir”.<sup>215</sup> Essa declaração mostra que Deus é o ponto focal da narrativa, “é a atividade soberana criadora dele que é indicada”.<sup>216</sup> Seguindo esse mesmo raciocínio, o Rev. Mauro Meister afirma que a soberania é um dos elementos constituintes do pacto da criação. Segundo ele, “o Criador chama os elementos à existência, determina seus papéis e, então a realidade da sua criação é constatada na expressão ‘Viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito

---

<sup>215</sup> Gerard van Groningen, *Criação e Consumação: O Reino, A Aliança e O Mediador*, 23.

<sup>216</sup> *Ibid.*

bom' (Gn 1.31). Tudo o que ele fez enquadrrou-se perfeitamente no papel para o qual foi criado".<sup>217</sup> Ele ainda desenvolve esse pensamento afirmando:

Observando o desenvolvimento da narrativa da criação podemos ver a soberania absoluta de Elohim. A ênfase determinante de suas palavras é expressa com grande vigor pelo autor do Gênesis, em cada um dos dias do relato da criação. Em momento algum o autor tem a preocupação de falar das características do Criador ou mesmo de descrevê-lo. Sua soberania é descrita tão somente pelo que faz.<sup>218</sup>

Com isso em mente, podem ser observados alguns aspectos da obra criadora de Deus, que merecem análise mais detalhada, pois clareiam a idéia de soberania no texto.

### 1. A Criação Pelo Fiat e Ex Nihilo

Um outro aspecto da soberania divina na criação está no que concerne à criação pelo *Fiat* (faça-se). Em outras palavras, a soberania divina é enfatizada, pelo fato de a criação ter tido início pelo poder da sua palavra falada. A fonte primeva de todo e qualquer estudo da doutrina da criação é o livro de Gênesis. Todavia, o liberalismo tem insistido em classificá-lo como uma simples parábola, mais especificamente, o seu primeiro capítulo como um mito. Entretanto, a teologia reformada defende a autenticidade da narrativa como histórica, e acima de tudo, apresentando o *modus operandi* de Deus na criação. Deve ser levado em conta que a grande preocupação de Moisés não é com formulações científicas profundas, mas, de acordo com o Rev. Moisés Bezerril, "a grande preocupação do Gênesis é com os 'princípios'".<sup>219</sup> E o que se pode perceber na narrativa dos princípios em Gênesis é que a tônica predominante é a soberania presente na criação. A grandiosidade, a majestade e o poder do Criador do

<sup>217</sup> Mauro F. Meister, *Uma Breve Introdução Ao estudo do Pacto II*, em Fides Reformata, vol. 4, I, (São Paulo: Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, 1999), 91.

<sup>218</sup> Ibid.

<sup>219</sup> Moisés C. Bezerril, *O Relato da Criação: O Debate Sobre As Origens em Gênesis Dentro do Criacionismo Cristão*, (Recife, 1999), 29.

universo demonstrados no *Fiat* divino. Isso está em estreita conexão com a doutrina da criação *ex nihilo*, de forma que essa se deu através de um comando divino. “A idéia da criação ‘a partir do nada’ é parte integrante da doutrina porque é uma forma poderosa de se afirmar a dependência total do mundo em relação a seu Criador”.<sup>220</sup>

A soberania de Deus está evidenciada na criação pelo *fiat*, pois o comando dado por Deus para que as coisas viessem à existência denota o poder absoluto do Criador. Segundo o pensamento de Francis Turrentin, o *fiat* divino é o *terminus a quo*<sup>221</sup> da criação. Em outras palavras, o que Turrentin quer dizer, é que o “faça-se”, dito por Deus, é o termo a partir do qual, todas as coisas vieram à existência. Deus é soberano pelo fato de um único comando seu ser a fonte originadora do cosmos. Não há nada, nem ninguém, na face da terra, que possua essa capacidade ou prerrogativa. Os seres morais e racionais criados por Deus só são capazes de criar algo a partir de material já previamente criado. Ademais, é requerido do ser humano um esforço qualquer, para que algo seja produzido por ele, por mais insignificante que tal empreendimento seja. Sobre isso, o Dr. Dagg faz a seguinte assertiva:

A obra da criação foi realizada sem qualquer esforço. O Senhor falou, e tudo se fez. Deus disse: ‘Haja luz’ e a luz apareceu. Após ter trabalhado pelo espaço de seis dias, Deus descansou no sétimo dia não porque estivesse cansado, e, sim, porque o santificara, fazendo dele um dia de descanso para o homem.<sup>222</sup>

Pode-se então, ver na afirmação acima a declaração da supremacia do Criador sobre todas as coisas. Corroborando com este princípio, diz o Dr. Gerard van Groningen: “A palavra falada foi o fator inicial. O resultado da fala foi que aquilo que foi dito veio a

<sup>220</sup> Carl E. Braaten e Robert W. Jenson, *Dogmática Cristã*, vol. 1, (São Leopoldo: Sinodal, 1995), 301.

<sup>221</sup> Francis Turrentin, *Institutes Of Elenctic Theology*, vol. 1, 432.

<sup>222</sup> John L. Dagg, *Manual de Teologia*, 90.

existir. Desse modo, pela palavra falada e a atividade que se seguiu e, a partir daquela palavra, Deus criou o que ele pretendeu”.<sup>223</sup>

Aliada à doutrina da criação pelo *fiat* está a da *creatio ex nihilo*, ou seja, a criação a partir do nada, que também testifica a soberania de Deus. Tal é evidenciada pelo fato de Deus trazer todas as coisas à existência sem o uso de qualquer material preexistente.

Trazer o universo à existência a partir do nada é uma prerrogativa única e exclusiva de um ser soberano. E tal atividade incompreensível à mente obtusa do ser humano, só é possível mediante o uso do poder absoluto de Deus. Como ficou entendido anteriormente, o poder absoluto de Deus é aquele que é exercido de forma imediata. Com isso em mente, pode-se perceber que o poder absoluto de Deus é exercido na criação *ex nihilo*. Segundo o Dr. Heber Carlos, “é o poder da Primeira Causa somente. Não há o exercício de nenhum poder ou causa secundária”.<sup>224</sup> Foi o poder absoluto do Criador soberano que fez todas as coisas. Nada existia, e o Senhor Todo-poderoso, por um ato livre e pelo comando da sua fala criou todas as coisas: “Esse poder eterno está vinculado aos atos criadores de Deus, o qual foi exercido quando ainda o tempo, como o conhecemos, não existia. Foi o seu poder que criou o tempo e todas as demais coisas”.<sup>225</sup> Tudo, absolutamente tudo, foi criado sem o uso de material algum. A majestosa obra da criação, reflexo da glória de Deus, veio do nada. A única coisa empregada na criação foi a palavra do Senhor soberano. Nas palavras do salmista: “Os céus por sua palavra se fizeram, e, pelo sopro da sua boca, o exército deles... Pois ele falou, e tudo se fez; ele ordenou, e tudo passou a existir” (Sl 33.6,9). O *Fiat* divino criou todas as coisas *ex*

---

<sup>223</sup> Gerard van Groningen, *Criação e Consumação*, 23.

<sup>224</sup> Heber Carlos de Campos, *O Ser de Deus e Os Seus Atributos*, 386.

<sup>225</sup> *Ibid*, 393.

*nihilo*. Ele, soberanamente, criou todas as coisas sem o uso de material preexistente. Ele é o Deus que “chama à existência as coisas que não existem” (Rm 4.17).

A doutrina da criação *ex nihilo* vai de encontro a algumas correntes caracterizadas por pensamentos dualistas e panteístas. Os primeiros defendem uma criação a partir de material preexistente, co-eterno com Deus. Os últimos identificam Deus com o mundo, chegando a afirmar que este é uma extensão daquele. Todavia, a verdade é aquela que exalta a Deus, colocando-o acima da sua criação. Esse foi o intento de Emil Brunner quando falou de Deus como “O Totalmente Outro”. Segundo Brunner, “fora de Deus há somente aquilo que foi criado; assim fora daquele que é inteiramente independente, há somente o ser dependente, a criatura”.<sup>226</sup> Ainda sobre a soberania de Deus na *creatio ex nihilo*, são pertinentes as palavras do Dr. John Byl: “A doutrina da *creatio ex nihilo* é mais do que uma simples declaração da dependência do universo em Deus para sua existência: ela enfatiza que o universo, em algum ponto do tempo, foi criado a partir do nada”.<sup>227</sup>

Como corolário da análise da soberania de Deus na criação do cosmos, evidenciada no *fiat* divino e na *creatio ex nihilo*, vale aqui sumariar o que foi exposto, afirmando que “pertence à própria natureza de Deus ser Ele capaz de chamar à existência o que não existe, e Ele o faz”.<sup>228</sup> Isso nada mais é do que uma vívida expressão da soberania divina. Essa prerrogativa divina pode ainda ser percebida na criação do ser humano e em sua relação com o problema do mal.

---

<sup>226</sup> Emil Brunner, *The Christian Doctrine Of God*, (Philadelphia: Westminster, 1950), 176. Minha Tradução.

<sup>227</sup> John Byl, *Deus e Cosmos*, (São Paulo: PES, 2003), 233.

<sup>228</sup> Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, 125.

## 2. Soberania na Criação do Homem

À guisa do que foi argumentado até aqui, concernente à criação, conclui-se, portanto, que a soberania divina abrangia não só a criação do mundo espiritual, mas também a do mundo material. Embora esses sejam aspectos importantes da soberania divina na criação, não serão analisados aqui. Por conseguinte, uma expressão por demais grandiosa da supremacia de Deus pode ser perfeitamente observada na criação perfeita de Deus: o homem.

A primeira criação de Deus, também denominada de criação imediata, se deu, como já foi observado, sem o uso de material preexistente. Deu-se apenas pelo poder da palavra de Deus: “Pela fé, entendemos que foi o universo formado pela palavra de Deus, de maneira que o visível veio a existir das coisas que não aparecem” (Hb 11.3). Contudo, há também a criação mediata, em que Deus, deliberadamente, movido por sua própria vontade, decidiu fazer uso de material já criado por ele mesmo para trazer outras coisas à existência (cf. Gn 1.11, 12, 20-22, 24; 2.7). E isso, com certeza, é uma demonstração da sua grandiosidade e majestade, pois se assim fosse do seu agrado, Deus poderia ter criado tudo sem o uso de matéria.

A soberania na criação dos seres humanos pode ser aferida a partir da deferência dada pelo próprio Deus ao homem no ato da criação. Berkhof afirma que o sexto dia foi o “clímax da obra da criação”.<sup>229</sup> Ele chama a atenção para o fato de que no sexto dia, apesar do uso de matéria já existente, as demais coisas também foram criadas pelo “fiat criador de Deus”.<sup>230</sup> Mostra ainda a solenidade e a importância na criação do homem, quando do uso da expressão “façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança”. O Rev. Moisés Bezerril chama a atenção para a questão de que “o texto da

---

<sup>229</sup> Ibid, 144.

<sup>230</sup> Ibid.



criação, no verso 26, não é iniciado com a fórmula habitual, mas aparece o termo ‘façamos’, que demonstra a importância da criação do homem”.<sup>231</sup> Percebe-se uma singularidade e uma demonstração de soberania na criação do homem, em vista do fato de que, possivelmente, houve uma deliberação entre as pessoas da Trindade na criação dos seres humanos.<sup>232</sup> Aliada a essa informação, há também a informação de que o homem não foi criado “segundo a sua espécie”. Antes, ele foi criado segundo a imagem e semelhança de Deus. O prof. E. H. Andrews afirma sobre isso: “O homem é feito como o próprio Deus. Ele pertence não somente ao mundo material, mas também ao mundo espiritual”.<sup>233</sup> O Dr. Gerard van Groningen salienta a soberania de Deus na criação do homem, colocando-o como éctipo de Deus:

Ao criar a humanidade à sua própria imagem, Deus estabeleceu uma relação na qual a humanidade poderia refletir, de modo finito, certos aspectos do infinito Rei-Criador. A humanidade deveria refletir as qualidades éticas de Deus, tais como sua “retidão e verdadeira santidade” (Ef 4.24, *New International Version*) e seu “conhecimento” (Cl 3.10). *A humanidade deveria dar expressão às funções divinas em relação ao cosmos em atividades tais como encher a terra, cultivá-la e governar sobre o mundo criado.* A humanidade, em sua forma física, também refletiria as próprias capacidades do Criador: apreender, conhecer, exercer amor, produzir, controlar e interagir. *A humanidade foi criada real.* O Criador-Soberano criou a humanidade como membros da família divina.<sup>234</sup> (Minha ênfase).

Percebe-se, claramente, a presença do elemento de soberania no que foi exposto acima. A soberania divina na criação do homem, não se limita unicamente à verdade do homem como o auge da criação, nem ao fato da possível deliberação intertrinitária. Ela também se evidencia pelo *imprimatur* divino no homem, ou seja, a imagem divina, a

<sup>231</sup> Moisés C. Bezerril, *O Relato da Criação*, 42.

<sup>232</sup> Não há uma afirmação categórica na passagem do Gênesis, de que Deus se reportou às outras pessoas da Trindade. A fórmula “façamos” indica apenas uma pluralidade (indefinida), não exatamente uma triplicidade (definida) de pessoas. Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, 82. O pensamento de alguns teólogos, de que no ato da criação do homem Deus se referia às hostes celestiais deve ser rejeitado, visto que essa interpretação acaba tornando os anjos como co-criadores juntamente com Deus. Esta é a opinião do Dr. Michael Horton na sua obra *As Doutrinas da Maravilhosa Graça*, 26.

<sup>233</sup> E. H. Andrews, *No Princípio...*, (São José dos Campos, 2003), 125.

<sup>234</sup> Gerard van Groningen, *Revelação Messiânica no Antigo Testamento*, (São Paulo: Cultura Cristã, 2003), 97.

qual possui como um dos seus aspectos inerentes a autoridade delegada pelo Deus soberano ao homem, para que este exerça domínio sobre o restante da criação: “tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra” (Gn 1.26; cf. v. 28). Logicamente, a soberania exercida pelo homem sobre a criação é o éctipo da soberania exercida por aquele que colocou no homem a sua própria imagem, que é o arquétipo: “Como Deus é revelado no primeiro capítulo de Gênesis regendo toda a criação, assim o homem é descrito, nos versículos em questão, como uma espécie de vice-regente de Deus, que domina a natureza como um representante de Deus”.<sup>235</sup> A soberania do homem sobre a criação é derivada da autoridade de Deus sobre todas as coisas. Isso se evidencia quando da observação de que, após a Queda, o homem passou a conviver com um mundo inamistoso, enquanto Deus permanece soberano sobre o que criou, exercendo sobre o cosmos pleno domínio.

Fica nítido então, que a soberania de Deus é plenamente manifestada na ocasião da criação dos seres humanos. Surge agora, uma questão de vital importância para uma correta compreensão acerca da integralidade da soberania divina. É o problema do mal.

#### D. A Soberania Na Providência

No que diz respeito à Providência divina como manifestação da soberania de Deus, deve-se ter o devido entendimento de que a ação providencial de Deus é o exercício da sua soberania sobre toda a sua criação. O Dr. Rev. Heber Carlos Campos salienta o fato de que “como a doutrina da criação, a doutrina da providência de Deus

---

<sup>235</sup> Anthony Hoekema, *Criados À Imagem de Deus*, (São Paulo: Cultura Cristã, 1999), 95.

tem que ver com atos soberanos de Deus”.<sup>236</sup> A soberania de Deus exercida em sua ação providencial para com tudo aquilo que Ele mesmo criou pode ser expressa de várias formas: Preservação, Provisão, Direção, Governo e Retribuição. Com base nisso, pode-se perceber que tudo no cosmos é abarcado pela Providência de Deus, de forma que é completamente absurda a idéia de se poder fazer uma separação entre a Providência e os atos soberanos do Deus Todo-poderoso.

Uma definição precisa da Providência nos é fornecida pelo Dr. Louis Berkhof. Segundo ele, Providência é “o permanente exercício da energia divina, pelo qual o Criador preserva todas as suas criaturas, opera em tudo que se passa no mundo e dirige todas as coisas para o seu determinado fim”.<sup>237</sup> Através da definição dada pelo Dr. Berkhof pode-se apreender que Deus exerce a sua soberania de uma forma por demais dinâmica. Isso devido ao fato de o Criador soberano estar devidamente em relação com a sua criação. Providência é a ação contínua do Deus criador, e, nessa ação, Ele faz com que todos os eventos do universo, tanto físicos quanto morais, venham a cumprir o propósito original da criação. A doutrina da Providência como ato soberano de Deus possui como pré-requisito lógico a criação como sendo também ato soberano.

A idéia da soberania de Deus logo traz à mente o entendimento de que, sendo Deus detentor da prerrogativa da soberania sobre tudo e todas as coisas, Ele pode muito bem, de acordo com a Sua perfeita, sábia e bondosa vontade lançar mão de todos os meios à Sua disposição para o cumprimento dos seus desígnios. Isso é trazido a lume devido ao fato de que Deus pode agir tanto de forma imediata quanto de forma mediata. Em outras palavras, sendo o Senhor soberano, Ele pode muito bem utilizar, ou não utilizar, meios no cumprimento da Providência soberana. Quando age sem a utilização de meios, Deus é a causa primária de tudo o que ocorre, todavia, quando Ele utiliza

---

<sup>236</sup> Héber Carlos Campos, *O Ser de Deus e Suas Obras: A Providência de Deus e A Sua Realização Histórica*, 25.

<sup>237</sup> Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, 165.

meios para o cumprimento da Sua vontade, esses recebem o nome de causas secundárias. Na utilização das causas secundárias, Deus pode se servir de seres angelicais, seres humanos, nações e reis ímpios, seres irracionais, fenômenos da natureza e sonhos ou visões, embora esses últimos não se constituam na forma usual de Deus agir de forma providente. Enfim, toda a criação faz parte das causas secundárias no cumprimento da vontade soberana de Deus. Por causa da sua soberania, quando Deus se serve de uma das suas criaturas, Ele o faz simplesmente porque resolveu se servir delas. A soberana providência tem caráter absoluto sobre toda as obras da criação.

Feitas essas considerações iniciais a respeito da providência como manifestação da soberania divina, passar-se-á agora, a uma observação de alguns aspectos da providência que evidenciam essa verdade.

### 1. *Soberania no Governo*

O Dr. Louis Berkhof apresenta a seguinte definição do governo providencial do Deus soberano: “a contínua atividade de Deus pela qual Ele rege todas as coisas teleologicamente a fim de garantir a realização do propósito divino”.<sup>238</sup> A. A. Hodge afirma essa mesma verdade quando diz que Deus “sem nunca violar as leis de suas diversas naturezas, faz, contudo, que cada um e todos os eventos e ações sucedam segundo o plano eterno e imutável abrangido em seu decreto”.<sup>239</sup> Percebe-se nas definições a expressão afirmativa acerca do governo soberano de Deus e seu propósito. Berkhof emprega o vocábulo “teleologia” e Hodge fala do cumprimento de um “plano eterno”. Isso significa que, quanto à doutrina concernente ao governo divino, se está

---

<sup>238</sup> Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, 161.

<sup>239</sup> A. A. Hodge, *Esboços de Teologia*, 355.

falando da existência de um desígnio na providência soberana de Deus: a sua própria glória.

As Escrituras são muito elucidativas a esse respeito. Por exemplo, Deus é continuamente descrito como “rei” e o seu domínio como que se estendendo sobre toda a realidade do cosmos criado: “Deus é o rei de toda a terra; salmodiai com harmonioso cântico. Deus reina sobre todas as nações; Deus se assenta no seu santo trono” (Salmo 47.7, 8; conferir também Jr 10.7; 46.10; 48.15; 51.57. No Salmo 2 o reinado do Ungido do Senhor toma proporções mais elevadas do que os demais reinos da terra: “Pede-me, e eu te darei as nações por herança e as extremidades da terra por tua possessão. Com vara de ferro as regerás e as despedaçarás como um vaso de oleiro” (vv. 8, 9). Essa é a mesma noção neotestamentária acerca de Deus. Deus é chamado de “Senhor dos céus e da terra” (Mt 11.25), “único Soberano, o Rei dos reis e Senhor dos senhores” (1 Tm 6.15). Mas é interessante como, apesar da ênfase neotestamentária de Deus como o soberano governador do universo ser a mesma do Antigo Testamento, nos dias atuais, tal concepção tem sido considerada como antiquada e obsoleta. Muitas pessoas se sentem desconfortáveis e apelam unicamente para a figura de Deus como Pai. Berkhof chama a atenção para o fato de que “é um erro pensar que a revelação divina, conforme se eleva a níveis mais altos, tenciona fazer com que nos desapeguemos aos poucos da idéia de Deus como de Deus como Rei e a substituamos pela idéia de Deus como Pai”.<sup>240</sup> Até mesmo porque é no Novo Testamento que a idéia do reino de Deus vai ganhar uma dimensão maior nos ensinamentos de Jesus Cristo e dos apóstolos.

Em linhas gerais, é inegável o fato de que Deus governa o mundo que ele criou. Se Deus não fosse o governador ativo da sua criação, se o mundo fosse governado unicamente através das leis pré-estabelecidas por ele no seu ato criativo, não haveria

---

<sup>240</sup> Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, 161.

inteligência governando o mundo, e a consequência direta disso era que não haveria a menor possibilidade de segurança. Isso nada mais é do que um tipo de materialismo grosseiro apregoado por pessoas que esposam ensinamentos deístas. A. W. Pink faz uma afirmação muito interessante: “Negue-se que Deus governa a matéria, negue-se que é Deus quem sustenta ‘todas as coisas pela palavra do seu poder’ (Hb 1.3), e lá se foi todo o senso de segurança”.<sup>241</sup> Não apenas isso, mas a grande realidade é que tal governo deve ser encarado também de forma holística. Novamente nas palavras de Arthur Pink:

O Senhor Deus onipotente reina. Seu governo é exercido sobre a matéria inanimada, sobre as feras do campo, sobre os filhos dos homens, sobre os anjos bons e maus e sobre o próprio Satanás. Nenhum movimento de qualquer astro, nenhum piscar de qualquer estrela, nenhuma tempestade, nenhum ato de qualquer criatura, nenhuma ação humana ou missão de anjos, nenhum dos atos de Satanás – nada, em todo o vasto universo, pode acontecer, sem que faça parte do eterno propósito de Deus.<sup>242</sup>

Um episódio que mostra essa verdade foi o que aconteceu no dia 26 de dezembro de 2004, na Ásia, quando uma catástrofe natural ceifou centenas de milhares de vidas humanas. Algumas pessoas adeptas do chamado *Open Theism* afirmaram que “Deus não pôde evitar a catástrofe asiática”.<sup>243</sup> Com afirmações como essa, despreza-se, conseqüentemente, trechos das Escrituras onde Deus exerce o seu governo soberano de forma punitiva contra os ímpios.<sup>244</sup> A questão é que com isso, afirma-se a crença numa força irracional, evolucionista e panteísta, uma força que nem mesmo Deus é capaz de controlar. Contudo, o que pôde ser visto na Ásia nada mais foi do que o governo soberano de Deus sobre a sua criação inanimada (Gn 7.10-24). A verdade é que Deus governa a sua criação. Isso é soberania na sua mais clara demonstração!

<sup>241</sup> A. W. Pink, *Deus é Soberano*, 34.

<sup>242</sup> *Ibid*, 47.

<sup>243</sup> Um dos proponentes dessa heresia em solo brasileiro é o Pr. Ricardo Gondim, no seu artigo *Quem Deus Ouvia Primeiro*, que pode ser encontrado no site [www.monergismo.com](http://www.monergismo.com).

<sup>244</sup> Esta questão será mais bem desenvolvida infra, quando da análise da soberania na Retribuição.

## 2. Soberania na Preservação e na Provisão

De modo geral, a preservação pode ser definida como “a obra contínua de Deus pela qual Ele mantém as coisas que criou, juntamente com as propriedades e poderes que as dotou”.<sup>245</sup> A preservação como aspecto da providência soberana de Deus implica no conceito de que o universo criado é inteiramente dependente de Deus. Berkhof prossegue afirmando sobre a criatura: “o fundamento do seu ser e da continuidade da sua existência é a vontade do seu Criador. Somente aquele que criou o mundo pela palavra do seu poder, pode sustentá-lo por sua onipotência”.<sup>246</sup> A preservação é necessária para conservar a existência de toda criação de Deus. A Bíblia fala claramente de Deus, através do seu Filho, “sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder” (Hb 1.3), o que denota o ato preservador do Deus soberano.

Tudo que acontece no universo está debaixo da vontade soberana de Deus. Conseqüentemente, a obra da preservação atende a essa verdade, pelo fato de Deus manter suas criaturas até onde ele queira. E é exatamente aí que, mais uma vez, pode-se perceber a idéia da soberania divina. É a existência contrastante entre aquilo que foi criado e seu Criador. Deus é o soberano Senhor que sustenta a sua criação: “A continuação da existência de todas as coisas que vieram à existência depende de um ato preservador do Deus que as criou. Nada é independente, exceto o Criador”.<sup>247</sup> A veracidade dessa questão pode ser aferida de dois modos. Primeiro, da perfeição de Deus, pois a sua essência infinita, imensidão, onisciência e onipotência o capacitam a sustentar o que criou, se assim for do seu agrado. Dabney desenvolve esse pensamento:

---

<sup>245</sup> Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, 157.

<sup>246</sup> *Ibid.*

<sup>247</sup> Heber Carlos de Campos, *A Providência e A Sua Realização Histórica*, 99.

Nós acreditamos que Deus sustenta as funções do seu universo. Primeiro, porque sua sabedoria não o teria permitido fazer um universo sem um objetivo; e quando foi feito, a mesma sabedoria, indubitavelmente empregará meios justos para alcançar aquele fim. Segundo, sua bondade não o permitiria abandonar o bem-estar de várias ordens de coisas criadas. Terceiro, sua justiça assegura que depois de ter trazido relações morais para a existência entre Ele e suas criaturas morais, pelo genuíno ato de criá-las, Ele não pode abandonar e negligenciar essas relações.<sup>248</sup>

Deus não criou o universo simplesmente para depois se afastar, entregando-o aos cuidados únicos de leis pré-estabelecidas, como afirmam erroneamente os deístas. Antes, ele está diretamente envolvido com sua criação, visto que essa necessita de cuidados. Isso leva ao segundo modo que mostra a veracidade soberana da preservação.

Está cientificamente comprovado que o universo, ao contrário do que o evolucionismo postula, está paulatinamente se deteriorando.<sup>249</sup> Interessante é que a Segunda Lei da Termodinâmica vai de encontro ao princípio naturalista, de que ao estado de caos sucede um nível mais organizado. Na verdade, a Segunda Lei endossa a soberania de Deus na preservação providencial de Deus. De fato, se não fosse a preservação soberana de Deus, rapidamente o universo se deterioraria totalmente. Novamente, Cristo “sustenta todas as coisas pela palavra do seu poder” (Hb 1.3). Com isto em mente, pode-se concluir que o universo não está entregue a si mesmo. Há o Deus soberano que o preserva.

Na doutrina da preservação providencial de Deus está inclusa a doutrina da provisão. As duas se coadunam, visto que, quando Deus provê sustento para suas criaturas, isso possui a clara finalidade de preservação. Heber Campos chama a atenção para o fato de que “a provisão é o aspecto da providência divina menos trabalhado pelos teólogos, mas ela é provavelmente o mais experimentado por aqueles que confiam na

---

<sup>248</sup> R. L. Dabney, *Systematic Theology*, 283. Minha Tradução.

<sup>249</sup> A Segunda Lei da Termodinâmica ou Lei da Entropia especifica que, em todo processo físico real, certa quantidade de energia útil é sempre dissipada. Os efeitos do atrito, na forma de calor, sempre causam a dissipação de parte da energia disponível. Cf. John Byl, *Deus e Cosmos*, 68.



providência divina”.<sup>250</sup> A provisão divina para os seus filhos deve ser entendida de forma holística, abarcando tanto a provisão física quanto a provisão espiritual: “Não só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus” (Mt 4.4). É pertinente aqui citar as palavras de Hendriksen, parafraseando essa resposta de Jesus a Satanás:

Tentador, você está com a falsa suposição de que, para que um homem sacie a sua fome e continue vivendo, é absolutamente necessário o pão. Contra essa idéia errônea, agora declaro que a única fonte indispensável da vida e bem-estar do homem, e para mim mesmo, é o poder de meu Pai que é criativo, energizante e sustentador.<sup>251</sup>

É inegável que aqui se trata de uma referência à soberania de Deus na preservação e na provisão para suas criaturas. Contudo, como foi afirmado anteriormente, Deus é soberano em todos os seus atributos. Levando isso adiante, percebe-se que a provisão de Deus é proveniente da sua bondade soberana. Conclui-se, portanto, que a prerrogativa de provisão, preservação e proteção é dele como também é dele a de não exercer isso como os seres humanos muitas vezes exigem. Isso deve servir de consolo quando alguma vicissitude acontece na vida dos cristãos. A provisão faz de Deus o sustentador de toda a sua criação. Isso é soberania!

### *3. Soberania na Retribuição*

Retribuição. Esta palavra por si só traz à mente uma estreita relação com o atributo de Deus, que é a sua justiça ou retidão, mais especificamente, a sua justiça retributiva, “que se relaciona com a imposição de castigos”.<sup>252</sup> A soberania divina na retribuição se dá pelo fato de que não existe a mínima possibilidade de impunidade para

---

<sup>250</sup> Heber Carlos de Campos, *A Providência e A Sua Realização Histórica*, 129.

<sup>251</sup> William Hendriksen, *Comentário do Novo Testamento: Mateus*, vol. 1, 318.

<sup>252</sup> Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, 73.

os pecados dos seres humanos, sejam eles do povo do pacto ou não, pois “Deus sempre age segundo o que é justo, e que ele mesmo é o parâmetro definitivo do que é justo”.<sup>253</sup> Isso porque “Deus é um ser absolutamente justo e ele sempre dá a paga que os homens merecem”.<sup>254</sup>

Outrora foi argumentado que soberania não se trata de um determinado atributo do ser divino. Na verdade, é uma prerrogativa inerente a todos os atributos divinos. Conseqüentemente, Deus é soberano na manifestação da sua justiça. Essa soberania se evidencia por Deus ser, ele mesmo, o parâmetro definitivo de justiça, do que é reto. Ele estabelece e decide aquilo que é certo ou errado, de forma que aquilo que é certo condiz com a perfeição moral do seu caráter. Diante disso, quando um pecado é cometido pelos seres humanos, Deus soberanamente pune esse pecado. Na epístola de Paulo aos Romanos 12.19, está escrito: “A mim me pertence a vingança; eu é que retribuirei, diz o Senhor”. A retribuição é uma prerrogativa exclusivamente pertencente ao soberano Senhor do universo. A nenhuma outra pessoa tal atitude é facultada.

No início da discussão acerca da soberania na providência, foi levantado o acontecimento trágico na Ásia. Muitos defensores do *Open Theism* não conseguem enxergar naquele episódio o exercício da supremacia divina e da soberana retribuição divina por causa dos pecados ali cometidos. O Rev. Ewerton Barcelos questiona com muita propriedade que,

Pecadores não são coitadinhos, e Deus não é terrorista. Vamos fingir que os países afetados pela tragédia do maramoto eram países inocentes diante do santo Deus? Fecharemos os olhos para os pecados da Índia, Sri Lanka, Tailândia e Indonésia? Países que vendem as suas filhas por pouco mais do que \$ 5,00 dólares para tornarem-se escravas sexuais. Cidades costeiras que promovem o turismo sexual aberto, de crianças inclusive, e tudo legalizado pelo governo! Que cultivam a mais crassa idolatria, com seus suntuosos templos consagrados para a adoração de ratos, macacos, morcegos, cobras e outros animais peçonhentos, como a religião oficial do estado! Com a sua cultura pagã reproduzindo dia a dia a miséria social como reflexo de seu

---

<sup>253</sup> Wayne Grudem, *Teologia Sistemática*, 150.

<sup>254</sup> Heber Carlos de Campos, *A Providência e A Sua Realização Histórica*, 241.

estado moral e espiritual. Deus perdeu o direito de ser justo? A ira de Deus tornou-se passiva, ou foi afrouxada?<sup>255</sup>

Os defensores do *Open Theism* não enxergam o que está bem à frente dos seus olhos. Desconhecem também as palavras das Escrituras: “Todos os moradores da terra são por ele reputados em nada; e, segundo a sua vontade, ele opera com o exército do céu e os moradores da terra; não há quem lhe possa deter a mão, nem lhe dizer: Que fazes?” (Dn 4.35). Ou ainda as palavras do apóstolo: “Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?” (Rm 9.20). Heber Campos alerta a igreja hodierna pela sua situação:

O fato triste é que muitas pessoas, mesmo depois de milênios de história da revelação bíblica, ainda questionam que Deus possa agir como vingador dos pecados dos homens. Muitos cristãos ignoram que Deus tem o direito de vingança, de retribuição, coisa que ele proíbe aos homens (Rm 12.19). O que é proibido aos homens é permitido a Deus. Entretanto, muitos cristãos hoje têm a ignorância sobre Deus que pagãos em tempos tão antigos não tinham. Como a revelação bíblica tem sido desprezada pelos homens de nosso tempo, que não reconhecem em Deus um direito que é dele somente.<sup>256</sup>

O propósito de Deus na retribuição é triplo: 1) reivindicar a santidade e a justiça divinas; 2) frear a manifestação do pecado; e 3) procurar a reforma dos homens.

A crença e a reafirmação de fé na soberania de Deus em sua justiça retributiva é de vital importância para a Igreja, pois ao olhar para a aparente prosperidade dos ímpios, o cristão pode ter a certeza de que “Deus é justo juiz, Deus que sente indignação todos os dias” (Sl 7.11), e que a justiça soberana certamente triunfará. Nas palavras do Dr. Hodge: “de alguma maneira e em algum lugar ele vindicará seus tratos com os homens e mostrará que é justo em todos os seus caminhos e santo em todas as suas obras”.<sup>257</sup>

<sup>255</sup> Ewerton Barcelos Tokashiki, *O Soberano Deus Não Necessita de Advogados*. Artigo disponível no site [www.monergismo.com](http://www.monergismo.com).

<sup>256</sup> Heber Carlos de Campos, *A Providência e A Sua Realização Histórica*, 242.

<sup>257</sup> Charles Hodge, *Teologia Sistemática*, 314.

### 3. Soberania no Concurso e O Problema do Mal

O *concurso*<sup>258</sup> é outro aspecto da providência que manifesta a soberania divina. O concursus é a “cooperação do poder divino com todos os poderes subordinados, em harmonia com as leis pré-estabelecidas de sua operação, fazendo-os agir precisamente como agem”.<sup>259</sup> Heber Campos explica a presente definição como sendo “o suporte contínuo de Deus para a operação de todas as causas secundárias (sejam elas livres, contingentes ou necessárias), para o cumprimento de seus santos propósitos”.<sup>260</sup> As Escrituras Sacras afirmam essa verdade primordialmente, na passagem de Efésios 1.11, onde está escrito que Deus *energiza* tudo aquilo que sua soberana vontade deseja realizar. É exatamente aqui, que reside a manifestação plenipotenciária da soberania divina, no fato de Deus operar em todos os eventos do mundo. Tudo que acontece no universo tem a participação do Deus soberano.

É interessante como a doutrina da providência soberana com seus vários aspectos ajusta-se como um conjunto de engrenagens. Isso se dá de tal forma que o concursus divino se constitui no auge do entendimento acerca da soberania e da supremacia de Deus sobre todas as coisas. O concursus divino implica em governo absoluto, direção, preservação, retribuição e provisão. Logicamente, o concursus é a mais cristalina noção da soberania de Deus. Como o próprio nome indica, esse aspecto da providência enfatiza a realidade de que, nos acontecimentos que se sucedem, o homem participa na sua integralidade, assim como Deus também. Todavia, a ação de Deus se sobrepõe à ação humana. Como muito apropriadamente afirmou o Dr. Martyn Lloyd-Jones acerca da concursus providencial de Deus: “ela (a concorrência), porém, é

---

<sup>258</sup> Também conhecido como “Concorrência” (Berkhof) e “Cooperação” (Grudem). Todavia, estas nomenclaturas encerram em si o mesmo significado.

<sup>259</sup> Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, 158.

<sup>260</sup> Heber Carlos de Campos, *A Providência e A Sua Realização Histórica*, 264.

muitíssima clara em sua ênfase de que as causas secundárias não operam automaticamente nem independentemente. Deus opera através delas. Elas têm sua própria operação, Deus, porém, está acima de todas essas operações”.<sup>261</sup> Isso é soberania! Não há espaço aqui, para cavilações que afirmam que as causas secundárias atuam isoladamente, à parte da determinação e do controle soberano de Deus. A verdade que subjaz por trás do concursus divino é que “nenhuma causa secundária pode agir até que sofra a ação. Nada criado pode originar ação”.<sup>262</sup> Com essa afirmação, elimina-se qualquer conceito ou noção de que o acaso é o governante do cosmos, ou que as leis da natureza atuam à parte da soberania divina.

A soberania reside no fato de que, sendo Deus a Causa Primária de todas as coisas, ele soberanamente exercita tal poder causal nas suas criaturas, sendo essas as causas secundárias. Na verdade, essa é uma doutrina de difícil entendimento. Mas nem por isso, ela deve ser descartada, visto que as Escrituras trazem em seu escopo inúmeras passagens que atestam a soberania de Deus no concursus (e.g. Gn 45.7; 50.20). Outro exemplo clássico dessa verdade é o encontrado nas passagens paralelas de 2 Samuel 24.1 e 1 Crônicas 21.1. Essas passagens são entendidas a partir do momento em que se vê a Deus como o soberano ordenador, mas a Satanás como o instrumento da ação divina: “a ordenação foi divina, mas a ferramenta que Deus usou em sua ordenação foi o seu ‘servo’ Satanás, que neste caso é o agente da ira divina”.<sup>263</sup> Nesse caso, a soberania divina reside em que “Deus dirige as propriedades distintivas de cada coisa criada e age por intermédio delas, de modo que essas coisas mesmas gerem os resultados que vemos”.<sup>264</sup> Não é verdade que, tanto no episódio do censo de Israel como em todos os demais acontecimentos, Deus realiza apenas uma parte da obra. Se assim fosse, a

---

<sup>261</sup> Martyn Lloyd-Jones, *Deus O Pai, Deus O Filho*, (São Paulo: PES, 1997), 191.

<sup>262</sup> Charles Hodge, *Teologia Sistemática*, 445.

<sup>263</sup> Heber Carlos de Campos, *A Providência e A Sua Realização Histórica*, 301.

<sup>264</sup> Wayne Grudem, *Teologia Sistemática*, 251.

prerrogativa soberana de Deus ficaria seriamente comprometida. Pelo contrário, Deus é soberano sobre todas as coisas. Deve-se sustentar essa afirmação diante de todas as acusações que o homem natural possa lançar contra esta verdade escriturística. Cada obra é em sua inteireza, tanto obra de Deus como obra da criatura. E isso conduz a mais um porquê da supremacia divina sobre a sua criação. O aspecto referido é que, apesar de haver uma concorrência ou uma cooperação em todos os eventos do cosmos, Deus sempre permanecerá com a sua natureza imaculada, santa; enquanto que os homens serão os responsáveis por tais eventos.

A verdade é que se Deus não agisse em cada situação, que garantias haveriam de que seus decretos viriam a se cumprir na História? Mais uma vez, as palavras do Rev. Heber são relevantes: “Por causa da nossa natureza, Deus não pode determinar que um evento venha acontecer e, por falha das criaturas, ele não venha a acontecer”.<sup>265</sup> De fato, Deus é soberano e está diretamente envolvido com tudo o que acontece no mundo, sejam eventos bons ou maus. Mas com isto surge uma questão por demais intrigante, que segundo Mc Gregor Wright, se constitui na “fortaleza final da incredulidade”.<sup>266</sup> Essa questão é o Problema do Mal. Com isso, surge uma série de questionamentos a respeito da relação existente entre Deus e o mal: que relação entre Deus e o mal há no mundo? Será que Deus realmente causa os atos maus das pessoas? São essas questões que surgem na discussão sobre a soberania divina sobre todas as coisas. Primeiramente, existem três premissas que de modo algum se invalidam. Antes, são todas verdadeiras, e segundo as Escrituras podem ser harmonizadas, de forma que se tenha um correto conceito a respeito do problema do mal. As três premissas são: 1) Deus é soberano e onipotente; 2) Deus é completamente bom; e 3) O mal é uma realidade. Os perniciosos grupos ateístas vociferam contra estas verdades afirmando que, se Deus é Todo-

---

<sup>265</sup> Heber Carlos de Campos, *A Providência e A Sua Realização Histórica*, 316.

<sup>266</sup> R. K. Mc Gregor Wright, *A Soberania Banida*, 194.

poderoso, ele certamente pode acabar com o mal; se ele é sumamente bom, ele deseja acabar com o mal. No entanto, o mal ainda existe no mundo. Então, a sua conclusão inevitável é que Deus não existe. Esse nada mais é do que um grito do homem natural em rebeldia contra o seu Criador. De fato, esse é um assunto incrivelmente complexo para a mente obtusa dos seres humanos. A grande dificuldade enfrentada é que, geralmente, há a tentativa de se enquadrar o Senhor soberano do universo em categorias especulativas humanas, como se o padrão absoluto divino estivesse sob o padrão dos juízos humanos. Por isso, o homem tenta em vão, dizer o que é coerente e o que não é com o ser divino. Mas, à luz do entendimento escriturístico, pode-se perceber que não há nenhuma incompatibilidade entre a existência do mal e a soberania de Deus.

No que diz respeito à soberania divina e o problema do mal existem duas tendências que devem ser evitadas. A primeira é a de se assumir uma postura supralapsariana extremista, de forma que se acabe por tornar Deus como o autor e a causa positiva do pecado. A segunda é a de se assumir a postura infralapsariana na sua integralidade, resultando no perigo de se fazer com que o mal se constitua em algo inesperado, e que, portanto, frustrou o plano primevo de Deus, e acaba com traços do pernicioso arminianismo. No entanto, entende-se que a posição supralapsária, quando entendida coerentemente, oferece maiores subsídios para a solidificação da verdade da soberania divina sobre todas as coisas, inclusive sobre o mal. A grande problemática é: como pode Deus manter a sua prerrogativa soberana se o mal existe no mundo? A resposta para essa pergunta é que o próprio Deus, pelo seu decreto eterno tornou certa a entrada do mal no mundo. Mas isso de tal modo, que a sua glória fosse demonstrada em sua relação com a existência do mal. O próprio Deus afirma isso, através do profeta Isaías: “Eu formo a luz e crio as trevas; faço a paz e crio o mal; eu, o SENHOR, faço

todas estas coisas”.<sup>267</sup> Nessa passagem, o problema do mal é tratado à luz da soberania divina. A questão é: Deus é soberano sobre todas as coisas, até mesmo sobre o mal, pois esse só existe por causa da vontade soberana de Deus. É preciso que os cristãos abram os olhos para a verdade de que Deus aceita a responsabilidade pela presença do mal no mundo. Porém, mesmo aceitando essa responsabilidade, existe uma maneira em que Deus não é responsável pelo mal. É preciso ter o entendimento de que “Deus não é responsável pelo mal no sentido em que ele não é responsável perante ninguém. Ao contrário, o pecador é responsável diante de Deus”.<sup>268</sup> Isso se dá devido à soberania divina, pois Deus não está sujeito a ninguém a não ser a ele mesmo. Não existe um padrão absoluto superior a ele. Se assim fosse, ele não seria soberano e, conseqüentemente, não haveria expectativa de ter ele domínio sobre o mal. Deve-se salvaguardar o Deus soberano de cavilações fúteis, que acabem por torná-lo como o autor do pecado. As Escrituras endossam a santidade de Deus (Dt 32.3, 4), sua bondade (Gn 1.31; Mc 10.18) e sua justiça (Rm 9.14). Ademais, Deus não poderia ser o autor do pecado, no sentido de tentar as suas criaturas (Tg 1.13, 14).

Pode-se entender a soberania de Deus sobre o mal, quando da afirmação do Rev. Heber Campos: “A existência do mal faz parte dos planos de Deus. Ele não explica razão última da existência do mal. Deus faz com que os atos maus dos homens venham à existência, mas sempre ele os traz à existência por meio de suas criaturas racionais”.<sup>269</sup> Qualquer afirmação contrária a essa acaba negando a soberania divina sobre o mal e faz de Deus um coitadinho que foi surpreendido pelo aparecimento do mal em meio a sua

---

<sup>267</sup> Muitos estudiosos e eruditos, incluindo o próprio Calvino, interpretam o mal aqui referido, como se tratando de “guerras”, “tragédias” e “calamidades”. Estas traduções para a palavra *ra’* são possíveis. Contudo, o uso que as Escrituras fazem desta palavra, em sua grande maioria se refere ao mal moral ou ao pecado (Gn 2.9; 6.5; 13.13; Sl 34.14; Is 5.20; 47.10, 11; 56.2; 57.1; 59.7, 15; 65.12; 66.4). Mesmo o mal moral e o pecado se constituem em antíteses à paz de Deus. Wayne Grudem, *Teologia Sistemática*, 280.

<sup>268</sup> R. K. Mc Gregor Wright, *A Soberania Banida*, 218.

<sup>269</sup> Heber Carlos de Campos, *A Providência e A Sua Realização Histórica*, 358.



criação. Nas palavras de William Fitch, “Deus não foi apanhado de surpresa quando o mal entrou nela. Isto se deu com seu pleno conhecimento, e Deus aceita a responsabilidade pela presença e poder do mal entre os homens”.<sup>270</sup> De fato, Deus tinha pleno conhecimento do que iria acontecer, visto que a base do seu conhecimento é o seu decreto soberano. Em outras palavras, Deus tinha conhecimento da entrada do mal, porque o próprio Deus decretou isso. Observe ainda, a afirmação do padrão confessional presbiteriano:

Desde toda a eternidade e pelo mui sábio e santo conselho de sua própria vontade, Deus ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece, porém de modo que nem Deus é o autor do pecado, nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou a contingência das causas secundárias, antes estabelecidas.<sup>271</sup>

A declaração acima endossa o princípio de que o decreto divino garantiu assim, a entrada do mal no mundo, todavia Deus não é o autor do mal, como o próprio texto da Confissão deixa claro. Alguns estudiosos são de opinião que o aparecimento do mal se deu pela “permissão de Deus e de acordo com o seu supremo propósito”<sup>272</sup>, de forma que, após a entrada do mal Deus “permite que o agente mau o realize, e então o administra para seus próprios sapientíssimos e santíssimos fins”.<sup>273</sup> Entretanto, esse posicionamento deve ser seriamente avaliado, mesmo a despeito da impossibilidade de se ter um entendimento perfeito a respeito dessa matéria. Uma mera permissão implica em certo grau de passividade da parte daquele que emite tal permissão. Além do mais, implica que algo simplesmente apareceu, não tendo sido criado por Deus, e esse apenas assentiu que ele entrasse no mundo. Mas esse não é o ensinamento das Escrituras, quando afirmam que Deus faz (energiza ativamente) “todas as coisas segundo o conselho da sua vontade” (Ef 1.11). A relação da soberania divina com o problema do

<sup>270</sup> William Fitch, *Deus e O Mal*, (São Paulo, PES, 1984), 15.

<sup>271</sup> A CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER, (São Paulo: Cultura Cristã, 2003), III, 1.

<sup>272</sup> Lloyd-Jones, *Deus o Pai, Deus o Filho*, 197.

<sup>273</sup> A. A. Hodge, *A Confissão de Fé Westminster Comentada Por A. A. Hodge*, 98.

mal deve ser vista à luz da doutrina do *concursum*. De acordo com esse pensamento, “Deus, sem ser o autor do mal, serve-se de suas criaturas para que o mal, que é parte do seu decreto, venha à existência. Deus não produz o mal, mas ele certamente faz com que o mal surja no seu mundo pela agência de seus agentes secundários, que são os anjos e os homens”.<sup>274</sup> O Rev. Vicent Cheung afirma essa mesma posição quando diz:

Visto que temos mostrado que nenhuma criatura pode fazer decisões completamente independentes, o mal nunca poderia ter começado sem o decreto ativo de Deus, e não poderia continuar nem por um momento aparte da vontade de Deus. Deus decretou o mal, no final das contas, para a sua própria glória, embora não seja necessário conhecer ou declarar esta razão para defender o Cristianismo do problema do mal.<sup>275</sup>

Ele prossegue mostrando como Deus assume a responsabilidade pelo mal no mundo e afirma que, “ao invés de tentar ‘proteger’ Deus de algo que ele não precisa ser protegido, deveríamos reconhecer alegremente com a Bíblia que Deus decretou ativamente o mal, e então, tratar com o assunto sobre esta base”.<sup>276</sup> O próprio Calvino, ao tratar sobre a providência divina nas *Institutas* intitulou uma das seções da seguinte forma: “Eficiência, não permissividade, a relação de Deus para com a ação dos ímpios”.<sup>277</sup> Um pouco antes, Calvino afirma essa mesma verdade, colocando Deus a salvo de toda e qualquer acusação como autor do pecado:

Eu concedo mais: os ladrões e os homicidas, e os demais malfeitores, são instrumentos da divina providência, dos quais o próprio Senhor se utiliza para executar os juízos que em si determinou. Nego, no entanto, que daí qualquer excusa se lhes deva aos maus feitos. Quê, pois? Porventura, ou consigo enredilharão a Deus na mesma iniquidade, ou com justiça dEle haverão de acobertar sua depravação? [Não] podem nem uma, nem outra [coisa]... Destarte, como no homem mau reside a matéria e culpa do mal, que razão há para que se pense que Deus contrai qualquer mácula, se, a seu arbítrio, lhe faz uso da atuação?<sup>278</sup>

<sup>274</sup> Heber Carlos de Campos, *A Providência e A Sua Realização Histórica*, 362.

<sup>275</sup> Vicent Cheung, *O Problema do Mal*. Artigo disponível no site [www.monergismo.com](http://www.monergismo.com).

<sup>276</sup> *Ibid.*

<sup>277</sup> João Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol. 1, XVIII, 1, 245.

<sup>278</sup> *Ibid.*, vol. 1, XVII, 5, 233.

A verdade é que Deus é soberano sobre o mal, visto que este foi decretado por Deus, que por sua vez, querendo manifestar a sua glória e supremacia, segundo o beneplácito da sua vontade, serviu-se das suas criaturas racionais, para que elas, no uso de sua liberdade introduzissem o mal no mundo. A soberania divina também reside em Deus governar e administrar o mal, de modo supremo. Sendo assim, a relação de Deus com o mal também possui caráter teleológico, ou seja, Deus tem um fim determinado, um objetivo específico para a existência do mal. Com o aparecimento do mal no mundo, a manifestação de alguns atributos divinos é assegurada, como por exemplo: o seu amor redentor, sua misericórdia, graça, justiça, santidade e poder. Só pode haver uma manifestação plenipotenciária desses atributos num mundo onde exista o mal e o pecado. O objetivo maior de Deus no seu trato com o mal é a manifestação da sua glória soberana. O aparecimento do mal no mundo dá aos homens a oportunidade de glorificarem plenamente ao Deus soberano, coisa que seria sem sentido num mundo sem a presença do mal.

Uma palavra final a respeito do mal. Não obstante ao fato de Deus ser a causa negativa do mal, ele não é causa positiva. Antes, os seres racionais (anjos e homens) é que o são. Deus não se deleita nem tem prazer com o mal. Muito pelo contrário, as Escrituras afirmam que Deus é “tão puro de olhos que não pode ver o mal” (Hc 1.13). Em acréscimo a essa verdade, as Escrituras asseguram que Deus, certamente, punirá definitivamente o mal existente no mundo. Isso é soberania! A certeza de que Deus é soberano sobre o mal conduz à certeza de que ele o vencerá plenamente, por ocasião do juízo final.

### E. A Soberania no Juízo

O conceito das multiformes manifestações da soberania divina promove um vislumbre dessa realidade em todos os eventos do universo e em todas as áreas da vida humana. Conseqüentemente, o Juízo Final também demonstra de modo inequívoco que Deus é o soberano governador do universo. E não apenas isto, o Juízo Final é, com certeza, o ápice da manifestação da supremacia divina sobre a sua criação. Isso se deve à verdade de que é no Juízo que Deus mediante o varão escolhido, Jesus Cristo, julgará a todos os homens e anjos. É no Juízo Final que questões concernentes ao estado eterno de todos os seres humanos serão decididas cabal e finalmente. E só um Deus revestido de plena supremacia e soberania pode ab-rogar para si tal prerrogativa. Somente o Criador e Mantenedor do universo pode fazer “todas as coisas conforme o conselho da sua vontade” (Ef 1.11). Essa doutrina é de profundo significado para a Igreja, pois,

O julgamento geral irá vindicar pública e impressivamente os procedimentos de Deus aos olhos de todos os seres inteligentes. O mistério da economia divina será, então, plenamente desvendado e a sabedoria e retidão de todas as dispensações de Deus serão então aparentes. A justiça das sentenças que forem então pronunciadas, tornar-se-á perfeitamente clara e cada criatura, ao deixar o tribunal de Cristo, indo para o lugar que lhe for determinado, levará consigo uma impressão que perdurará por toda a eternidade. As perfeições de Deus serão assim demonstradas à vista de Suas criaturas inteligentes para a glória de Deus.<sup>279</sup>

Algumas noções importantes a respeito da soberania divina no Juízo precisam ser observadas. No início do presente capítulo, foi observada a questão de Deus como aquele que detém o poder absoluto em suas mãos. A partir dessa concepção, pode-se começar a pensar a respeito do funcionamento ou estabelecimento do Juízo. Deus é soberano, pois é onipotente. Sendo assim, para que haja o pleno exercício do Juízo, é necessário haver poder. As Escrituras sempre mostram Deus como o Rei que está

---

<sup>279</sup> John L. Dagg, *Manual de Teologia*, 279-280.

assentado no trono. E esse é outro detalhe que mostra com muita vivacidade a soberania de Deus. A visão do trono sempre tem o objetivo de fazer os homens se calarem diante da majestade e da visão beatífica daquele que está no comando de todas as coisas (Sl 2.4-12; Is 6.1; Hc 2.20; Ap 4.2-11; 5; 20.11-15). É do trono que Deus, por ocasião do Juízo, enviará com pleno poder os castigos aos seres humanos. Ele é o Rei soberano do universo, conseqüentemente, percebe-se a soberania também aqui, visto que o “exercício do juízo é característica da realeza”.<sup>280</sup> Nesse sentido a soberania também é manifestada, pois somente o Deus soberano pode ser o Juiz, pois ele é o Todo-poderoso. O profeta Ezequiel garante que Deus é soberano, pelo fato de ninguém poder resistir aos seus juízos (cap. 22.14-16).

A soberania divina será plenamente manifestada no Último Dia. Todavia, ao longo da história humana, Deus tem dado vislumbres da sua soberania nos chamados juízos parciais, que ele envia sobre as nações. Exemplos podem ser percebidos tanto nas narrativas bíblicas como nos tempos hodiernos. O que aconteceu na história da humanidade foram apenas manifestações típicas e indicativas do poder de juízo do Deus soberano. Foi o que aconteceu nos dias de Noé (Gn 7.1), na destruição de Sodoma e Gomorra (Gn 19.24), e na tragédia asiática em dezembro do ano passado.

Sob essa ótica, a manifestação da soberania divina no Juízo Final pode ser plenamente observada pelos seguintes fatores adjacentes: 1) a necessidade teleológica do Juízo; 2) a natureza do julgamento; e 3) o estado definitivo dos ímpios e dos justos.

---

<sup>280</sup> Campos, *O Ser de Deus e Os Seus Atributos*, 402. .

### 1. A Soberania na Necessidade Teleológica do Juízo

É comum as pessoas objetarem que não há nenhuma necessidade de um futuro juízo final, em virtude de que, quando uma determinada pessoa morre, o seu destino eterno já está definido. Tal conceito, portanto, é supérfluo. Se tal pessoa morreu, firmada na pessoa de Jesus Cristo, ela está salva, mas se ela permaneceu na incredulidade, conseqüentemente, ela está perdida. Sendo assim, alguns afirmam ser desnecessário o Juízo Final.

As Escrituras, de fato, ensinam a verdade de que quando uma pessoa morre, ela já tem o seu futuro determinado. Isso pode ser apreendido perfeitamente da parábola do Rico e do Lázaro (Lc 16.19-31). Apesar disso, deve ser lembrado que a Bíblia é a Palavra inerrante de Deus, que apresenta tudo aquilo que ele certamente fará. Ademais, deve ser lembrado ainda, que o padrão absoluto de todas as coisas é Deus, não o homem, por isso, “a certeza do juízo futuro não depende da nossa concepção de necessidade”.<sup>281</sup> Mas tendo em vista que o assunto em pauta é a manifestação da soberania divina por ocasião do juízo final, são pertinentes as palavras do Dr. Berkhof:

Seu propósito é, antes, expor diante de todas as criaturas racionais a glória declarativa de Deus num ato formal e forense que, por um lado, engrandecerá a sua santidade e justiça, e, por outro lado, engrandecerá a sua graça e misericórdia. Ademais, devemos ter em mente que o juízo do último dia será diferente daquele que ocorre na morte de cada indivíduo em mais de um aspecto. Não será secreto, mas público; não terá referência a um só indivíduo, mas a todos os homens.<sup>282</sup>

A posição acima é que a teleologia do Juízo Final não é meramente permitir que Deus descubra, após uma sondagem, a verdadeira condição do coração humano, ou ainda, o padrão de conduta que o homem adotou por *modus vivendi*. Antes, a teleologia da soberania divina é manifestar, diante de toda a humanidade e dos principados e

<sup>281</sup> Berkhof, *Teologia Sistemática*, 673.

<sup>282</sup> *Ibid*, 673-674.

potestades, a supremacia e a soberania de Deus. Essa também é a posição de Robert L. Dabney:

Pode-se ver, que o *propósito* de Deus, justa e governadamente, pode ser suficientemente satisfeito, à primeira vista, por uma distribuição final de recompensas e punições aos homens, pelo modo como eles, sucessivamente, passaram por esta vida. Mas sua glória declarativa requer não somente isso, mas uma mais formal. Um ato forense, pelo qual, a sua justiça santa e seu misericordioso procedimento devem ser, coletivamente, exibidos diante do universo.<sup>283</sup>

Essa é a teleologia do Juízo Final: a manifestação gloriosa da soberania do Deus Todo-poderoso.

## 2. A Soberania na Natureza do Juízo Final

A natureza soberana do grande Dia encerra em si alguns aspectos que merecem consideração.

Primeiro, pode ser percebida essa verdade na pessoa do Juiz. Por ocasião do Juízo Final, Deus Pai não será o Juiz que pronunciará a sentença e a executará. A soberania se evidencia aqui, pelo fato de que foi da vontade do Pai confiar o julgamento a Jesus Cristo, o Deus Filho (Jo 5.22, 27; At 10.34-43; 17.31). O fato evidente aqui, é que houve uma deliberação intertrinitária, de forma que o julgamento foi entregue soberanamente nas mãos de Jesus Cristo, como parte do seu estado de exaltação. Isso também está inextricavelmente ligado aos seus ofícios como Mediador e Rei (Mt 28.18; Ap 4.2). E é interessante que essa soberania também estará evidente pelas perfeições do supremo Juiz. Charles Hodge chama a atenção para duas verdades: 1) Cristo é apresentado “agindo por sua própria autoridade; e não meramente como o

---

<sup>283</sup> Dabney, *Systematic Theology*, 842. Minha Tradução.

plenipotenciário de Deus”<sup>284</sup>; e 2) a sua onisciência o qualifica a “assentar-se em juízo sobre os homens e anjos; porque ele é onisciente e infinito em justiça e misericórdia”.<sup>285</sup> Turretin diz que a natureza soberana do julgamento “consiste no conhecimento da causa, na pronúncia da sentença e sua execução. O conhecimento da causa não coloca dificuldades, pois se dará pela onisciência do juiz, que é o perscrutador do coração, dos desejos e até mesmo das coisas mais secretas dos homens”.<sup>286</sup> Com isso em mente, a soberania divina é mais do que evidente, pois “a autoridade do juiz será demonstrada em ajuntar, sua onisciência em separar, sua justiça em decidir e seu poder em lançar fora”.<sup>287</sup> E fica claro que também, que essa prerrogativa é inerente a todas as pessoas da Trindade.

Nesse aspecto, Deus também pode ser chamado de “O Totalmente Outro”, visto que o seu julgamento difere em larga escala do julgamento humano. Nesse, o juiz apenas anuncia a sentença, porém no julgamento divino “Deus é seu próprio executor. Do mesmo modo como legisla e sentencia, ele também pune. Nele estão acumuladas todas as funções judiciais”.<sup>288</sup> Anthony Hoekema afirma que “no juízo final, porém, o Juiz é onisciente e não tem necessidade de provas que o convençam; ele preside o julgamento com um conhecimento perfeito do caráter e da história de cada um que estiver perante ele”.<sup>289</sup> O poder, a autoridade e a onisciência divina são atributos soberanos de Deus. Isso é inegável.

Em segundo lugar, a soberana natureza do Juízo se faz presente na base sobre a qual o julgamento será realizado. É fato que o Juízo Final terá como padrão a vontade revelada de Deus. Deus é o soberano legislador do universo, que prescreve o *modus*

---

<sup>284</sup> Hodge, *Teologia Sistemática*, 1643.

<sup>285</sup> *Ibid.*

<sup>286</sup> Turretin, *Institutes Of Elenctic Theology*, vol. 3, 601. Minha Tradução.

<sup>287</sup> *Ibid.*, 602. Minha Tradução.

<sup>288</sup> J. I. Packer, *O Conhecimento de Deus*, (São Paulo: Mundo Cristão, 1992), 128.

<sup>289</sup> Anthony Hoekema, *A Bíblia e O Futuro*, (São Paulo: Cultura Cristã, 2001), 299.



*vivendi* para todos os seres humanos mediante sua Palavra escrita. Logicamente, aprouve a Deus decidir julgar os homens com base na luz que tiverem recebido. Isso advém da sua soberania. O grau de responsabilidade perante o Deus supremo varia de acordo com o privilégio que os homens receberam (Mt 11.21-24; Rm 2.12-16). Segundo Berkhof:

Os gentios serão julgados segundo a lei da natureza, escrita nos seus corações, os israelitas da antiga dispensação segundo a revelação do Antigo Testamento, e somente segundo esta, e os que gozaram a luz do Evangelho, além da luz da natureza e da revelação do Antigo Testamento, serão julgados de conformidade com a maior luz que receberam. Deus dará a cada um o que lhe é devido.<sup>290</sup>

A posição acima conduz à questão do lugar das obras no Juízo Final e sua relação com a soberania divina. O conceito de soberania traz logo à mente a impossibilidade de se perguntar ao Deus soberano: “Que fazes?” (Dn 4.35). Isso sempre deve ser lembrado. A razão de tal ato mnemônico é que aqui, mais uma vez, aprouve a Deus determinar as cláusulas concernentes ao padrão do Juízo, no que diz respeito às obras de cada pessoa. O *Sola Gratia* enfatiza a verdade de que a salvação é dada pela graça de Deus, mediante a fé em Cristo Jesus (Ef 2.8; Rm 2.1). Mas no que diz respeito ao julgamento, esse se dará tendo por base as obras de cada pessoa (Ec 12.14; Lc 12.2, 3; Rm 2.5-11; 14.10, 12; 2 Co 5.10; Ap 20.12, 15). Contudo, haverá uma particularidade com respeito às obras praticadas pelos eleitos de Deus. Elas não serão levadas em conta como meritórias para a salvação, visto que tais méritos só podem ser encontrados na pessoa e obra de Cristo. Elas serão contadas como evidências de que Deus salvou tais pessoas de modo soberano (Ef 2.10), e para recompensar os cristãos por aquilo que tiverem feito no corpo (2 Co 5.10). A soberania divina no Juízo será tão vívida até mesmo no que diz respeito aos pecados dos cristãos, pois de acordo com Grudem, “os pecados que se tornarem públicos naquele dia serão conhecidos como pecados perdoados, e desse modo serão motivo para se darem glórias a Deus em virtude da

---

<sup>290</sup> Berkhof, *Teologia Sistemática*, 676.

riqueza de sua graça”.<sup>291</sup> Estipular as cláusulas que orientarão o procedimento no dia do Juízo é, inegavelmente, uma demonstração da soberania do Deus Todo-poderoso.

### *3. A Soberania no Estado Definitivo dos Ímpios e dos Justos*

O ponto alto da manifestação da soberania de Deus no Juízo Final será o estado definitivo em que cada pessoa será colocada.

O supremo Juiz, o Deus Homem, de forma solene e soberana designará a morada eterna e final de cada pessoa (Mt 25.46). Isso é soberania na sua mais elevada manifestação.

Um dos atributos do ser divino é a sua imutabilidade. Esse atributo, como os demais, possui como corolário a prerrogativa de soberania. Deus é aquele em quem não há “variação ou sombra de mudança” (Tg 1.17). Conseqüentemente, o estado em que cada pessoa se encontrar também será imutável, não poderá ser alterado. Antes, durará por toda a eternidade. Os justos serão colocados no estado de bem-aventurança por toda a eternidade (Mt 25.34). Os ímpios, por sua vez, serão mandados para o inferno “preparado para o diabo e os seus anjos” (v. 41). Esse estado eterno é caracterizado por expressões como “fogo eterno” (Mt 25.41), “lugar de tormento” (Lc 16.28), “fogo inextinguível” (Mc 9.43), “onde o verme, nem o fogo se apaga” (Mc 9.48) e outras expressões mais, que denotam a soberania divina, pelo fato de Deus exercer a sua ira sobre os anjos e homens impenitentes por toda a eternidade. De acordo com Edward Donnelly, a doutrina do Juízo Final e do estado definitivo, no que diz respeito aos ímpios, “confronta com um Deus que é invencível em Sua ira, irresistível em seu poder, terrificante em sua justiça. Um poderoso soberano que segura a terra entre seus dedos

---

<sup>291</sup> Grudem, *Teologia Sistemática*, 978.

como se fosse uma pitada de pó”.<sup>292</sup> Já no que concerne àqueles que fazem parte do Corpo de Cristo, o seu estado definitivo evidenciará sobremaneira a soberania divina, pois viver para glorificar a Deus por toda a eternidade é reconhecer a sua soberania pelos séculos dos séculos. Isso é soberania manifestada de forma consumada no Juízo Final.

---

<sup>292</sup> Edward Donnelly, *Depois da Morte O Quê?*, (São Paulo: PES, 2005), 26-27.

## CONCLUSÃO

Deus é o Senhor soberano do universo. Ele está no controle de todos os acontecimentos no universo. Diante de tudo o que foi apresentado, no presente trabalho monográfico, a conclusão não poderia ser outra senão esta: Não há absolutamente nada que fuja do controle soberano do Deus Todo-poderoso.

Este trabalho teve como início a afirmação básica do Cristianismo que mostra a certeza de que há um Deus que controla todas as coisas e eventos no cosmos criado. E essa afirmação credal vai de encontro ao princípio adotado por muitas pessoas, até mesmo do meio cristão, que atribuem à forças cegas a responsabilidade por tudo que lhes sucede. Contudo, a conclusão a que se chegou, neste trabalho, é que tal concepção é por demais falaciosa. Tal concepção revela uma descrença na verdade considerada mais básica para a fé cristã, que é a crença em um Deus supremo, soberano, perfeito em todos os seus caminhos, que faz tudo que a sua vontade deseja fazer. Deus este que não deve explicações a nenhuma das suas criaturas pelos seus atos. Deus que não é responsável perante ninguém a não ser ele mesmo, que é o padrão absoluto de todas as coisas.

As vicissitudes enfrentadas pelas pessoas hodiernamente são as mesmas enfrentadas pelas pessoas que viveram em épocas passadas. No período antigo da Igreja Cristã já existiam duas correntes que advogavam a agência do destino e do acaso nos acontecimentos do universo. Tais correntes eram o estoicismo e o epicurismo. Contudo, sempre existiram pessoas que confiavam na soberania de Deus, que tinham a certeza de que Deus era a causa originária de todas as coisas. Um exemplo importante é o Pai Apostólico Clemente de Roma. Já no período pós-Nicéia, Agostinho foi o grande defensor da soberania divina. Ao se posicionar contrariamente ao Maniqueísmo, ele subscreveu a soberania sobre o problema do mal. E ao se posicionar contra o

pelagianismo, ele afirmou a soberania divina no governo sobre o destino dos seres humanos. Esse também foi o desafio do agostinianismo na Idade Média contra o semipelagianismo. No período da Reforma, os reformadores foram grandes proponentes dessa verdade, com grande destaque para a pessoa de João Calvino que fez da soberania divina o cerne de todo o seu pensamento teológico. Calvino entendeu que a soberania determina tudo na vida dos seres humanos desde a eleição e reprovação até as mínimas ações desses. Já no período moderno, a crença na soberania divina teve um declínio, devido ao advento do racionalismo arminiano.

Mas, quando da abordagem bíblica a respeito do assunto, o que foi averiguado foi justamente o contrário das tendências endossadas pelo liberalismo. A Bíblia, toda ela, traz no seu escopo a revelação do Deus soberano e supremo sobre todas as coisas. Ficou averiguada a verdade de que Deus é quem determina os destinos dos homens, mesmo as vicissitudes advindas sobre eles. É Deus quem traz o endurecimento dos corações dos incrédulos como punição judicial sobre eles. Por causa dessa consciência, o povo de Deus era levado a adorar as perfeições do Deus soberano. Reconheceu-se que o poder de Deus é absoluto, e que ele cumpre perfeitamente, sem nenhuma frustração tudo aquilo que decretou. Essa verdade também foi perfeitamente averiguada na literatura profética e em todo o Novo Testamento. Diante disso, deve o homem se calar diante do testemunho escriturístico acerca da soberania de Deus, pois tal testemunho é superabundante.

A aplicação das afirmativas bíblicas levou à demonstração de que Deus, em sua soberania, está ativamente envolvido em todas as coisas que nos rodeiam. Ele é quem soberanamente escolhe e elege um povo de propriedade exclusiva sua. É ele que graciosa e soberanamente determinou conceder-lhes a salvação em Cristo Jesus. E que nessa eleição soberana, o homem não tem participação nenhuma. Antes, a teoria do

arminianismo, que advoga uma suposta soberania da vontade humana, nada mais é do que uma das muitas faces da “operação do erro”. Foi ele, que soberanamente criou todas as coisas. E ele demonstrou sua plenipotência em criar o universo a partir do nada, unicamente pelo poder da sua palavra falada. Depois que criou todas as coisas, Deus continua ativamente envolvido com a sua criação preservando, provendo sustento, direcionando, agindo nas suas criaturas. Ele é soberano sobre o mal, pois decretou a sua existência, sem ser contudo, o autor do mal. E, como progressão no pensamento apresentado aqui, ficou provado que o Juízo Final será a manifestação cabal da soberania divina sobre o universo, quando ele, na pessoa de Jesus Cristo, sentará no grande trono branco e julgará todas as criaturas racionais, determinando assim, o seu estado definitivo.

Diante das evidências históricas, bíblicas e teológicas, é de extrema importância que a Igreja de hoje redescubra essa verdade. Que ela acorde para a realidade de que Deus está assentado no seu trono glorioso, regendo e governando o universo. É preciso que ela veja, que aquilo de ruim que acontece no mundo tem a sua origem na vontade soberana de Deus. Esse pensamento não é algo novo. Antes, é bíblico e estava presente no pensamento de grandes servos de Deus, que legaram à posteridade o seu labor. Cabe a Igreja do Senhor Jesus Cristo defender e propagar essa verdade, pois isso também foi algo que o Deus soberano delegou ao seu povo: “anunciar todo o desígnio de Deus”. Isso é soberania!

## BIBLIOGRAFIA

- \_\_\_\_\_ *A Bíblia Sagrada*. Tradução em português João Ferreira de Almeida, Edição Revista e Atualizada.
- \_\_\_\_\_ *A Confissão de Fé de Westminster*, São Paulo: Cultura Cristã, 2003.
- Aland, Bárbara e Kurt Aland. *Novum Testamentum Graece*, Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2001.
- Andrews, E. H. *No Princípio*, São José dos Campos: Fiel, 2003.
- Anglada, Paulo. *Calvinismo: As Antigas Doutrinas da Graça*, São Paulo: Os Puritanos, 1996.
- Arnold, Bill T. e Bryan E. Beyer. *Descobrendo o Antigo Testamento: Uma Perspectiva Cristã*, São Paulo: Cultura Cristã, 2001.
- Braaten, Carl E. e Rober W. *Dogmática Cristã*, vol. 1, São Leopoldo: Sinodal, 1995.
- Berkhof, Louis. *Teologia Sistemática*, São Paulo: Cultura Cristã, 2001.
- Bettenson, H. *Documentos da Igreja Cristã*, São Paulo: ASTE, 2001.
- Bezerril, Moisés Cavalcanti. *O Relato da Criação: O Debate Sobre As Origens em Gênesis Dentro do Criacionismo Cristão*, Recife, 1999.
- \_\_\_\_\_ *Bíblia de Estudo de Genebra*, São Paulo: Cultura Cristã. 1999.
- Brunner, Emil. *The Christian Doctrine Of God*, Philadelphia: Westminster, 1950.
- Byl, John. *Deus e Cosmos*, São Paulo: PES, 2003.
- Cairns, Earle E. *O Cristianismo Através dos Séculos*, São Paulo: Vida Nova, 2003.
- Calvino, João. *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol. 1, São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985.
- \_\_\_\_\_, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol. 3, São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1989.

- \_\_\_\_\_, *Exposição de Romanos*, São Paulo: Paracletos, 1997.
- \_\_\_\_\_, *O Profeta Daniel*, vol. 1, São Paulo: Paracletos, 2000.
- Campos, Heber Carlos de. *O Ser de Deus e As Suas Obras: A Providência e A Sua Realização Histórica*, São Paulo: Cultura Cristã, 2001.
- \_\_\_\_\_, *O Ser de Deus e Os Seus Atributos*, São Paulo: Cultura Cristã, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Carta de São Clemente de Roma Aos Coríntios*, São Paulo: Paulus, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Catecismo da Igreja Católica*, Petrópolis: Edições Loyola, 2002.
- Champlin, R. N. *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, vol. 2, São Paulo: Hagnos, 2001.
- \_\_\_\_\_, *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, vol. 5, São Paulo: Hagnos, 2001.
- Coenen, Lothar e Colin Brown. *Diccionario Internacional de Teologia do Novo Testamento*, vol. 2, São Paulo: Vida Nova, 2004.
- Cole, R. Alan. *Êxodo: Introdução e Comentário*, São Paulo: Vida Nova, 1996.
- Cunha, Antonio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- Dabney, Robert L. *Systematic Theology*, Edinburgh: The Banner Of Truth Trust, 1996.
- Dagg, John L. *Manual de Teologia*, São José dos Campos: Fiel, 2003.
- Donnelly, Edward. *Depois da Morte O Quê?*, São Paulo: PES, 2005.
- Elwell, Walter A., ed. *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*, vol. 1, São Paulo: Vida Nova, 1993.
- Falcão, Samuel, *Escolhidos em Cristo*, São Paulo: Cultura Cristã, 1999.
- Ferreira, Júlio Andrade. *Antologia Teológica*, São Paulo: Novo Século, 2003.



- Fitch, William. *Deus e O Mal*, São Paulo: PES, 1984.
- Geisler, Norman. *Eleitos, Mas Livres*, São Paulo: Vida, 2001.
- George, Timothy, *Teologia dos Reformadores*, São Paulo: Vida Nova, 1994.
- González, Justo L. *Uma História do Pensamento Cristão*, vol. 1, São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- \_\_\_\_\_, *Uma História do Pensamento Cristão*, vol. 2, São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- \_\_\_\_\_, *Uma História do Pensamento Cristão*, vol. 3, São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- Groningen, Gerard van. *Criação e Consumação: O Reino, A Aliança e O Mediador*, São Paulo: Cultura Cristã, 2002.
- \_\_\_\_\_, *Revelação Messiânica no Antigo Testamento*, São Paulo: Cultura Cristã, 2003.
- Grudem, Wayne. *Teologia Sistemática*, São Paulo: Vida Nova, 2002.
- Hägglund, Bengt. *História da Teologia*, Porto Alegre: Concórdia, 1989.
- Harris, R. Laird, Gleason L. Archer Jr. e Bruce K. Waltke. *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*, São Paulo: Vida Nova, 1998.
- Hendriksen, William. *Comentário do Novo Testamento: Mateus*, vol. 1, São Paulo: Cultura Cristã, 2000.
- \_\_\_\_\_, *Comentário do Novo Testamento: Mateus*, vol. 2, São Paulo: Cultura Cristã, 2001.
- \_\_\_\_\_, *Comentário do Novo Testamento: Romanos*, São Paulo: Cultura Cristã, 2001.
- \_\_\_\_\_, *Mais Que Vencedores*, São Paulo: Cultura Cristã, 1987.

- Henry, Matthew. *Matthew Henry's Commentary On The Whole Bible*, vol. 2, New York: Revell Company.
- Hobbes, Thomas. *O Leviatã*, São Paulo: Martin Claret, 2001.
- Hodge, A. A. *A Confissão de Fé Westminster Comentada por A. A. Hodge*, São Paulo: Os Puritanos, 2001.
- \_\_\_\_\_, *Esboços de Teologia*. São Paulo: PES, 2001.
- Hodge, Charles. *Teologia Sistemática*, São Paulo: Hagnos, 2001.
- Hoekema, Anthony. *A Bíblia e O Futuro*, São Paulo: Cultura Cristã, 2001.
- \_\_\_\_\_, *Criados À Imagem de Deus*, São Paulo: Cultura Cristã, 1999.
- Horton, Michael. *As Doutrinas da Maravilhosa Graça*, São Paulo: Cultura Cristã, 2003.
- Keil, C. F. e F. Delitzsch. *Commentary On The Old Testament In Ten Volumes*, vol. 1, Michigan: Eerdmans Publishing Company, 1991.
- \_\_\_\_\_, *Commentary On The Old Testament In Ten Volumes*, vol. 3, Michigan: Eerdmans Publishing Company, 1991.
- Kelley, Page H. *Hebraico Bíblico: Uma Gramática Introdutória*, São Leopoldo: Sinodal, 1998.
- Kistemaker, Simon. *As Parábolas de Jesus*, São Paulo: Cultura Cristã, 2002.
- Klooster, Fred H. *A Doutrina da Predestinação em Calvino*, Santa Bárbara d'Oeste: SOCEP, 1992.
- Kuiper, R. B. *Evangelização Teocêntrica*, São Paulo: PES, 1996.
- Lambdin, Thomas O. *Gramática do Hebraico Bíblico*, São Paulo: Paulus, 2003.
- Ladd, George. *Apocalipse: Introdução e Comentário*, São Paulo: Vida Nova, 1996.
- LaSor, William S., David A. Hubbard e Frederic W. Bush. *Introdução Ao Antigo Testamento*, São Paulo: Vida Nova, 1999.

- Leith, John H. *A Tradição Reformada: Uma Maneira de Ser A Comunidade Cristã*, São Paulo: Pendão Real, 1996.
- Lloyd-Jones, Martyn. *A Igreja e As Últimas Coisas*, São Paulo: PES, 1999.
- \_\_\_\_\_, *Deus O Pai, Deus O Filho*, São Paulo: PES, 1997.
- Luz, Waldyr Carvalho. *Novo Testamento Interlinear*, São Paulo: Cultura Cristã, 2003.
- Mondin, Battista. *Curso de Filosofia*, vol. 1, São Paulo: Paulus, 2002.
- Murray, John. *Comentário Bíblico Fiel: Romanos*, São José dos Campos: Fiel, 2003.
- Nichols, Robert Hastings. *História da Igreja Cristã*, São Paulo: Cultura Cristã, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O Livro de Concórdia*, São Leopoldo: Sinodal e Concórdia, 1993.
- Olson, Roger. *História da Teologia Cristã*, São Paulo: Vida, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Os Cânones de Dort*, São Paulo: Cultura Cristã, 2003.
- Packer, J. I. *O Conhecimento de Deus*, São Paulo: Mundo Cristão, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Teologia Concisa*, São Paulo: Cultura Cristã, 1996.
- Pink, A. W. *Deus É Soberano*, São José dos Campos: Fiel, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Os Atributos de Deus*, São Paulo: PES, 2001.
- Rienecker, Fritz e Cleon Rogers. *Chave Lingüística do Novo Testamento Grego*, São Paulo: Vida Nova, 1997.
- Ryle, J. C. *Meditações no Evangelho de Mateus*, São José dos Campos: Fiel, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Santo Agostinho, A Cidade de Deus*, vol. 1, Petrópolis: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Santo Agostinho, Confissões*, São Paulo: Martin Claret, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Santo Agostinho, O Livre-Arbítrio*, São Paulo: Paulus, 1995.
- Sproul, R. C. *Eleitos de Deus*, São Paulo: Cultura Cristã, 2002.
- Spurgeon, Charles H. *Eleição*, São José dos Campos: Fiel, 1996.
- Stott, John R. W. *A Bíblia fala Hoje: A Mensagem de Atos*, São Paulo: ABU, 1994.

- Strohl, Henri. *O Pensamento da Reforma*, São Paulo: ASTE, 1963.
- Strong, Augustus H. *Teologia Sistemática*, vol. 1, São Paulo: Hagnos, 2002.
- Tasker, R. V. G. *Mateus: Introdução e Comentário*, São Paulo: Vida Nova e Mundo Cristão, 1991.
- Tenney, Merrill C. *O Novo Testamento: Sua Origem e Análise*, São Paulo: Vida Nova, 1995.
- Turretin, Francis. *Institutes Of Elenctic Theology*, vol. 1, Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1992.
- \_\_\_\_\_, *Institutes Of Elenctic Theology*, vol. 3, Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1992.
- White, James. *The Plotter's Freedom*, Calvary Press,
- Wright, R. K. Mc Gregor. *A Soberania Banida*, São Paulo: Cultura Cristã, 1998.

### DISSERTAÇÃO CONSULTADA

- Bezerril, Moisés Cavalcanti. “Os Princípios Imutáveis da Expressão ‘Eu Serei Vosso Deus e Vós Sereis O Meu Povo’ em Ambas As Dispensações do Pacto da Graça”. Dissertação de Th.M. Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, 2000.

### SITES CONSULTADOS

<http://www.monergism.com>

<http://www.monergismo.com>

## SOFTWARES

Bíblia On Line 3.0, Sociedade Bíblica do Brasil

Bible Windows 4.52

Bible Works 6.0